

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

**CAPITALISMO FINANCEIRO E USO CORPORATIVO
DO ESPAÇO DA NAÇÃO: O Território como Recurso**

RICARDO ALBERTO SCHERMA

Orientadora: **PROFa. DRa. Silvana Maria Pintaudi**

Rio Claro -SP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

**CAPITALISMO FINANCEIRO E USO CORPORATIVO
DO ESPAÇO DA NAÇÃO: O Território como Recurso**

RICARDO ALBERTO SCHERMA

Orientadora: **Prof^ª. DRa. Silvana Maria Pintaudi**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

**Rio Claro -SP
2012**

910h Scherma, Ricardo Alberto
S326c Capitalismo financeiro e uso corporativo do espaço da
nação: o território como recurso / Ricardo Alberto Scherma. -
Rio Claro : [s.n.], 2012
148 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Silvana Maria Pintaudi

1. Geografia humana. 2. Uso corporativo do território. 3.
Capitalismo financeiro. 4. Financeirização do território. 5.
Dívida pública. 6. Territorialização do investimento. I. Título.

Comissão Examinadora

Prof^a.Dra. Silvana Maria Pintaudi (orientadora)

Prof. Dr José Gilberto de Souza

Prof. Dr. Márcio Roberto Toledo

Prof^a. Dra María Mónica Arroyo

Prof.Dr. Rafael Alves Orsi

Rio Claro, SP 06 de Dezembro de 2012.

Resultado: Aprovado

APRESENTAÇÃO e AGRADECIMENTOS: o itinerário de uma pesquisa

A redação deste trabalho que ora apresento começou, de certa forma, em julho de 2008. Na ocasião, estava preparando a versão final de minha dissertação de mestrado e ao tempo em que fazia os recortes necessários montava o meu projeto de doutoramento. Tal projeto foi finalizado em outubro de 2009, um mês depois da defesa pública de minha dissertação. No mesmo mês, eu e Samira submetemos o projeto de pesquisa, então intitulado: “Sistema Financeiro Mundial, Planejamento Estratégico e Uso Corporativo do Território Brasileiro” à FAPESP. Almejávamos uma bolsa de estudos para que eu pudesse me desligar de minhas atividades de ensino na escola secundária e dedicar-me somente à pesquisa. Iniciei 2010 contemplado com o financiamento da agência de fomento paulista. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP –, agradeço pelo apoio na forma de financiamento nos dois primeiros anos de pesquisa.

Com consideráveis recursos financeiros e tempo disponível, pude naquele primeiro ano (2010) realizar estudos ótimos. Era desejo de Samira que eu frequentasse as aulas de Leda Paulani, no Instituto de Economia da USP; assim, no primeiro semestre de 2010 participei do curso “Capitalismo Financeiro: Acumulação, Regulação e Instituições”. Esse foi um dos cursos mais próximos de nosso tema de pesquisa. Tive a oportunidade de ler alguns capítulos da obra de Marx, bem como, de participar de explicações e debates acerca dessa obra. Ainda no primeiro semestre de 2010 e na USP, frequentei o curso “Espaço Geográfico, Território e Sociedade: Revisitando o Método Geográfico”, ministrado com brilhantismo pela Professora Maria Adélia de Souza; esse curso tratava da epistemologia da ciência, dando especial atenção aos fundamentos do método propostos pelo professor Milton Santos. Conceitos e categorias como: território usado e uso do território, paisagem, conexão lugar mundo, território como recurso, foram amplamente discutidos. A vitalidade e o dinamismo de Maria Adélia foram naquele momento uma inspiração e uma lição para mim.

Em Rio Claro, dois cursos me motivaram: o primeiro: “Dinâmica Locacional das Indústrias e o Espaço Brasileiro”, do Professor Auro Mendes, a quem agradeço pelos bons debates de sua disciplina. E o segundo, “Geografia do Comércio e do Consumo”,

de responsabilidade da professora Silvana Pintaudi, foi para mim um evento especial, haja vista a possibilidade de discutirmos a obra de intelectuais como Lefebvre e Walter Benjamin. À Professora Silvana Pintaudi agradeço muitíssimo por tudo o que tem feito por mim desde setembro de 2011, quando aceitou a responsabilidade de orientação e condução desta tese.

Já no primeiro semestre de 2011 ocupei-me de duas atividades: assumi, como professor bolsista na UNESP Rio Claro, a disciplina “Território e Agricultura”, ministrada aos alunos do 4º ano do bacharelado em Geografia. Ao mesmo tempo em que preparava minhas aulas, encontrava elementos para o desenvolvimento da pesquisa. Essa foi a minha primeira experiência docente no ensino superior. Agradeço àqueles que foram meus alunos, agora todos eles já geógrafos, em especial, os que frequentavam praticamente todas as aulas e que me recebiam com seriedade e um espírito incrível. A outra atividade foi realizar o curso “Federação e Território: Organização Política e Ordem Espacial”, na UNICAMP, essa era a segunda vez que participava de um curso do Professor Márcio Cataia. A ele também agradeço sinceramente pelas orientações.

Já o segundo semestre de 2011 foi marcado por uma viagem para realizar um estágio de pesquisa junto ao *Dipartimento Interateneo Territorio*, da *Università di Torino*, em Turim na Itália. Ainda durante a primeira fase de desenvolvimento de minha pesquisa bibliográfica no Brasil, descobri que na Itália alguns geógrafos vinham, desde há algum tempo, dedicando-se a entender o tema das finanças. Foi quando tomei contato com o texto "Economia Finanziaria, *Globalizzazione e Territorio: brevi note sul caso italiano*", publicado no *Bolletino della Società Geografica Italiana*, de autoria da Professora Maria G. Lucia; e outros trabalhos seus como: "*Capitalismo Finanziarie: Il fenomeno economico e le sue implicazioni geografiche*", também publicado no *Bolletino della Società Geografica Italiana* e ainda seu último livro "*Lo Spazio Geografico dell'Economia Finanziaria*", publicado em 2010. Após estudar esses textos resolvi entrar em contato com a Professora Lucia para organizarmos um período de estudos.

O plano de pesquisa e de atividade apresentado à professora Lucia e ao *Dipartimento Interateneo Territorio* tinha como objetivo principal aprofundar o conhecimento a respeito das relações entre sistema financeiro e território e tomar contato com a experiência italiana de pesquisa e ensino nesse tema. Isso, dada a importância de se

compreender como processos e ações políticas que ocorrem em escala mundial como, por exemplo, a mundialização financeira e a financeirização do sistema econômico e do território, manifestam-se de maneira diversa em cada lugar.

Destaco que esse período junto a uma pesquisadora experiente como a Professora Lucia me enriqueceu mesmo em aspectos práticos da pesquisa, como aqueles relacionados à pesquisa de campo. Os colóquios e entrevistas que Lucia programou durante minha estadia foram um aprendizado de como realizar esse trabalho, atividade essa tão cara a nós, geógrafos. Ainda é preciso dizer que o aprofundamento teórico, o exercício de conhecer e debater novas bibliografias e a possibilidade de alargar a discussão de meu trabalho podem ser considerados como as maiores contribuições ao desenvolvimento de minha pesquisa e de minha formação como pesquisador. À Professora Maria G. Lucia agradeço (*ringrazio*) por me acolher em Turim e dedicar parte de seu tempo na organização e orientação de minhas atividades. Ainda em Turim conheci o Professor Piero Bonavero, a quem agradeço pela gentileza e pelas boas conversas que tivemos.

Essa pesquisa também é resultado de dias inteiros de trabalho em algumas bibliotecas universitárias. As viagens a São Paulo possibilitaram que eu freqüentasse, durante um semestre, as bibliotecas Florestan Fernandes – FFCHL – e a Biblioteca da FEA, ambas na USP. Além das visitas freqüentes à Biblioteca da UNESP campus de Rio Claro, nas tardes de quinta feira, durante o primeiro semestre de 2011, trabalhei sistematicamente nesse lugar. A todos os gentis servidores públicos dessa casa eu sinceramente agradeço. Na Itália, foi na Biblioteca *Ambiente Território*, localizada no *Castelo Valentino*, que eu passei grande parte de minhas manhãs. Em Campinas, na UNICAMP, as visitas durante o primeiro semestre de 2011 às bibliotecas do Instituto de Geociências e do Instituto de Economia foram muito proveitosas, em especial nesta última, onde pude recolher grande parte de meu material de estudo a respeito da dívida pública brasileira. Na Biblioteca Comunitária (BCO) da UFSCar – campus de São Carlos – estive por muitas horas estudando e escrevendo – o projeto, rascunhos, relatórios e a própria tese – pude frequentar essa biblioteca desde 2008, ao menos duas vezes por semana.

Também agradeço a Francisco C. Nascimento Junior. Apesar de conhecê-lo desde 2004, foi em 2010 que nossa amizade se estreitou. Agradeço a ele pelos dois convites que me fez: o primeiro para realizar uma palestra aos seus alunos na UNIFEQB, e o segundo,

para ministrarmos juntos um mini-curso na 40ª Semana de Estudos Geográficos na UNESP. Na UNESP, também agradeço ao Professor Samuel Frederico pelos bons conselhos em um momento importante. Agradeço aos colegas Carlos (Tubinha), Jéssica, Maurício, Renato, Bruna, Marco Aurélio, Pedro e aos professores Jorge Chiapetti (Universidade Estadual de Santa Cruz) e Sergio Negri (UFMT), colegas que sempre estarão presentes em minha memória. Ainda das amigas que fiz em Rio Claro, foi com Mirlei Fachini Pereira e Márcio Toledo que mantive correspondência nesses últimos anos: a vocês, meus sinceros agradecimentos. Ainda é preciso lembrar a gentileza que me foi dispensada nesses anos todos pelos Secretários do Deplan – Ubirajara e Elizabeth, também por Maíca e Vera no prédio da Pós-graduação, e por Rachel na Seção Técnica de Pós-graduação.

Na UFSCar, agradeço aos professores Miotello e Maria Isabel pela humanidade com que acolheram a mim e a minha esposa desde 2008. Em 2012 pude participar do curso “Tópicos em Linguagem: O Texto e as Ciências Humanas”, ministrado por eles nesse ano. Travamos ótimas discussões nesse curso, o meu primeiro, mas não o último, a respeito de Bakhtin. Ao Prof. Miotello também agradeço pelas boas conversas, pelos bons conselhos. Meus laços com a Linguística se estreitaram e em São Carlos fiz bons amigos, como Jocenilson Ribeiro, Carlos Turati e sua esposa, Cris, e os muitos membros do Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso com os quais o convívio nesses anos foi muito prazeroso. Foi com eles que aprendi muito sobre o outro e pude participar de cursos excelentes como aulas ministradas pelo professor Augusto Ponzio.

Mal havia chegado de meu estágio e tive a felicidade de prestar concurso para professor na UFFS. Fui aprovado! Por isso, também agradeço aos novos colegas e alunos da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó (SC), onde, desde abril de 2012, trabalho como professor, convivendo com alunos e colegas de trabalho muito generosos.

Agradeço também aos professores que compuseram minha banca do Exame de Qualificação e Defesa pelas contribuições, correções, orientações e o profícuo diálogo estabelecido nesses dois dias de trabalho. Nessa primeira banca estavam presentes os professores: Prof. Dr. Rafael A. Orsi; Profª. Drª. María Mónica Arroyo e minha orientadora Profª. Drª. Silvana M. Pintaudi. E na tarde de 06 de dezembro, uma das mais

importantes de minha vida, compondo a banca de Defesa, além desses primeiros professores, pude ainda contar com a presença do Prof. Dr. José Gilberto de Souza e do Prof. Dr. Márcio Roberto Toledo.

Mas se esses anos foram marcados pelo convívio com novas pessoas e lugares, as ausências também aconteceram. Em agosto de 2011, perdi minha querida orientadora e amiga Professora Samira Peduti Kahil. Samira deixou a todos nós muito cedo. Sinto muitas saudades de Samira. Gostaria de poder ter convivido mais tempo com ela para poder ter aprendido mais. Mais do que me orientar para a pesquisa Samira me orientava para a vida. Nesse sentido, o título desta tese é também uma homenagem a ela. E é a partir do reconhecimento do outro que posso afirmar que Samira habita em nós.

Agradeço ainda, com todo o carinho, a minha família e a meus amigos, em Leme e em Limeira. Agradeço ao meu pai, Luis, e a minha mãe, Antonia, que sempre serão um exemplo em minha vida. Agradeço a eles também pelo apoio incondicional que me deram durante todos esses anos. Ao meu irmão, Michael, a sua esposa, Andrea, e a minha querida sobrinha, Giovanna. Aos meus familiares de Limeira, meu sogro, Waldomiro, e minha sogra, Neide, meus cunhados e meus queridos sobrinhos, Leonardo e Clara, com carinho, agradeço.

Já desde alguns anos os debates realizados em nosso “café” nas tardes de sábado, junto aos meus amigos Alexandre, Marcos, Ronaldo e meu irmão, Michael, foram muito bacanas e agradeço muito a eles pela companhia e pela amizade. Também compartilhei a amizade intensa de amigos queridos, como: Osmar e Maísa, companheiros sempre atentos e abertos a ouvir. Rafael e Carol, pessoas com as quais por tantas vezes compartilhei a amizade e a companhia. Ao bom e velho amigo Pablo e sua esposa, Gisele, também agradeço pela alegria do convívio.

A minha amada esposa, Camila, agradeço de maneira especial por discutir esta tese comigo e por compartilhar a alegria do convívio e dos projetos juntos. Certamente, seu apoio incondicional e o a partilha do cotidiano foram essenciais para a constituição desta tese e de minha vida .

“O debate político só pode se dar à escala da nação. No âmbito da nação é que encontramos as instituições decisivas (território, cidadãos, Estado) que poderão ensejar transformações que assegurem a possibilidade deste povo brasileiro, em que pese ainda em formação, construir, encontrar o compasso de seu próprio caminho e quiçá influir no destino da humanidade”.

Samira Peduti Kahil
USOS DO TERRITÓRIO: Uma questão política

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
I - CAPITALISMO FINANCEIRO E TERRITÓRIO: o atual sistema financeiro e o uso corporativo do território.....	27
1.1 Introdução.....	27
1.2 Capitalismo Financeiro e Território.....	28
1.3 Autonomização do Capital: condições técnicas e política dos lugares	34
1.4 Regime de Acumulação com Dominância Financeira e a Atual Dinâmica do Uso Corporativo do Território.....	38
1.5 Fluxos de Capital e Uso Corporativo do Espaço: o território e a produção da valorização financeira	43
1.6 Atualização Normativa e Neoliberalismo: liberdade à circulação do capital.....	50
II- SISTEMAS DE AÇÕES HEGEMÔNICOS E ACUMULAÇÃO: sistema financeiro mundial e a remuneração ótima do capital superacumulado	55
2.1 Introdução.....	55
2.2 Uma Questão Central: o problema do capital superacumulado.....	56
2.3 A Acumulação Primitiva em Karl Marx.....	63
2.4 Os Atuais Processos de Acumulação Primitiva e o Sistema Financeiro: acumulação por espoliação.....	66
2.5 O Território como Recurso: Estado capitalista, dívida pública e remuneração ótima do capital.....	72
2.6 Fundo Público e os Agentes Hegemônicos: a apropriação dos recursos da nação ...	88
2.7 Dívida pública e a Extração de Renda dos Lugares: a situação do estado de São Paulo	94
2.8 Normas Mundiais, Território e Lei de Responsabilidade Fiscal: compromisso com os credores, irresponsabilidade social	96

III- A MANIFESTAÇÃO DO MUNDO NO LUGAR: Lógicas Financeiras em Regiões Metropolitanas	107
3.1 Introdução.....	107
3.2 Endividamento Público e a Metrópole Corporativa: finanças municipais e a nova política urbana.....	108
3.3 A Região Metropolitana de Campinas: endividamento e investimento público em uma metrópole corporativa.....	110
3.4 Políticas de Desenvolvimento Territorial na Trama do Capitalismo Financeirizado: o meio técnico-científico-informacional e a territorialização do investimento	118
3.5 Região Metropolitana de Campinas, um espaço da globalização: grandes empresas e a territorialização do investimento.....	125
CONCLUSÕES E REFLEXÕES	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
ANEXO I	146

Índice de Figuras, Quadros, Fotos, Gráficos, Tabelas e Mapas

Figuras

Figural. Lucratividade do capital e taxa de Formação Bruta de Capital, Brasil - 1995-200835

Figura 2. Confrontos em Roma148

Quadros

Quadro 1. Tipo de Aplicação Financeira – Saldo e Rentabilidade Média, Brasil - 2006-2010 / R\$ (bilhões) valores nominais40

Quadro 2. Investimentos anunciados para a Região Metropolitana de Campinas -1997 – 2009129

Fotos

Fotos 1 e 2. Paisagem em *La Defense* e Torres *Chassagne et Alicante*, sede do conglomerado financeiro Société Generale, Paris – Dez. 201149

Foto 3. Alunos da escola secundária manifestam-se contra os cortes no orçamento da educação, Turim – Itália / Outubro de 2011147

Foto 4. Manifestação de estudantes universitários, Turim – Itália / Nov. 2011148

Gráficos

Gráfico 1. Rendas – Lucros e dividendos – Receitas, Brasil - 1953-2011 / US\$ (milhões)40

Gráfico 2. EMBI (Emerging Markets Bond Index) – Risco Brasil, Brasil – 1994-201245

Gráfico 3. Transformação do PIB – serviços de intermediação financeira, previdência complementar, Brasil – 1991 -2012 / R\$ (milhões)45

Gráfico 4. Investimento Direto Estrangeiro, Brasil - 1947-2011 / US\$ (milhões)67

Gráfico 5. Dívida Total – Gov. federal e Banco Central – Líquida, Brasil – 1990-2011 / R\$ (milhões)74

Gráfico 6. Transformação de dívida total – estados e municípios; e transformação de dívida total – governo federal e Banco Central, Brasil – 1991- 2012 / Unidade: (%PIB)74

Gráfico 7. Operações de crédito do BNDES, recursos direcionados, Brasil - 2000-2012 / R\$ (milhões)	92
Gráfico 8. Superávit ou déficit da execução orçamentária – governo federal, Brasil - 1994 – 2009 / R\$	100
Gráfico 9. Superávit ou déficit da execução orçamentária – governo estadual, Brasil – 1994-2009 / R\$	100
Gráfico 10. Superávit ou déficit da execução orçamentária – governo municipal, Brasil – 1994-2009 / R\$	100
Gráfico 11. Dívida total dos estados e municípios – Líquida, Brasil – 1990-2011/ R\$ (milhões)	109
Gráfico 12. Dívida externa dos estados e municípios – Líquida, Brasil – 1981- 2011 / R\$ (milhões)	109

Tabelas

Tabela 1. Desembolsos para amortizações da dívida pública (interna e externa), Região Concentrada - 1994-2001 / R\$ (milhares)	80
Tabela 2. Desembolsos para amortizações da dívida pública (interna e externa), Região Nordeste – 1994-2001 / R\$ (milhares)	80
Tabela 3. Desembolsos com amortizações da dívida pública (interna e externa), Região Centro-Oeste – 1994-2001 / R\$ (milhares)	82
Tabela 4. Desembolsos com amortizações da dívida pública (interna e externa), Região da Amazônia – 1994-2001 R\$ (milhares)	82
Tabela 5. Desembolsos para amortizações da dívida pública (interna e externa), Região Concentrada – 2002-2009 / R\$ (milhares)	85
Tabela 6. Desembolsos para amortizações da dívida pública (interna e externa), Região Nordeste – 2002-2009 / R\$ (milhares)	85
Tabela 7. Desembolsos com amortizações da dívida pública (interna e externa), Região Centro-Oeste - 2002-2009 / R\$ (milhares)	86
Tabela 8. Desembolsos com amortizações da dívida pública (interna e externa), Região da Amazônia - 2002- 2009 / R\$ (milhares)	87
Tabela 9. Gastos do governo estadual com encargos da dívida pública interna e externa, estado de São Paulo – 1998-2010	94

Tabela 10. Evolução do orçamento e dos investimentos públicos no estado de São Paulo – 1998-2010	103
Tabela 11. Os dez maiores orçamentos – municípios, Região Metropolitana de Campinas - 1994-2007	113
Tabela 12. Despesas municipais com o pagamento da dívida pública, Campinas – 2003-2009	115
Tabela13. Dívida municipal fundada e flutuante, Campinas – 2003-2009	115
Tabela 14. Despesas municipais com habitação, Campinas – 2003-2009	117

Mapas

Mapa 1. Meio técnico-científico-informacional e as regiões do Brasil – 1999 - sem escala	78
Mapa 2. Região Metropolitana de Campinas – 2007	111

RESUMO

O trabalho preocupa-se em compreender as manifestações do uso corporativo do território, que ocorrem sob a atual lógica do capitalismo financeirizado. A partir de uma perspectiva teórico-crítica, o nosso objetivo foi aquele de investigar como as finanças atuam na constituição de um novo espaço geográfico e como a constante atualização do meio técnico-científico-informacional, meio esse muito funcional ao sistema financeiro, é o que possibilita a eficácia dos processos de acumulação no atual período histórico. Para tanto, primeiramente apresento algumas relações existentes entre o território e as finanças, mostrando como as finanças se tornam uma variável-chave para entendermos a dinâmica territorial do atual período histórico. Logo depois, trato do problema da superacumulação do capital e de como esse se relaciona com o tema da política de administração da dívida pública e suas implicações para o território, como, por exemplo, a enorme drenagem de dinheiro dos lugares, via pagamento de juros e amortizações. Por último, abordo como as regiões metropolitanas participam de processos territoriais complexos, relacionados à racionalidade financeira, acolhendo objetos e ações do período. Analiso como as metrópoles são também rentáveis fontes de exploração para o sistema financeiro e como, nos últimos anos, constituiu-se uma “gestão corporativa” para garantir, por um lado, a extração de renda dos lugares e, por outro, uma situação geográfica vantajosa, que permita a territorialização dos escassos investimentos produtivos. Concluo, tendo como resultado, a compreensão do processo de funcionamento desse capitalismo financeirizado – ávido por resultados, por rentabilidade máxima que orienta a constituição de um espaço geográfico marcado pelo uso corporativo do território, ensejando dinâmicas territoriais novas muito vantajosas às classes rentistas, uma verdadeira Financeirização do Território.

Palavras-Chave: Uso corporativo do território. Capitalismo financeiro. Financeirização do território. Dívida pública. Territorialização do investimento.

ABSTRACT

This work intends to understand the manifestations of the corporative use of territory, which occurs under the current logical of financialized capitalism. Based on a theoretical-critical perspective, our goal was that of investigating how the finances act in the constitution of a new geographic space and how the constant actualization of the technical-scientific-informational mean, mean that is very functional to the financial system, is the thing that makes the excellence of processes of accumulation in the current historical period possible. For that, first I present some relations between the territory and the finances, showing how the finances become a key-variable to understand the territorial dynamic in the current historical period. Just after that, we treat the problem of super-accumulation of capital and how this relates to the theme of administrative policies of public debt and its implications to territory, like, for example, the huge drainage of money from places, by the payment of interest and reductions. At last, we make an approach of how the metropolitan regions participate of complex territorial processes, related to the financial rationality, taking objects and actions of the period in. We analyze how the metropolis are either rentable sources of exploration for the financial system and how, in the late years, it has set a “corporative management” to guarantee, on the one hand, the extraction of rent from places and, on the other hand, an advantageous geographical situation, that allows the territorialization of scant productive investments. I conclude, having as a result, the comprehension of the process of realization of this financialized capitalism – hungry for results, for maximized rentability that drives the constitution of a geographical space marked by the corporative use of territory, looking for new territorial dynamics very advantageous to the rentists classes, a true Financialization of Territory.

Key-words: Corporative use of territory. Financial capitalism. Financialization of territory. Public debt. Territorialization of investment.

INTRODUÇÃO

Em “Novos Estudos da Geografia Humana”, de 1957, em um dos capítulos, intitulado “Capital e Geografia”, Pierre Monbeig propõe pensar os motivos que levaram os geógrafos a não adentrarem as portas das bolsas de valores. Quer saber Monbeig por que os estudos de geografia humana existentes até então haviam negligenciado o papel que o capital exerce na organização do espaço.

A preocupação de Monbeig era bastante pertinente, pois até a primeira metade do século XX eram raros os estudos específicos das relações entre o espaço geográfico e as finanças. Uma das primeiras pesquisas da geografia contemporânea a abordar o tema foi aquela desenvolvida pela etnóloga francesa Camille Lacoste Dujardin, que estudou o centro financeiro do Marrocos, a cidade de Casablanca; mas ela abandona o tema, justificando que era sua vontade estudar algo que permitisse que estivesse mais próxima das pessoas¹. Além deste estudo, em 1955, no início do pós-guerra, o banqueiro, mas também geógrafo, Jean Labasse, escreve “Les capitaux et la region”, obra em que Labasse se ocupa de compreender como o capital se difunde e modifica os espaços regionais.

Mas, se a afirmação de Monbeig era verdadeira para época, o mesmo não pode ser dito hoje. Apesar de haver ainda uma certa marginalidade e mesmo uma dificuldade de afirmação, as finanças ganharam nesses últimos 30 anos um espaço considerável de discussão dentro da Geografia. Os novos estudos de Jean Labasse, realizados nos anos 70, deram um impulso vigoroso ao tema, seu “L’Espace Financier”, de 1974, pode ser considerado um clássico e está presente na bibliografia de inúmeros pesquisadores que trabalham com esse campo da pesquisa geográfica. Nessa obra, Labasse, ao tratar dos aspectos territoriais da atividade financeira em escala intra-urbana, urbana, regional e global, já afirmava que o crescimento dos fluxos financeiros não anula a importância dos lugares. O uso ampliado da cartografia permitiu a esse autor demonstrar a territorialização de uma atividade que, por seu forte conteúdo imaterial, estava praticamente esquecida nos estudos geográficos (CLERICI; FARAVELLI, 2010).

¹ A entrevista em que Dujardin comenta essa questão está em: ZANOTELLI, C. L. *Yves Lacoste: entrevistas*. São Paulo. Annablume Editora, 2005.

Apesar da obra de Labasse ser de extrema importância, sua penetração entre os geógrafos críticos foi muito pequena ou quase inexistente. Foi David Harvey que brilhantemente cumpriu o papel de tratar as relações entre sistema financeiro e espaço geográfico. Em seu “A Justiça Social e a Cidade”, editado na primeira metade da década de 70, ele já apontava elementos importantes do capitalismo financeiro na produção do espaço urbano, ao abordar aspectos como a teoria da renda urbana. No entanto, é em seu mais importante livro, segundo o próprio autor, “Limits to Capital”², de 1982, em que Harvey se ocupa pesadamente das relações entre sistema financeiro e território. Seus textos posteriores trouxeram também uma explicação bastante esclarecedora da passagem do regime de acumulação fordista para um regime flexível e a centralidade do sistema financeiro nesse processo, como é possível ler em sua obra “Condição Pós-Moderna”. Mais recentemente, esse geógrafo nos traz uma abordagem da questão do sistema financeiro e suas relações com os sistemas políticos neoliberais, em “O Novo Imperialismo”, de 2003, e “O Neoliberalismo”, de 2005. Seu último livro, lançado em meados de 2010, “The Enigma of Capital”, Harvey, diante dos desdobramentos de uma das mais violentas crises financeiras da história mundial, aborda a imensa capacidade do capitalismo de produzir crises financeiras e os custos sociais a elas ligados.

Ainda entre os grandes geógrafos críticos, Milton Santos, apesar de não tratar diretamente do sistema financeiro, apresenta uma preocupação com as finanças que está presente e diluída em toda a sua obra (CONTEL, 2011b). Em seu “O Espaço Dividido”, de 1978, pode-se perceber a importância que este geógrafo atribui ao sistema financeiro, ao dedicar às finanças um grande espaço de discussão dentro de sua obra. Mais tarde, Milton Santos volta a tratar a questão em toda uma seção de seu mais importante livro, “Natureza do Espaço”, de 1996. Nesse livro, ele realiza a análise da Globalização Financeira, apontando a importância do sistema financeiro e sua capacidade de unificar a mais-valia em uma economia globalizada. A preocupação com o crescente poder político do sistema financeiro é retomada por ele em “Por Uma Outra Globalização”, livro em que o autor elabora uma crítica muito severa ao sistema financeiro mundial, ao problema do dinheiro, que se tornou algo central na vida das pessoas, estados e empresas. Provavelmente muito preocupado com a crise da desvalorização do Real ocorrida em 1999, desenvolve toda uma reflexão a respeito do dinheiro em estado puro.

² Apesar de sua importância, essa obra não está traduzida na língua portuguesa. Contudo, há uma versão em espanhol, intitulada: “Los límites del capitalismo y la teoría marxista”, ver bibliografia.

Um pouco depois, em seu último livro, “O Brasil”, escrito junto com Maria Laura Silveira, eles analisam a territorialização do sistema bancário e do crédito no território brasileiro, dedicando um capítulo inteiro a esse tema.

Cabe ainda lembrarmos que, na geografia brasileira, outros geógrafos contribuíram para o desenvolvimento das pesquisas, como Roberto Lobato Corrêa (1989), com seu estudo a respeito do processo de concentração bancária, envolvendo a quase extinção dos bancos regionais e a mudança nos centros de gestão financeira; e a professora Helena C. Cordeiro (1992), que estudou o centro financeiro da cidade de São Paulo e sua expansão. Recentemente, outros geógrafos de renomadas universidades brasileiras vêm se dedicando ao tema das finanças, como podemos ver nos trabalhos de Leila C. Dias (2006; 2009) e Fabio B. Contel (2009; 2011a), com destaque para sua tese de Doutorado, “Território e Finanças”, defendida em 2006, no Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo³.

Enfim, podemos dizer que hoje muitos geógrafos ao redor do mundo, nas mais diversas metodologias e orientações teóricas, estão buscando entender o fenômeno das finanças e como essa atividade humana interfere na produção, organização e re-organização do território. Esta tese procura dar também uma contribuição geográfica ao tema. A partir de uma perspectiva teórica crítica e entendendo o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996), o objetivo deste trabalho é investigar como as finanças atuam na constituição de um novo espaço geográfico (SANTOS, 2008b, p.201) e como a constante atualização do meio técnico-científico-informacional, muito funcional ao sistema financeiro, é o que possibilita a eficácia dos processos e acumulação ampliada no atual período histórico.

Assim, propondo discutir processos do sistema financeiro em uma perspectiva multiescalar - mundial, nacional, regional e local - a partir da organização e dinâmica do território, espera-se poder dar alguma contribuição também ao debate científico da geografia contemporânea. Consideramos que dessa maneira podemos colaborar, um pouco que seja, com a explicação necessária à sociedade brasileira dos novíssimos

³ O trabalho de Fabio B. Contel recebeu em 2007 o Prêmio Nacional de Melhor Tese de Doutorado, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE). Recentemente, essa tese foi publicada em formato de livro, ver: Contel (2011a)

processos que vivemos; esclarecer a atual dinâmica do território, dinâmica cujo ritmo é marcado e regido hegemonicamente pelos sistemas de ações que compõem o sistema financeiro mundial.

David Harvey (1992), ao tratar da acumulação capitalista e das novas formas de exploração da mais-valia na história atual, propõe em seu livro “Condição Pós Moderna” considerarmos uma mudança radical nas formas de acumulação. Para Harvey, os novos modos de operação e busca do aumento da taxa de lucro do sistema capitalista global iniciam-se após 1972, configurando a passagem do modo de regulação fordista-keynesiano para o que ele chama de regime de “acumulação flexível”⁴. Dentre todos os novos modos de operar o capitalismo, destacam-se aqueles ligados ao sistema financeiro, que após os anos 70 reestrutura-se técnica e organizacionalmente para alcançar maiores vantagens dos meios técnico-científico-informacionais disponíveis. Uma série de novos produtos financeiros, desenvolvimento, elaboração e instalação de um também novo e vantajoso arcabouço normativo e informacional, exigido aos estados nacionais para garantir tecnicamente a fluidez da riqueza produzida, a fluidez da circulação do dinheiro, o giro rápido do capital, assegurando a extração da riqueza em circuitos espaciais produtivos cada vez mais estendidos e em um número cada vez maior de lugares, como também a extração de riqueza por meio de transferência direta de parte do orçamento dos governos em todas as suas escalas: são exatamente as condições técnicas, científicas e informacionais do meio geográfico que permitem aos operadores do sistema financeiro não somente usar os territórios nacionais como recurso da acumulação, mas autorizam esses agentes da acumulação da riqueza a atuar flexivelmente em termos de tempo real e em termos de espaço global, direcionando o dinheiro para regiões ou países onde a rentabilidade do capital permita a maior e a mais rápida acumulação (CHESNAIS, 1996, p.240).

Atualmente, neste período técnico-científico-informacional, governos, em uníssono com a política financeira e econômica mundial, decidem configurar o meio geográfico sob

⁴Para Harvey, a acumulação flexível “[...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 1992, p.140).

sua administração, criando condições técnicas e políticas de modo a contribuir com a acumulação ampliada do capital. Tais sistemas de ações governamentais demonstram a importância do território na atualidade, usado como recurso a fim de atender as exigências do novo modo de desenvolvimento do capitalismo. A organização corporativa do espaço geográfico serve e impulsiona tal processo de acumulação. Como nos explica Monica Arroyo (2006, p.181),

A importância crescente da circulação de dinheiro em estado puro, tornada fator central da acumulação no capitalismo contemporâneo, explica-se em grande parte pelas novas condições técnicas e políticas que os territórios nacionais oferecem. Há uma base material adequada para aumentar a fluidez territorial, soma-se uma base normativa que facilita a porosidade do território a partir de regulações flexíveis

Ainda para essa autora, a configuração do meio técnico-científico-informacional, presente em todas as partes do mundo, mesmo que em densidades e dimensões diferentes, segundo os continentes, países e regiões, é o que possibilita que os fluxos financeiros possam se realizar na escala do mundo.

Contudo, essa política feita em favor das grandes empresas e da eficácia dos processos de acumulação financeira tem aumentando de forma assombrosa as diferenças entre os distintos circuitos da economia – o circuito inferior e o circuito superior⁵ – gerando consequências diretas ao meio urbano – a pobreza urbana é, hoje, um dos fenômenos mais evidentes nas cidades contemporâneas, como também entre as regiões do país, exacerbando o desenvolvimento geográfico desigual desse imenso território, no qual se abriga a nação brasileira.

O atual processo de financeirização da economia e do território, visto sua importância estratégica de valorizar o capital superacumulado obtendo quase sempre resultados ótimos, coloca desafios à compreensão do contemporâneo. Hoje as finanças deixam de ser vistas como “suporte” ou “motor” da atividade produtiva para assumir crescente

⁵ Utilizamos no âmbito de nossa pesquisa, para a compreensão e análise de fenômenos novos da economia e dos territórios, os conceitos de circuito superior e inferior da economia, ambos propostos por Milton Santos, em sua obra “O Espaço Dividido”, de 1979. Para Milton Santos, o circuito superior da economia é “constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores”. Quanto ao circuito inferior, esse seria “constituído essencialmente por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 2008b, p.40-41).

centralidade. Essa centralidade de valorização do capital na esfera financeira acaba por gerar um processo em que resulta em “marginal” a importância do capital destinado aos investimentos produtivos (LUCIA, 2010, p. 9). Hoje é cada vez maior a quantidade de dinheiro aplicado em operações puramente financeiras. Sabemos que as operações realizadas nas bolsas de valores ao redor do mundo, como aquelas de câmbio, superam enormemente o Produto Interno Bruto (PIB) mundial. No Brasil, devido ao processo de financeirização da economia e do território que se instala com maior intensidade no início dos anos 90⁶, a quantidade de capital que se territorializa em investimentos diretamente produtivos é muito pequena, se comparada ao capital que é direcionado para realização na esfera financeira⁷. Como acertadamente asseveram Gérard Duménil e Dominique Lévy (2003, p.95), “Na ausência de oportunidades de lucro na esfera produtiva, os capitalistas dirigem-se, de maneira vertiginosa para investimentos financeiros especulativos”.

Tornado a principal maneira de realização do capital quais são as mutações que esse processo de financeirização da economia provoca no território? Quais são as dinâmicas territoriais novas que conhecemos a partir desse direcionamento cada vez maior de capital superacumulado para realização na esfera financeira? Ao longo desse trabalho, discutimos a tese de que: o atual processo de financeirização da economia é responsável por uma série de mutações no uso do território. A atual lógica do capitalismo financeirizado de valorização do capital superacumulado em investimentos de alta rentabilidade, excepcional liquidez e retornos de curto prazo manifestam-se especialmente a partir dos sistemas de ações orientados por tal lógica, por isso, no atual período conhecemos um processo novo: o de financeirização do território. A preocupação é, portanto, a de explicar como esse novo modo de funcionamento do capitalismo, sempre ávido por resultados financeiros, acaba por orientar a constituição de um espaço geográfico marcado pelo uso corporativo do espaço da nação. Território visto e entendido apenas como recurso para a ótima e ampliada acumulação financeira das classes e empresas hegemônicas. Portanto, quando estados se endividam e garantem o funcionamento vantajoso do novo regime de acumulação, com predominância na

⁶ Entre outras variáveis empiricamente podemos constatar esse processo de financeirização por meio do aumento do PIB intermediária financeira, conforme nos mostra o gráfico 3, p.45.

⁷ No 4º trimestre de 2011, o volume médio diário movimentado na Bovespa foi de R\$6,4 bilhões. Sendo que, deste total, 38% foram movimentações realizadas por estrangeiros, 33% por investidores institucionais, 20% por pessoas físicas, 9% instituições financeiras e 2% das operações feitas por empresas (FOLHAINVEST, 2011, p.B1).

esfera financeira, impõem aos governos, qualquer escala tomemos, planos de ajuste das contas públicas (como a Lei de Responsabilidade Fiscal), que impedem, por exemplo, que os investimentos urbanos e territoriais sejam feitos segundo as atuais necessidades de uma nação historicamente subdesenvolvida, em favor de uma política de restrição orçamentária, pagamento de juros e amortizações. Pensamos que esse é hoje um dos principais problemas e entraves para o desenvolvimento do território e da nação brasileira. Daí que esse processo de financeirização que cria e impõe novas regras aos agentes da economia acaba por impor essas mesmas regras de “governança corporativa” aos territórios; os lugares são tensionados a adequar-se constantemente às exigências dessa, que é considerada por muitos autores como uma nova fase do capitalismo⁸. Dessa busca dos lugares pela atração dos fluxos financeiros, seja em relação aos investimentos diretos produtivos, ou ainda para atração de capital financeiro para financiar seu orçamento, novas práticas de “gestão do território” são elaboradas e executadas a fim de atender aquelas exigências de flexibilidade e rentabilidade do período atual.

Para realizar essa discussão, a organização da tese prevê três capítulos: no primeiro, intitulado “Capitalismo Financeiro e Território: o atual sistema financeiro e o uso corporativo do território”, trato das relações existentes entre o território e as finanças, apresentando como as finanças se tornam uma variável-chave do atual período; esse capítulo também irá se desdobrar no sentido de demonstrar que há um movimento do capital financeiro, capital portador de juro, operado pelas instituições financeiras, bancárias ou não, que pretendem buscar a valorização do capital sem sair da esfera financeira. Desse movimento do capital, ganham expressão novas formas rentistas, como aquelas ligados aos títulos de propriedade de ações, debêntures, dívida pública, etc.

Visto sua atual importância, por ser o destino preferido do capital superacumulado, que busca valorização na esfera financeira, na segunda parte da tese, intitulada “Sistemas de Ações Hegemônicas e Acumulação: sistema financeiro mundial e a remuneração ótima do capital superacumulado”, abordo o problema de superacumulação do capital e de como esse se relaciona com o tema da dívida pública e suas implicações para o território,

⁸ Ver: CHESNAIS, F. et al. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003.

em especial o papel do investimento público e as possibilidades de desenvolvimento urbano e territorial a que esses investimentos estão ligados, bem como a enorme drenagem de dinheiro dos lugares, via pagamento de juros e amortizações. Nessa parte, estudo as teses de Harvey, principalmente sua contribuição para entender as relações entre o capital superacumulado e a produção do território, e ainda “aquelas que apontam a necessidade de uma recuperação da discussão entre acumulação primitiva e da relação que aí existe entre poder estatal, acumulação e capital fictício” (PAULANI, 2010). Também aqui retomo a tese de Francisco de Oliveira a respeito do fundo público e seu caráter insubstituível para acumulação de capital. A partir dessas teorias, realizo um resgate da evolução recente da dívida pública brasileira, apontando seus principais credores e impactos territoriais, bem como faço um levantamento empírico que revela destinação de somas consideráveis dos recursos financeiros dos estados da federação no pagamento de amortizações e juros de suas dívidas públicas.

Já na terceira e última parte, intitulada “A Manifestação do Mundo no Lugar: lógicas financeiras em Regiões Metropolitanas”, trabalho com processos gerais, finalizando a análise, em uma situação geográfica específica: a Região Metropolitana de Campinas. A opção por trabalhar com uma região metropolitana se deu pelo fato das cidades que compõem as redes urbanas metropolitanas apresentarem-se como espaços da globalização, lugares unificados ao mundo por meio de uma densa rede técnica e informacional, verdadeiros lugares globais complexos, dadas as densidades do meio geográfico que podemos nessas cidades encontrar. Com isso, mostro como as regiões metropolitanas participam de um processo mais amplo, acolhendo objetos e ações do período, pois, como assevera Milton Santos (2008, p. 159), “o espaço geográfico é formado por sistemas de objetos e sistemas de ações, um conjunto indissociável [...] e cada sub-espaço inclui uma fração desses sistemas, cuja totalidade é o mundo”. Analiso primeiramente como as metrópoles são também rentáveis fontes de exploração para o sistema financeiro, já que o pesado endividamento das grandes cidades brasileiras compromete parcelas consideráveis de seu orçamento com o pagamento de juros e amortizações. Para garantir a continuidade desses pagamentos, uma “gestão corporativa” foi nessas últimas duas décadas sendo criada. Ainda intimamente vinculado a essa nova “gestão empreendedora da cidade e do município” trato do tema da territorialização do investimento. São hoje também as metrópoles, as cidades médias

e os aglomerados urbanos, os lugares onde se instalam os novos investimentos, contudo, esses investimentos estão ligados a construção desse “clima favorável aos negócios”, que se traduz em toda uma sorte de isenções, renúncias fiscais e obras públicas que acabam por fragilizar ainda mais as já débeis finanças públicas brasileiras.

Em todos esses processos, observam-se os governos, em nome da competitividade e do crescimento econômico, num esforço contínuo para atualizar sistemas de objetos e sistemas de ações, que estrategicamente objetivam dar às empresas do sistema financeiro livre acesso aos lugares; preocupam-se em adequar e re-elaborar normas jurídicas que permitam o uso vantajoso e corporativo do território. Um modo de desenvolvimento do capitalismo, que por privilegiar os investimentos fundados na ideia de crescimento econômico em detrimento da totalidade das demandas sociais, e ainda, pela transferência de renda para as classes dirigentes, via pagamentos de juros dos títulos da dívida pública, é responsável pelo aumento ou mesmo pela permanência da pobreza nos lugares, sobretudo em lugares de maior densidade técnica e populacional e economicamente mais dinâmicos.

Portanto, esse trabalho tem como fio condutor o processo de financeirização da economia e do território e como esse processo só é possível pela constante atualização dos sistemas de objetos técnicos e dos sistemas normativos políticos. A atual financeirização da economia e do território brasileiro permite aos agentes hegemônicos do sistema financeiro extrair elevadas somas de dinheiro dos lugares, seja por meio das condições técnicas e políticas encontradas em um determinado lugar especializado para a valorização na própria esfera financeira, seja pela expansão do capital fictício e o endividamento público do estado-nação, ou ainda, pela manifestação das lógicas exploratórias financeiras em escala metropolitana regional.

Capítulo I

Capítulo I

CAPITALISMO FINANCEIRO E TERRITÓRIO: o atual sistema financeiro e o uso corporativo do território

1.1 Introdução

Neste primeiro capítulo, apresento algumas relações existentes entre o território e as finanças, trabalhando com a perspectiva das finanças como uma variável-chave do período atual. O texto também irá se desdobrar no sentido de demonstrar que há um movimento do capital financeiro, capital portador de juros, operado pelas instituições financeiras, bancárias ou não, que pretendem buscar a valorização do capital sem sair da esfera financeira. Desse movimento do capital, ganham expressão novas formas de rendimentos rentistas, como aqueles ligados aos títulos de propriedade de ações, debêntures, dívida pública, etc..

O fenômeno da valorização do capital na própria esfera financeira, fenômeno esse muito ligado ao fluxo frenético de dinheiro entre as mais importantes praças financeiras mundiais, foi um dos argumentos da tese do fim da geografia⁹, muito divulgada durante a década de 90 e com alguma ressonância ainda hoje. O que pretendo demonstrar é que, ao contrário, atualmente distintas configurações geográficas vão permitir maior ou menor valorização do capital na esfera financeira. Nesta primeira parte da pesquisa, vê-se que há um esforço constante na atualização dos sistemas normativos, e da manutenção de uma política macroeconômica, que buscam antes de tudo atender as exigências desse novo modo de desenvolvimento do capitalismo, tornando o território brasileiro plataforma de valorização financeira internacional (PAULANI, 2008). Se o processo de financeirização da economia subordina a produção e impõe novas lógicas,

⁹ Ver: O'Brien, Richard. Global Financial Integration: the end of Geography.

quanto aos territórios isso não é diferente: discutem-se, portanto, nesta primeira parte, os primeiros elementos que constituem o processo de “financeirização do território”¹⁰.

1.2 Capitalismo Financeiro e Território

Estudar os estágios e os mecanismos pelos quais o sistema capitalista se atualiza sempre foi um desafio aos pesquisadores ligados às mais diversas áreas da ciência e da filosofia. O dinamismo econômico desse sistema se sustenta historicamente e, em diferentes momentos, em formas recriadas de exploração do trabalho, capazes de garantir a superação dos sucessivos e contínuos períodos de crises, impondo àqueles que têm a pretensão de estudá-lo a tarefa de esclarecer à sociedade as estruturas desse processo histórico. O desenvolvimento histórico do capitalismo já ultrapassa quinhentos anos. Se tomarmos como escala o mundo, poderíamos delimitar, como o fez Milton Santos, ao menos cinco períodos¹¹. Em todos esses períodos, a ação do homem, potencializada pelo desenvolvimento das forças produtivas, ao mesmo tempo em que transformou as relações humanas, modificou radicalmente o meio, remodelando e configurando, em cada época, territórios que pudessem ser ótimos para a acumulação capitalista.

O estágio atual desse desenvolvimento tem início logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando a ciência, a técnica e a informação se tornam as variáveis mais importantes em termos de investimentos no processo de produção, já que são elas meios eficazes para a difusão e alargamento dos mercados e controle do território. Este período pode ser definido como “[...] o período da grande indústria e do capitalismo das grandes corporações, servidas por meios de comunicação extremamente difundidos e rápidos” (SANTOS, 2008a, p.42). Nesse estágio, a tecnologia, e principalmente a tecnologia da informação, passa a ser a variável chave da explicação das novas dinâmicas do território.

¹⁰ A expressão “financeirização do território” aparece na obra de Milton Santos e Maria Laura Silveira “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI”. Com esta tese se quer avançar, um pouco que seja, no entendimento desse processo.

¹¹ “À escala mundial, pode-se dizer que cada sistema temporal coincide com um período histórico. A sucessão dos sistemas coincide com a das modernizações. Desse modo, haveria cinco períodos: 1. O período do comércio em grande escala (a partir dos fins do século XV até mais ou menos 1620). 2. O período manufatureiro (1620-1750). 3. O período da Revolução Industrial (1750 -1870). O período industrial (1870-1945). 5. O período tecnológico.”(SANTOS, 2008a, p.37-38).

Ao final do século XX, os avanços da ciência e da técnica permitem ao novo sistema técnico uma presença planetária (SANTOS, 2000) e a consolidação de uma nova fase na história humana – um subperíodo dentro do período tecnológico – o período da globalização. E é neste subperíodo que a constituição da unicidade técnica, da unicidade do tempo e a mais valia global servirão como “base do fenômeno da globalização e das transformações contemporâneas do espaço geográfico” (SANTOS, 2008b, p.189).

Se no passado cada lugar ou região possuía uma relação e um conjunto de técnicas próprias para tornar possíveis os processos de intermediação financeira, hoje conhecemos uma unificação das técnicas aplicadas às finanças.

Para Milton Santos, o que nos autoriza a falar hoje de unicidade técnica é o fato de haver a integração de sistemas técnicos hegemônicos que formam um conjunto de instrumentos possíveis de operar de forma conexa (SANTOS, 1996). Se tal unicidade é conquistada em praticamente todas as esferas das atividades humanas, na esfera financeira ela atinge suas mais notáveis realizações.

Quanto aos sistemas de ações das instituições e empresas financeiras, são fundamentais as recentes mudanças em seu sistema regulatório, que se desencadearam em todo o mundo capitalista após os anos de 1970 e deram uma nova configuração ao capitalismo. A queda do acordo de Bretton Woods, o novo papel do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, a progressiva liberalização dos mercados financeiros, a desintermediação financeira e o desenvolvimento dos fundos de pensão, a transnacionalização dos bancos e o pleno desenvolvimento tecnológico dos sistemas técnicos de suporte às operações financeiras permitiram que novos sistemas de ações se instalassem em qualquer ponto de um país, desde que este interessasse aos agentes hegemônicos.

Esses novos sistemas de ações que difundiram nos lugares uma nova ordem mundial trouxeram mudanças que afetaram, de uma maneira ou de outra, a sociedade e o território. A expansão do sistema de ações das corporações e instituições financeiras alcançou tamanha capacidade de controle e de ação mundial que submeteu aos seus

próprios e únicos desígnios, via consentimento ou coerção¹², mesmo Estados nacionais de prestígio e poder político como é o caso do programa neoliberal, implantado no poderoso estado de bem estar social sueco¹³.

Num mundo onde as finanças apresentam-se como variável motora dos territórios, países ganham importância enquanto se criam novas dependências¹⁴. Peter Gowan (2003) trata de descrever em seu livro “A Roleta Global” a formação no Pós Guerra de um poder político, econômico e militar denominado por ele como Regime do Dólar-Wall Street. Esse regime seria, segundo o autor, um arranjo que permitiria que os Estados Unidos, no contexto caracterizado pela globalização financeira, pudessem se situar de maneira privilegiada. Gowan indica quatro questões que elucidam por parte dos norte-americanos uma intenção deliberada de “Gestão Global”, a saber: a) Washington trabalha para que não se constitua um sistema estável baseado em regras, apesar dos constantes apelos da comunidade internacional, que sofre com violentas oscilações em suas moedas; b) o governo americano opera para que os fluxos de crédito oscilem abruptamente, ao deixar que o mercado defina as condições para tal (em nível de macrorregulamentação); c) liberdade total para o mercado de crédito, também no nível da microrregulamentação, permitindo comportamentos irresponsáveis na gestão financeira; d) Os EUA operam, dia após dia, para que todos os países subordinem sua lógica econômica à financeira, impondo a desregulamentação da atividade a toda comunidade internacional.

¹² David Harvey analisa como o poder político hegemônico norte americano se amplia mediante o desenvolvimento de política de coerção e consentimento em seu livro: “O Novo Imperialismo”, ver bibliografia.

¹³ Para uma descrição detalhada desse processo, ver: Harvey, “O Neoliberalismo: história e implicações”.

¹⁴ “Se na manifestação, digamos, clássica do subdesenvolvimento, era a incapacidade em gerar progresso que garantia a assimetria que condenava um país à posição de subordinação, nos tempos da globalização financeira a assimetria é reforçada por outros fatores. Talvez o mais importante desses fatores seja a incapacidade dos países em posição subordinada de criar moedas aceitas internacionalmente, conformando o problema que os economistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento denominaram de “pecado original”. Ao contrário de países desenvolvidos, os países subdesenvolvidos são obrigados a assumir obrigações em moeda diferente da sua, expondo-se, com isso, a problemas de liquidez e solvência, tornando-se dependentes dos primeiros para ter acesso a meios de pagamento internacionalmente aceitos” (CARVALHO, 2006, p.332)

Há evidências para onde quer que olhemos de que o capital financeiro, capital portador de juros, e aqueles que o operam, empresas e instituições do sistema financeiro, assumiram, desde a metade do século XIX, centralidade crescente¹⁵. Conhecemos um crescente poder dessas instituições quando as outorgas de financiamentos, especialmente os de longo prazo, e a centralização da riqueza, via sociedade por ações, passaram a ser essenciais para o alargamento da ação capitalista. O desenvolvimento histórico das empresas capitalistas necessitou de expressiva participação direta de bancos e outras instituições financeiras (bolsa de valores, por exemplo) como provedores de recursos para a expansão de seus negócios. O mesmo movimento de dependência ocorreu com os governos, em qualquer escala do poder político, nas mais diversas formações territoriais. O Estado capitalista, quer para ampliar os investimentos em bens de serviço coletivo, dotar os territórios de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento das forças produtivas, ou mesmo para rolar a dívida pública, necessitou contrair vultosos empréstimos junto ao sistema financeiro, aumentando, ano após ano, sobremaneira, o peso da dívida pública interna e externa.

Dada a importância central que o dinheiro e os processos de acumulação do qual ele faz parte assumem dentro do modo de produção capitalista e do próprio desenvolvimento de uma determinada formação sócio-espacial, cabe realizar aqui, mesmo que brevemente, uma caracterização do capital financeiro, ou capital portador de juros.

O conceito de capital financeiro é marcado por uma trajetória dentro do pensamento marxista. Marx não chegou a desenvolver esse conceito, no entanto, no livro III, d'O Capital, capítulo XIX, ele nos alerta a respeito da necessidade de considerar as diferenças existentes dentro do processo de circulação do capital para que possamos apreender as particularidades de cada uma de suas fases. É necessário entender como cada fase participa do processo geral de reprodução do capital.

Durante o processo de circulação do capital industrial, representado por Marx através da fórmula de movimento do capital: dinheiro, mercadoria, dinheiro linha, D-M-D', o

¹⁵ “O movimento de organização dos recursos produtivos sob a forma de sociedade por ações tomou vulto nos Estados Unidos já a partir da década de 1840, quando a expansão da rede ferroviária e do sistema de comunicações (telégrafo) passou a exigir uma estrutura organizacional que ultrapassava os limites impostos pelo empreendimento familiar. [...] a centralização de riqueza necessária ao desenvolvimento desses empreendimentos estava acima das disponibilidades ou, pelo menos, do risco aceitável por capitalistas individuais” (PINTO, 2009, p.54).

dinheiro efetua processos puramente técnicos. “Esses movimentos – ao se tornarem função autônoma de um capital particular que os executa, como operações particulares, e nada mais faz, além disso – transforma esse capital em capital financeiro” (MARX, 2008, livro III, p.421). A divisão do trabalho possibilitou que os processos técnicos de circulação do dinheiro fossem concentrados nas mãos de capitalistas com funções exclusivas. Essas operações autônomas executadas por agentes especiais da classe dos capitalistas para atender aos negócios de outros capitalistas dão origem ao comércio de dinheiro (MARX, 2008, livro III, p.423).

A capacidade do sistema financeiro de mobilizar e centralizar massas crescentes de dinheiro e criar capital fictício, direcionando fluxos monetários às mais diversas atividades, sejam elas de investimentos, consumo ou especulação, deu aos seus agentes uma imensa importância e um crescente poder nas mais diversas formações sócio-espaciais. No clássico “O Capital Financeiro”, Hilferding já alertava a respeito da relação cada vez mais intrínseca (analisando o contexto alemão ele usa o termo fusão) entre capital bancário e capital industrial e a subordinação do segundo ao primeiro como um dos traços característicos do capitalismo moderno.

Ainda tratando de autores clássicos, é de Lênin a concepção de que o século XX é o século em que ocorre a virada da dominação do capital, em geral para o capital financeiro. A fusão entre capitais bancários e industrial, sob o comando do primeiro, formam uma oligarquia financeira, formam o capital financeiro, que se desenvolve num contexto de grandes monopólios (HARVEY, 1990; 2006). É ainda com inspiração nos estudos de Hilferding e Lênin, que se vulgariza, no decorrer do século XX, a expressão “capitalismo financeiro”, como uma maneira de ressaltar o caráter central do componente financeiro no seio dos processos de reprodução do capital.

Nesta mesma linha de argumentação, no entanto, mais recentemente, Georges Benko (2002, p.72) afirma: “numa economia capitalista mundial, as atividades de comando são exercidas em todo o ‘setor do capital financeiro’, as decisões importantes são tomadas tanto pelos bancos como pelos grandes grupos industriais e o conceito de capital financeiro vem recobrir a interconexão desses dois domínios”.

Há ainda uma segunda concepção de capital financeiro, em que se privilegia o capital financeiro não como bloco de poder, mas o capital-dinheiro em seu processo de circulação, como capital portador de juros, concepção essa defendida, recentemente, sobretudo por François Chesnais (1996; 1998) e outros economistas heterodoxos.

Contudo, como nos alertou David Harvey (1990, p.319) há dois conceitos de capital financeiro. O primeiro é entendido como processo de circulação do capital portador de juros; e o segundo, como bloco de poder institucionalizado dentro da burguesia. Harvey considera que nenhum deles é totalmente adequado e pretende, em sua teoria, unificá-los.

Para Harvey, o sistema financeiro aparece à sociedade como algo envolto em mistério, algo que provém de sua complexidade: formado por inúmeras instituições e empresas, como Bancos Centrais, instituições internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional), mercados financeiros interconectados (bolsas de valores, mercados de futuros) e instituições (bancos de desenvolvimento, bancos mercantis, etc.). Banqueiros e funcionários de alto escalão transitam entre praças financeiras e tomam decisões que acabam por afetar a vida de milhões de pessoas, governos e empresas. Esse mistério e poder podem dar margem, segundo Harvey, à formulação de teorias infundadas de conspiração. A tarefa da ciência é logo livrar a sociedade desse mistério e revelar a lógica que orienta o sistema financeiro, expor a vulnerabilidade interna que se esconde por debaixo de uma aparência de poder e controle totalmente hegemônico (HARVEY, 1990, p.319-320).

Esse capital financeiro, capital portador de juros, encontra na taxa de juros, bem como no crescente movimento de autonomização, sua possibilidade de existência, extração de renda e contínuo crescimento, aspectos esses que irei tratar melhor no próximo item.

1.3 Autonomização do Capital: condições técnicas e políticas dos lugares

No modo de produção capitalista, o próprio dinheiro, como capital, torna-se mercadoria – o dinheiro assume um novo valor de uso. “Equiparado à força de trabalho, o valor de uso do dinheiro passa a ser o de criar valor, valor maior que o que nele mesmo contém” (MARX, 2008, livro III, p.520). Ainda como mercadoria, “na condição de capital-dinheiro tornou-se o capital a mercadoria cuja qualidade de valorizar-se tem um preço fixo, expresso pela taxa corrente de juro” (MARX, 2008, livro III, p.521).

E é por intermédio da taxa de juro que o dinheiro ganha valor adicional. A taxa de juro determina o preço fixo da mercadoria-dinheiro. Hoje estipulada no Brasil por instrumentos técnicos contábeis, como a taxa Selic¹⁶, ou mesmo critérios mais particulares que determinam taxas de juros distintas ou discriminatórias, essa taxa permite aos possuidores de capital-dinheiro extrair renda.

A extração de renda a partir da posse de títulos de propriedade é uma das características centrais do novo sistema de acumulação e um componente importante no entendimento da estrutura de classe no capitalismo hoje. Indivíduos, empresas e mesmo instituições, proprietários de capital-dinheiro realizam aplicações financeiras em títulos da dívida pública, ações, debêntures etc. e adquirem com essas aplicações o direito de receberem renda a partir da posse de um título de propriedade. No Brasil, pesquisa publicada pelo Instituto de Economia Aplicada (IPEA, 2010a) demonstrou que: rendimentos da propriedade (lucro, juros, aluguéis, renda da terra, entre outros) no biênio 1999/2000 representavam 60% da renda nacional, ante 40% da renda obtida pelo trabalho; essa situação sofreu pouca mudança no decorrer da última década. Apesar de todos os investimentos feitos pelo governo federal durante a administração do governo Lula em favor da geração de emprego, no biênio 2008/09, o crescimento do peso do trabalho na renda nacional foi de 9,5% e passa a representar 43,6% no conjunto da renda nacional.

¹⁶ “A taxa Selic, instrumento primário de política monetária do Copom, é a taxa de juros média que incide sobre os financiamentos diários com prazo de um dia útil (*overnight*), lastreados por títulos públicos registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). O Copom estabelece a meta para a taxa Selic, e cabe à mesa de operações do mercado aberto do BCB manter a taxa Selic diária próxima à meta” (BACEN, 2010, p.8).

A repartição territorial da riqueza produzida também é desigual. Outro comunicado recente do IPEA, “Desigualdade da renda no território brasileiro”, demonstrou que, em 2007, cinquenta e seis municípios brasileiros concentravam 47% da renda de todo o território, e 556 municípios, apenas 10% dos municípios brasileiros, respondem por quase 4/5 da renda do país.¹⁷

A financeirização da economia e do território criou as condições, uma opção para a classe empresarial, para valorizar seu capital sem que fizessem investimentos produtivos. A figura 1, “Lucratividade do capital e taxa de Formação Bruta de Capital, Brasil - 1995-2008”, elucida muito bem essa afirmação. Como é possível observar, apesar da constante queda na taxa de Formação Bruta de Capital que se inicia em 1998 e só conhece sua recuperação a partir de 2004, a linha que representa a lucratividade do capital conhece um aumento surpreendente exatamente nos mesmos anos em que se observa uma forte queda na taxa de Formação Bruta de Capital (representada no gráfico pela linha Taxa de investimento).



Figura1. Lucratividade do capital e taxa de Formação Bruta de Capital, Brasil - 1995-2008. Fonte: “O Brasil em Desenvolvimento. Estado, Planejamento e Políticas Públicas- (IPEA, 2009).

¹⁷ Segundo comunicado IPEA (2010b, p.17) “A redução no grau de concentração/desigualdade na composição territorial dos PIBs municipais passa pela recuperação do poder de intervenção das unidades estaduais que terminaram perdendo função desde a privatização dos bancos e acirramento da guerra fiscal”.

Aplicações financeiras que buscam extrair renda, aumentar o estoque de riqueza privada, investimentos D-D', que buscam a valorização do capital de maneira autônoma, ou seja, que a quantidade de dinheiro aumente sem passar por um processo produtivo do tipo D-M-D', também foi objeto de preocupação de Milton Santos, quando ele nos fala em dinheiro em estado puro. Vale reproduzir a passagem:

Nas condições atuais da economia internacional, o financeiro ganha uma espécie de autonomia. Por isso, a relação entre a finança e a produção, entre o que agora se chama economia real e o mundo das finanças, dá lugar àquilo que Marx chamava de loucura especulativa, fundada no papel do dinheiro em estado puro. Este se torna o centro do mundo. É o dinheiro como, simplesmente dinheiro, recriando seu fetichismo pela ideologia. O sistema financeiro descobre fórmulas imaginosas, inventa sempre novos instrumentos, multiplica o que chama de derivativos, que são formas sempre renovadas de oferta dessa mercadoria aos especuladores. O resultado é que a especulação exponencial assim redefinida vai se tornar algo indispensável, intrínseco, ao sistema, graças aos processos técnicos de nossa época. É o tempo real que vai permitir a rapidez das operações e a volatilidade dos *assets*. E a finança move a economia e a deforma, levando seus tentáculos a todos os aspectos da vida. Por isso, é lícito falar em tirania do dinheiro (SANTOS, 2000, p.44)

Contudo, o movimento autônomo do capital portador de juros em busca de valorização é um movimento que, apesar de encerrar-se numa fórmula reduzida, D-D' – ou seja, dinheiro que gera mais dinheiro, mantém da esfera da produção apenas uma autonomia parcial. “A autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia relativa. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo” (CHESNAIS, 1996, p.241). Ainda nas palavras de François Chesnais:

Mais uma vez, os termos “autonomia”, “autonomização” etc. devem ser utilizados com muito cuidado. É verdade que parte elevadíssima das transações financeiras verifica-se no circuito fechado formado pelas relações financeiras especializadas. Mas isso não quer dizer que não existam vínculos muito fortes, e, sobretudo de grande alcance econômico e social, entre a esfera de produção e circulação e a das finanças. A esfera financeira nutre-se da riqueza criada pelo investimento e mobilização de uma força de trabalho de múltiplas qualificações. Uma parte, hoje elevada, dessa riqueza é captada e canalizada em proveito da esfera financeira, e transferida para esta. Somente depois de ocorrer essa transferência é que podem ter lugar, dentro do circuito fechado da esfera financeira, vários processos de valorização, em boa parte fictícios, que inflam ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros (CHESNAIS, 1996, p.246).

Esse movimento autônomo do capital é também parcial quanto aos territórios, pois distintas configurações territoriais irão permitir maior ou menor valorização do capital e é esta configuração, a atualização normativa, bem como as condições materiais e informacionais dadas em território brasileiro, sobretudo pela cidade de São Paulo, que irão permitir o uso vantajoso do território brasileiro pelos agentes do sistema financeiro mundial. Nessa mesma perspectiva trabalha Monica Arroyo (2006, p.181) quando afirma que “a importância crescente da circulação de dinheiro em estado puro, tornada fator central da acumulação no capitalismo contemporâneo, explica-se em grande parte pelas novas condições técnicas e políticas que os territórios nacionais oferecem”.

Também é preciso ressaltar que o processo de captação e canalização da riqueza para a esfera financeira, de que nos fala Chesnais, e sua relação com o território, está muito ligado à dívida pública, isso em qualquer nível de governo, estabelecendo uma relação entre dívida pública, finanças e território¹⁸. Cabe lembrar, ainda, que a dívida pública, em especial a dívida externa contraída junto a bancos como o BID e BIRD, está associada em grande medida a empréstimos feitos pelos governos com intenção de renovar, reorganizar ou construir novos sistemas de engenharia ou de transporte de uso corporativo, sistemas que pretendem aumentar a fluidez territorial, estruturas que atendam as exigências de velocidade, funcionalidade e competitividade do atual período técnico-científico-informacional.

¹⁸ Fabio Contel nos dá uma ótima explicação de como a contratação de empréstimos junto ao Sistema Financeiro Mundial pode conectar lugares ao mundo de forma extremamente desvantajosa a esses lugares. Para construir um viaduto sobre pátios das antigas estradas de ferro, como resposta a fluidez exigida pelo atual período, a prefeitura municipal de Bauru (SP) contraiu em 1996 um empréstimo vultoso junto ao banco Chase Manhattan. “O empréstimo tomado para construção do viaduto, de cerca de 10 milhões [...] acabou fazendo com que o circuito das finanças públicas bauruense passasse a participar de um circuito externo muito mais amplo, circuito esse ligado aos fluxos globais da economia [...] Esse processo de imbricação dos fluxos de capitais fiscais (públicos) com capitais financeiros – chamados de ‘colonização bancária’ pelo geógrafo Jean Labasse (1974) – pode ser visto, ainda no prisma da dialética dos vetores internos e externos no controle do espaço local, como formação típica de verticalidades no município. A dependência, no caso do endividamento com o banco norte-americano, significava, do ponto de vista da geografia econômica, uma violenta drenagem de capitais públicos de um lugar do interior do país em direção a um circuito estreitamente ligado às finanças globais dos países hegemônicos do sistema-mundo. No ano de 1999, cerca de 25% dos totais gastos pela prefeitura vão para o setor de ‘encargos gerais do município’, onde estão lotadas as despesas com pagamento de juros e amortização da dívida municipal” (CONTEL, 2003, p.307 e 309).

1.4 Regime de Acumulação com Dominância Financeira e Atual Dinâmica do Uso Corporativo do Território

François Chesnais, considerado hoje um dos mais expressivos pensadores das relações entre a mundialização do capital e as finanças, desenvolveu, ao longo dos últimos anos, sofisticadas teses a respeito do novo modo de acumulação do capital e do processo chamado por ele de mundialização financeira. Entre suas teses está a de que atualmente há uma prioridade por parte dos grupos empresariais (notadamente bancos e transnacionais) e investidores institucionais (fundos de pensões, fundos de ações, etc.) em valorizar o capital resultado da produção ou o capital de poupança, em aplicações financeiras, ou seja, ganhar dinheiro sem “sair” da esfera financeira.

O desenvolvimento de um regime de acumulação¹⁹ com predominância financeira, argumentam - não só Chesnais (1998), mas também Harvey (1992), Wallerstein (2003) e Arrighi (1996) - passa a ser o novo modo de desenvolvimento do sistema capitalista (PAULANI, 2009). Por acumulação financeira entende-se a centralização de capitais em instituições especializadas, de lucros não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por objetivo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros (CHESNAIS, 1998).

Esse novo regime de acumulação tem demonstrado seu caráter rentista, com consequências bastante nefastas para a sociedade e para os territórios. *Primeiro*: os capitalistas só expandem os investimentos diretos se esses investimentos trouxerem uma remuneração maior do que aquela advinda da renda obtida da remuneração a partir de aplicações financeiras (Quadro 1: Rentabilidade dos investimentos financeiros). *Segundo*: importantes linhas de crédito são usadas por empresas e investidores para captação de dinheiro e aplicação, não na produção industrial (o que ao menos poderia gerar novos empregos), mas em produtos financeiros muito rentáveis, ou ainda na equalização dos fluxos de caixa. *Terceiro*: uma parte cada vez maior do lucro das empresas é distribuída entre os acionistas (Gráfico 1: Rendas- Lucros e dividendos), em detrimento de uma política de reinvestimento e salários diretos e indiretos maiores aos

¹⁹ Evidentemente, ao falarmos de regime (padrão) de acumulação, estamos nos referindo a um conceito desenvolvido pela escola francesa de regulação. Para aprofundamento no tema recomendamos a leitura de: Boyer, Robert - A teoria da regulação: uma análise crítica.

trabalhadores; na verdade, sob o regime de acumulação com dominância financeira, impõe-se a precarização do trabalho, expressa, sobretudo, pelo crescente processo de terceirização – uma exigência da chamada “eficiência operacional” e sua promessa de retorno financeiro cada vez maior aos acionistas.

Imbricados, empresas industriais ou de serviços, bancos, fundos de investimentos e pensão realizam suas operações sob a lógica do capital financeiro. Muitas empresas do chamado *circuito superior da economia* (SANTOS, 2008b), sejam elas do ramo industrial ou de serviços, possuem em seus conselhos administrativos ou quadros de gestão representantes das empresas gestoras de fundos ou representantes de grandes bancos, ou ainda, as empresas tomam suas decisões com vistas a “agradar o mercado”, diante do poder que este assume, poder esse advindo do fato desses grandes investidores poderem se desfazer das ações de uma companhia, provocando em pouco tempo uma expressiva desvalorização. Os acionistas de uma empresa não são credores comuns, eles querem a maximização do valor de sua propriedade. A lógica de rentabilidade e de maximização do valor da propriedade acaba por resultar também em uma dinâmica territorial nova, marcada por descentralizações territoriais, especializações produtivas, fragmentação entre comando e produção, formação de oligopólios, etc..

A geógrafa italiana M. G. Lucia (2011) nos apresenta exemplos emblemáticos de financeirização de grandes empresas agro-alimentares e suas consequências territoriais. Nestlé, Kraft Foods, e Unilever adequaram nos últimos anos a sua organização empresarial, atendendo aos interesses dos investidores institucionais. A partir de planos de reestruturação, a empresa Kraft entre os anos de 2000 e 2004 reduziu 6.000 postos de trabalho e fechou 20 estabelecimentos. Também a partir de planos de reestruturação ligados às exigências dos mercados financeiros a Unilever diminuiu o número de estabelecimentos industriais no mundo. Nesse mesmo rumo, a Nestlé, com sua atual lógica de produção, conseguiu aumentar sensivelmente o ganho dos investidores ao mesmo tempo em que reduziu postos de trabalho e unidades de produção²⁰.

²⁰ “I casi di finanziarizzazione sono ormai numerosi ed esempi emblematici possono essere rappresentati da tre delle maggiori società del settore agroalimentare, la Nestlé, la Kraft e l’Unilever. A partire dal 2000 Nestlé, Kraft e Unilever hanno, infatti, adeguato l’organizzazione aziendale alla domanda dei mercati finanziari mediante il realizzazione degli esiti attesi dagli investitori istituzionali. Così per esempio il *Sustainable Growth Plan* della Kraft nella prima fase di attuazione ha comportato tra il 2000 e il 2004 il taglio di 6.000 posti di lavoro e la chiusura di 20 stabilimenti. Anche l’applicazione del *Path to Growth Strategy* dell’Unilever ha ridotto il numero delle industrie nel mondo da 500 (di cui 300



Gráfico 1. Rendas – Lucros e dividendos – Receitas, Brasil - 1953-2011 / US\$ (milhões)

Podemos notar como nas duas últimas décadas a renda advinda de lucro e pagamentos de dividendos tem crescido, oscilando extremamente nos momentos de crises financeiras, como a Asiática em 1997, a do Real em 1999 e a crise de 2008. A capacidade de extração de mais-valia e a valorização fictícia do patrimônio, do capitalismo financeirizado, têm nessas últimas décadas ampliado o poder econômico das classes patrimoniais. As privatizações tiveram um papel importante nisso. Os processos de privatizações, propostos como parte do plano de ajuste fiscal, entre eles a privatização da companhia paulista de energia, CPFL, em novembro de 1997 garantiu que num período de cinco anos - 2004 a 2009-, segundo dados da revista Valor Investe (2010), os acionistas da companhia, que em 2008 eram compostos por 74% de investidores estrangeiros, recebessem R\$6,4 bilhões em dividendos.

Aplicações Financeiras	Saldo consolidado (R\$) bilhões		Rentabilidade média (a.a.) %	
	2006	2010	2006	2010
Fundos de Investimentos	906,2	1,3 bilhões	15,53	9,65
Fundos de Ações	88,2	195,3	36,14	8,6
Caderneta de Poupança	188,0	378,8	8,33	6,9

Fonte: Relatório Anual do Banco Central (2006 e 2010). Organizado por Ricardo A. Scherma

Quadro 1. Tipo de Aplicação Financeira – Saldo e Rentabilidade Média, Brasil - 2006-2010 / R\$ (bilhões) valores nominais

É possível notar como nos últimos anos o crescimento em aplicações financeiras tomou grandes proporções. Movido por rentabilidades elevadas, como aquelas dos fundos de ações em 2006, que alcançaram mais de 36,14%, os estoques dos fundos de ações passaram de R\$88,2 bilhões em 2006 para R\$195,3 bilhões em 2010. Nesse regime de acumulação financeira, em que a renda obtida com operações financeiras é enorme, encontramos empresas que, orientando suas atividades por tal lógica, obtiveram lucros com ganhos não-operacionais que ultrapassam o lucro obtido com ganhos operacionais. Contudo, diante das crises financeiras, essas empresas conhecem grandes dificuldades, como foi caso da Sadia e da Embraer em 2008. Situações como essas movem as companhias para reorganizações estratégicas, que provocam tensões e conflitos muito sensíveis no território.

alimentari) a 150. A sua volta la Nestlé con il *Nestlé Model* ha realizzato aumenti sensibili dei guadagni degli investitori, ma al tempo stesso ha determinato notevoli perdite di posti di lavoro per la riduzione delle unità produttive [...]” (LUCIA, 2011)

Uma análise da composição acionária de grandes firmas que atuam no território brasileiro revela, ainda que de maneira superficial, a atual relação intrínseca, porém contraditória, entre capital industrial e financeiro. Há uma vontade, muitas vezes explícita, por parte dos fundos de investimentos, de alcançar posições acionárias que lhes deem voz nas empresas. Dependentes dos grandes volumes financeiros administrados pelos fundos de investimentos²¹, para manterem-se competitivas e expandirem seus negócios, as mais diversas firmas necessitam abrir seu capital à participação dos fundos, no entanto, muitas resistem à entrada desses fundos no comando administrativo, pois seu papel na empresa pode ser orientado pela simples meta de retorno em menor tempo possível, para depois vender as ações com lucro em favor de seus cotistas. Entre os críticos, acredita-se que decisões tomadas no conselho, que buscam maximizar os ganhos em curto prazo, poderiam prejudicar a empresa no futuro. Sauvit (2005) nos lembra que: os fundos tendem sempre a comportar-se como agentes focados na rentabilidade financeira de seus títulos em curto prazo. Mesmo quando realizam aplicações de longo prazo, os fundos de investimentos tendem mais a se preocupar com o lucro financeiro da valorização do ativo do que com a criação de um fluxo de lucro durável para a empresa.

Dessa imbricação e do crescente processo de financeirização das empresas produtivas é que se cria a possibilidade de transmissão de crises dos mercados financeiros para a chamada economia real com consequências diretas no território, como por exemplo, demissão de funcionários e a consequente ampliação do circuito inferior da economia urbana, ou ainda novos processos de reestruturação empresarial, que quase sempre significam a reestruturação das localizações produtivas ou gasto público em socorro dessas grandes firmas.

Durante a crise financeira de 2008, por exemplo, algumas das grandes empresas não financeiras estavam comprometidas com operações típicas de instituições financeiras. A queda dos ativos nas bolsas traria prejuízos imediatos. Além disso, as operações com mercados de derivativos de cambio realizadas a partir da previsão de valorização do Real eram responsáveis pela expectativa de lucro dessas empresas. No entanto, com a

²¹ A Torpon – uma das gestoras de fundos de investimentos que atuam em território nacional – criada em 2002 e hoje com 5 bilhões de reais sob administração, tem em sua carteira ações da Cremer, Brasil Foods e Cia Hering. Já a gestora Dynamo, fundada em 1993 e com 4 bilhões de reais sob gestão, participa da composição acionária de empresas como: Itaúsa, Porto Seguro, Ambev e Redecard.

desvalorização do Real, corporações como Sadia, Aracruz e Votorantim, que apostavam no mercado financeiro, especialmente o de derivativos, tiveram enormes perdas²², reduzindo a sua capacidade de investimento e o conseqüente poder de gerar crescimento econômico (IPEA, 2009, p.90). A Aracruz, por exemplo, ainda em 2008, diante de suas perdas no mercado financeiro, suspendeu o projeto de construção de uma segunda unidade de produção de celulose em Guaíba (RS).

Nos Estados Unidos, epicentro da crise, a situação foi ainda mais dramática: o pedido de concordata de uma das maiores corporações do mundo, a General Motors, resultou em plano de reestruturação da companhia, que apontava o fechamento de 2.400 concessionárias e redução do número de fábricas no país – das então 47 unidades, restariam, até 2012, apenas 33, isso resultaria na demissão de mais de 21 mil trabalhadores americanos. Contudo, é preciso lembrar que o governo dos EUA assumiu 60% do controle acionário da empresa, aplicado aproximadamente 50 bilhões de dólares do dinheiro público nessa companhia²³.

O processo de acumulação que beneficia uma ou outra parte em suas fases, gerando uma oscilação na relação de poder, superficialmente se mostra como alteração no controle das ações. Mas por trás dessas mudanças está presente um movimento do capitalismo, na direção de aprimorar sua capacidade de sobrevivência em face de suas próprias contradições (HARVEY, 1990; 2006).

Se o movimento autônomo do capital guarda certa relação com a produção, se há processos dialéticos entre capital financeiro e capital produtivo que demonstram a tensão existente entre diferentes facções do capital, esse movimento autônomo é também parcial quanto aos territórios, pois distintas configurações geográficas podem oferecer oportunidades diferentes de valorização do capital.

²² “Muitas empresas no Brasil, calcula-se mais de 200, fizeram apostas pesadas de altíssimo risco na manutenção do dólar baixo até o final deste ano. Essas apostas foram feitas em sofisticadas operações no mercado de derivativos aqui e fora do país. Com a crise global, o dólar subiu abruptamente de R\$1,60 para quase R\$ 2,50, e as empresas amargaram elevados prejuízos. Até agora, só três declararam ter perdas grandes nessas operações: Sadia (R\$760 milhões), Aracruz (R\$1,95 bilhão) e Votorantim (R\$2,2 bilhões). As perdas totais são estimadas em R\$40 bilhões.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008, p.B1).

²³ Os dados foram encontrados na reportagem “GM fecha até 20 fábricas e demite 21 mil”, publicada em 2 de junho de 2009, no Caderno dinheiro do Jornal Folha de São Paulo, ver bibliografia.

Nesse regime de acumulação com dominância financeira, fluxos de capitais, normatizações territoriais e as tensas relações de ações que se desenvolvem sob circunstâncias muito complexas formam uma trama nova no interior da sociedade e dos lugares, que expressa o atual uso corporativo do território pelo sistema financeiro.

1.5 Fluxos de Capital e Uso Corporativo do Espaço: o território e a produção da valorização financeira

Sob o padrão de acumulação com dominância financeira, fluxos de capital do sistema financeiro mundial, que a partir de modernos sistemas tecnológicos atravessam as fronteiras nacionais em busca de rentabilidade, são as evidências geográficas do processo de mundialização financeira. Como nos lembra Leila Dias (2009, p.97), “longe de negar o espaço[...] a integração virtual dos lugares em escala mundial e a *mundialização financeira* vem reafirmando o valor estratégico da localização geográfica”. Nas palavras de François Chesnais:

Nada é mais seletivo que um investimento ou um investimento financeiro que procura rentabilidade máxima. É por isso que a globalização não tem nada a ver com um processo de integração mundial que seria um portador de uma repartição menos desigual das riquezas. Nascida da liberalização e da desregulamentação, a mundialização liberou, ao contrário, todas as tendências à polarização e à desigualdade que haviam sido contidas, com dificuldades, no decorrer da fase precedente (CHESNAIS, 2001, p 12).

Nesse contexto em que fluxos de capitais entre diferentes praças financeiras possibilitam maior ou menor acumulação, ganha importância a configuração do meio técnico-científico-informacional. “Objetos de alta complexidade e sofisticação e ações racionais e pragmáticas se conjugam e proporcionam condições eficientes para que os fluxos financeiros possam se realizar na escala do mundo” (ARROYO, 2006, p.181).

As condições políticas e tecnológicas informacionais do meio geográfico atual²⁴ autorizam os operadores do sistema financeiro a usarem os territórios nacionais como recurso, ao atuarem flexivelmente em tempo real e na escala do globo. Assim, direcionam dinheiro para regiões onde a rentabilidade permite melhor remuneração.

²⁴ Ver figura EMBI – Risco Brasil

E não é à toa que nesses últimos anos o território brasileiro tenha sido um dos destinos preferidos dos investidores/especuladores estrangeiros²⁵ e domésticos na realização de suas aplicações financeiras. Com uma série já histórica de altas taxas de juros, os títulos da dívida pública brasileira acabam por ser uma ótima fonte de remuneração ao capital portador de juros e, portanto, maior acúmulo de riqueza às classes hegemônicas nacionais e internacionais. O histórico da taxa básica de juros fixada pelo Copom (Comitê de Política Monetária) demonstra o custo financeiro da política monetária brasileira pós plano real: fixada em meados de 1996 a 23,28% ao ano, a taxa Selic flutua por 16 meses em torno de 19% a 25%, para atingir, em 30 de outubro de 1997, diante da crise Asiática, o patamar de 45% ao ano; com progressiva queda no decorrer dos meses subsequentes, em setembro de 1998, frente à crise cambial russa, volta a mais de 40%, atingindo, em janeiro de 1999, após a mudança do regime de câmbio da moeda brasileira, os elevados 44,95% ao ano.

Observa-se que a política de juros elevados, que garantia os fluxos de capitais especulativos usados para equilibrar a balança de pagamentos, foi uma estratégia usada durante todo o governo de Fernando Henrique Cardoso, frente à instabilidade do sistema financeiro internacional. Entre as consequências da política de juros altos com taxas perto de 50%, podemos citar as elevadas somas de dinheiro que foram destinadas a serviço da dívida²⁶.

²⁵ “Cada vez mais os investidores estrangeiros estão comprando títulos da dívida pública brasileira. Segundo dados divulgados [...] pelo Tesouro Nacional, a participação dos estrangeiros chegou a 10,06%, a primeira vez que ultrapassa o patamar de 10%. Ao todo, o montante de títulos da dívida interna na mão do investidor externo atingiu R\$150,6 bilhões” (LIMA, 2010, p.B4).

²⁶ “Sobre o orçamento federal consolidado do tesouro e autoridades monetárias, o choque de juros representa um brutal custo financeiro, tanto para operar a recomposição das reservas internacionais quanto, sobretudo, para a rolagem da dívida pública interna. Esta, já tendo alcançado em setembro, só em títulos federais, mais de R\$200 bilhões, vai custar neste mês [Nov. 97] a modesta quantia de R\$8 bilhões em juros” (TAVARES, 1999, p.188).

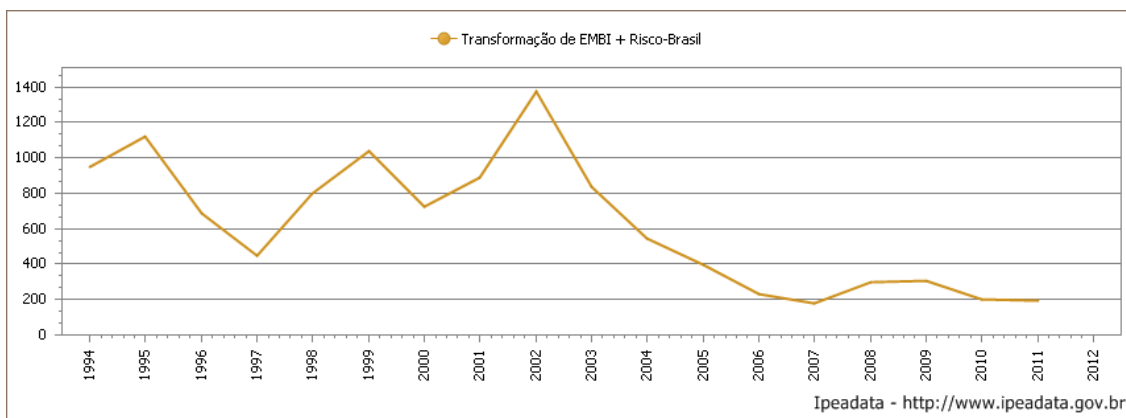


Gráfico 2. EMBI (Emerging Markets Bond Index) – Risco Brasil, Brasil – 1994-2012

As condições políticas de um dado território são elementos essenciais para que, num mundo onde as finanças se mundializaram, a rentabilidade e a segurança do dinheiro sejam preservadas; por isso, a partir de famílias de índices elaboradas pelas moderníssimas agências de consultoria e monitoramento da economia, os investidores encontram subsídios para suas decisões. A figura acima nos mostra momentos importantes, como no segundo semestre de 2002, diante da iminente vitória de Lula nas urnas, o índice EMBI atinge seu pico, já que o candidato havia defendido no passado o não pagamento das dívidas do Estado. No entanto, nos anos que se seguem a manutenção de uma política macro-econômica favorável aos mercados financeiros e o aquecimento da economia brasileira determinaram uma queda expressiva no Risco Brasil. A máquina pública brasileira demonstra a sua enorme capacidade de pagamento aos rentistas.

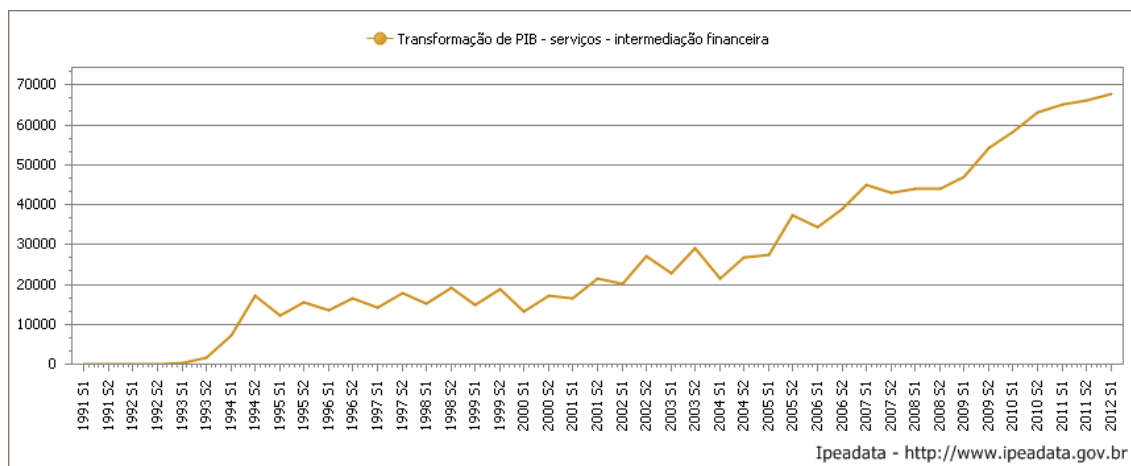


Gráfico 3. Transformação do PIB – serviços de intermediação financeira, previdência complementar, Brasil – 1991-2012 / R\$ (milhões)

Esse gráfico evidencia o poder das finanças no período da globalização. Há um crescimento repentino da intermediação financeira com o início do período de estabilidade inflacionária e abertura financeira da década de noventa, e um novo crescimento no início dos anos 2000, agora marcado sobretudo pela consolidação de um território apto ao trabalho financeiro.

Quando o Partido dos Trabalhadores, sob a liderança de Lula, assume o poder, a mesma política monetária se mantém. Com taxas de juros em torno de 20% a 26% ao ano, no início do primeiro governo Lula, este permite, por meses seguidos, a transferência dos recursos públicos aos portadores de títulos da dívida, a partir da manutenção dos princípios básicos da política econômica e monetária do governo neoliberal anterior, gerando o descontentamento de muitos intelectuais que haviam, até então, apoiado o partido. É só ao final de 2004 que a taxa de juros básica cai para 16% ao ano, no entanto, volta a subir em 2005, sob o pretexto de risco inflacionário, para, apenas em 2006, iniciar decréscimo, que se acentua entre janeiro de 2009 a setembro do mesmo ano, quando se encontra por volta de 8,5% ao ano; isso devido à política de redução de juros como medida de flexibilização da política monetária de combate à crise financeira internacional que se desenvolvia no período.

A valorização fictícia dos títulos da dívida, dada por meio da circulação e demanda, visto uma crescente pontuação (*rating*) conseguida junto às agências de classificação de risco²⁷, e ainda, a contemplação de uma remuneração ótima num futuro não muito distante, uma valorização do valor obtida por meio da manutenção de altas taxas de juros, têm motivado a entrada de bilhões de dólares no sistema financeiro doméstico. Assim, a valorização do capital monetário superacumulado²⁸ (HARVEY, 2009) ocorre sem os constrangimentos impostos pelo circuito da produção do qual nos fala Marx (D-M-D') e se realiza, como que num passe de mágica, reforçando o caráter fetichista do dinheiro, expresso, sobretudo, no circuito (D-D')²⁹. A esfera financeira do sistema capitalista torna-se hoje, portanto, campo de valorização e de acumulação ampliada do capital.

²⁷Veja trecho da notícia divulgada em 30 de maio de 2008, no caderno “Dinheiro” do Jornal Folha de São Paulo, “A agência de classificação de risco *Standard & Poor's*, uma das principais, anunciou nesta quarta-feira que elevou o *rating* soberano (nota de risco de crédito) do Brasil para grau de investimento, a melhor classificação para receber investimentos estrangeiros. Com a decisão, o *rating* do Brasil em moeda estrangeira em longo prazo passou de BB+ para BBB-, nota que já está incluída no grupo classificado como grau de investimento” (EPAMINONDAS, 2008).

²⁸Para uma discussão maior das formas de valorização do capital superacumulado envolvendo o espaço geográfico, ver: Harvey, David *O Novo Imperialismo*, especialmente o Capítulo 3: A opressão via capital.

²⁹“Comprar para vender, ou mais precisamente, comprar para vender mais caro, D-M-D’, parece ser certamente forma particular de uma espécie de capital, o capital mercantil. Mas também o capital industrial é dinheiro, que se converte em mercadoria e com a venda da mercadoria se reconverte em mais dinheiro. Fatos que ocorrem fora da esfera de circulação, no intervalo entre a compra e a venda, não acarretam nenhuma mudança a essa forma de movimento. No capital que rende juros patenteia-se finalmente abreviada a circulação D-M-D’, com seu resultado sem estágio intermediário, expressando-se

Grandes conglomerados financeiros e também investidores institucionais de ação mundial, atuando como operadores diretos na concessão de crédito a empresas e aos governos, ou ainda, na corretagem de instrumentos técnico-financeiros como debêntures, *hedges*, ações, títulos da dívida pública, etc. garantem o movimento do dinheiro que, agora transformado em informação, é conduzido para lugares seguros, em busca de rentabilidade nas mais diversas regiões economicamente dinâmicas do mundo. Eis a estratégia maior do capital financeiro: garantir a circulação veloz e eficaz do dinheiro para lugares de rentabilidade ótima.

Nesse contexto, ao contrário de serem irrelevantes, as fronteiras nacionais assumem funções essenciais para a reprodução ampliada do capital. Os fluxos de capital, ao passarem por elas, podem tomar dimensões extraordinárias ao serem convertidos de moeda doméstica para a forma dinheiro mundial (atualmente, o dólar). O atual arcabouço normativo mundialmente unificado, que hoje serve às classes hegemônicas que controlam o capital, permite que o dinheiro-informacional circule, em tempo real e sem nenhum entrave, entre algumas poucas praças financeiras mundiais. Territorializadas, sobretudo na *forma-conteúdo* Bolsa de Valores, essas praças atuam como nó de uma complexa, hierarquizada e seletiva rede geográfica financeira mundial. Para Benko,

A partir do começo dos anos 70, assiste-se à internacionalização crescente das transações de capital comercial e do sistema de organização do setor do capital financeiro em seu conjunto. Essa evolução acarretou o aparecimento de uma rede mundial de centros financeiros, no seio dos quais a maioria das grandes empresas estão representadas, assim como a internacionalização mais intensa da utilização dos capitais. Assim, desde os anos 70 uma verdadeira hierarquia se instaurou entre praças financeiras, cujas operações se tornaram mais e mais independentes do contexto nacional de sua economia (BENKO, 2002, p.72).

Essas praças financeiras situadas nas grandes metrópoles do mundo acabam por promover nessas megacidades também uma série de reorganizações. O moderno e dinâmico mercado de capitais que se desenvolve ao longo do século XX se consolida no início do século XXI na cidade de São Paulo, configurando centros de comando capazes

concisamente em D-D', dinheiro igual a mais dinheiro, valor que ultrapassa a si mesmo" (MARX, 1985, p.175).

de receber do exterior e de elaborar normas e ações que reorganizam todo o espaço da nação. O processo de financeirização gera o crescimento vertiginoso de um quaternário especializado em serviços financeiros na metrópole paulista.

A presença de poderosas companhias do sistema financeiro mundial acaba também por reorganizar e refuncionalizar o espaço urbano. Como nos lembra Santos (2009, p.133), “nas cidades atuais vivemos ciclos sucessivos de inviabilização e de reabilitação das infra-estruturas. Esses ciclos de inviabilização e de reabilitação são cada vez mais rápidos”. Adriana Bernardes Silva (2003, p.203) demonstrou como “tanto para produzir quanto para distribuir as informações que irão circular nas redes globais, ligando o país ao mundo, frações do território metropolitano devem adaptar-se ao ritmo da fluidez contemporânea dos ‘autômatos’”, assim a Região Sudoeste da cidade de São Paulo torna-se, na década de 90, o principal ponto de controle da economia e das finanças³⁰ no espaço metropolitano. Corporações globais impuseram a criação de formas urbanas aptas a sustentarem um tempo acelerado, eliminando qualquer rugosidade, forma social ou evento que pudesse caracterizar uma ameaça à fluidez (SILVA BERNARDES, 2003, p.204).

Também nesse espaço metropolitano, inteligente e fluido, aproveitando-se das possibilidades e dos recursos e sendo elemento constituinte da própria metrópole informacional, encontramos muitas de agências produtoras de informações financeiras, entre elas, as agências de classificação de risco norte-americanas - Standard & Poor's, JP Morgan, Moody's e Fitch (PASTI; SILVA BERNARDES, 2009). Mesmo a paisagem da cidade se transforma. “A paisagem da *city* londrina repete-se, parcialmente, em alguns pedaços das cidades latino-americanas, que cada vez mais albergam em seus respectivos centros sedes de bancos estrangeiros, empresas de seguros, corretoras de valores, escritórios de consultoria internacionais, além de *shoppings*, *flats*, *apart-hotels*, escritórios comerciais em prédios inteligentes, etc.” (ARROYO, 2006, p.182). O

³⁰ “Em 2005, o tecido urbano de São Paulo abrigava em três lugares distintos – o Centro Tradicional, a Avenida Paulista e o Quadrante Sudoeste – a maior parte das sedes das empresas financeiras do país. As previsões, quanto à expansão das sedes para o corredor na Avenida Faria Lima, analisada pela Professora Helena Cordeiro, concretizaram-se. Segundo Daniel Medeiros e Eliseu Spósito (2005, p.130), a Área Central concentrava, em 2005, 12 sedes bancárias (13%), enquanto que a região Paulista aglutinava 31 sedes (33%) e o quadrante Sudoeste apresentava-se com um total de 50 sedes (54%)” (SCHERMA, 2009, p.56-57).

conceito de paisagens derivadas de Max Sorre³¹ encontra nas metrópoles financeiras e informacionais dos territórios latino americanos a sua atualidade. Paisagens derivadas semelhantes àquelas encontradas em *La Defense* (foto1) são construídas em meio ao tecido urbano de metrópoles de países subdesenvolvidos, como é o caso brasileiro e do mais recente centro financeiro de São Paulo, o chamado Quadrante Sudoeste.



Fotos 1 e 2. Paisagem em *La Defense* e Torres *Chassagne et Alicante* (direita), sede do conglomerado financeiro Societé Generale, Paris – Dez. 2011. Fonte: acervo pessoal / trabalho de campo

La Defense, em Paris, hoje já reconhecido como centro financeiro, começou a ser edificado no início dos anos 60 e hoje é uma das principais áreas de negócios da Europa, com predominância absoluta das empresas do terciário e quaternário. Com enormes arranha-céus, que podem ser vistos de quase toda a cidade de Paris. Na história recente dessa metrópole mundial, particularmente no início dos anos 1990, grandes bancos e seguradoras abandonam o centro tradicional e passam a investir em *La Defense*³²; esse processo acaba por relacionar a imagem do lugar à de centro financeiro. Entre essas empresas, encontra-se o grande conglomerado financeiro francês *Societé Generale*. Ocupando as modernas torres *Chassagne et Alicante*, construídas em 1995, o conglomerado exibe, com esses edifícios, o seu poder ao mundo. O *Societé Generale* controla no Brasil um dos maiores bancos voltados à concessão de crédito à população pobre: o Banco Cacique. Ainda podemos encontrar em *La Defense* outras grandes empresas do sistema financeiro, como HSBC, Dexia, AGF, Gan AXA etc..

³¹ Sorre, M. L'home sur la Terre. Paris, Hachette.1961

³² O Bairro *La Defense*, situado na Região Metropolitana de Paris, abrigava, em 2009, 2.500 empresas, sendo 1.500 delas sedes sociais, e ainda 15 sedes das 50 maiores empresas globais que necessitavam, juntas, de 180 mil trabalhadores, sendo 57% desse total gerentes. Além das empresas, 22 mil pessoas habitam o distrito. Quanto à composição dos setores de atividades presentes nesse centro: 26% são firmas do setor de seguros e finanças; energia e petroquímica ocupam 21% dos escritórios; 7% referem-se ao setor público; 7% indústria; 6% auditoria; 5% informática; 5% mídia; 3% indústria farmacêutica; 3% indústria automotiva; 2% telecomunicações e 7% outros.

No entanto, lembremos que a eficácia na produção de uma riqueza financeirizada não seria possível sem as pressões exercidas sobre os governos dos Estados nacionais para romperem com normas que restringiam a livre circulação de capital, sobretudo aquelas que amarravam o capital portador de juros. Então, sob os auspícios da política neoliberal, governos de diversos países do mundo buscaram intensamente ao longo dos anos 80 e 90 a regulação jurídica que pudesse consolidar as bases normativas do atual regime de acumulação.

1.6 Atualização normativa e neoliberalismo: liberdade à circulação do capital

Para Milton Santos (1996), as normas são regras para a ação e possibilitam que tudo possa se subordinar aos domínios da ação instrumental. A complementaridade e a funcionalidade dos objetos e ações dão-se, pois, pelas normas. Maria Laura Silveira (1997) também trabalha com a reflexão proposta por Milton Santos entre as normas e o território em seu artigo “Território, Regulação e Densidade Normativa”, em que a autora reconhece processos de regulação feitos a partir de: a) normas técnicas; b) normas organizacionais e; c) as normas políticas e, ainda, propõe considerarmos a densidade normativa dos lugares na compreensão das novas regionalizações. Para a autora, “naquelas áreas onde a lei do mercado e as demais ordens globais agem mais profundamente, arrastando a exígua resistência das normas locais, identificaríamos uma maior densidade normativa e, portanto, uma construção mais agressiva e aperfeiçoada da ordem global” (SILVEIRA, 1997, p.43).

Normas políticas, entendidas como aquelas que “abrangem as relações de cooperação e disputa entre o Estado e o Mercado [...]” (SILVEIRA, 1997, p. 39), foram criadas em sucessivos governos³³, a partir da orientação política neoliberal, permitindo um crescente processo de abertura do sistema financeiro nacional aos fluxos diretos de capital (especialmente os de curto prazo), bem como permitiram a maior atuação dos bancos estrangeiros nos processos de intermediação financeira, como captação de

³³ Apesar de serem os maiores críticos das políticas neoliberais, o Partido dos Trabalhadores e Lula, quando, nas eleições de 2002, chegam ao poder, dão continuidade a essa política nos primeiros anos de governo Para uma crítica a esse respeito, ver: PAULANI, L. *Brasil Delivery*, Boitempo, 2008.

depósitos e concessão de crédito³⁴. Vale lembrar que a ampliação dos sistemas de objetos e ações desses bancos deu-se, sobretudo, a partir da privatização de instituições públicas ou da compra de bancos privados nacionais, favorecidos pelo Programa de Estimulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER). As circunstâncias em que ocorreram os processos de privatização e aquisição/fusão de importantes instituições do sistema bancário nacional permitiram violentos processos de acumulação primitiva do capital em favor de uma classe dirigente nacional e estrangeira, sobretudo aquela ligada às finanças. Para Chesnais:

Sem a ajuda ativa dos Estados, os FMN [grupos industriais transnacionais] e os investidores financeiros institucionais não teriam chegado às posições de domínio que sustentam hoje e não se manteriam tão à vontade nessas posições. A grande liberdade de ação da qual eles gozam no plano doméstico e a mobilidade internacional quase completa que lhes foi dada, necessitaram de inúmeras medidas legislativas e reguladoras de desmantelamento de instituições anteriores e de colocação no lugar das novas. A apresentação política dessas novas medidas exigiu a alteração do termo “reforma”, palavra hoje despojada de seu sentido original (CHESNAIS, 2001, p.11).

Países centrais e periféricos desde os anos 1980 já enfrentavam pressões crescentes para liberalização de seus sistemas financeiros domésticos. O território brasileiro já conhecia um progressivo processo de internacionalização da atividade financeira relacionado ao aprofundamento de vínculos de dependência do exterior, que datam desde os princípios do século XX. O aporte em território brasileiro de bancos com sede social em países como Holanda, Japão, Estados Unidos e França se dá ainda na primeira metade desse mesmo século (BAER, 1986). Também muito já se sabe sobre como não só os governos brasileiros, mas de países de toda a América Latina cooperaram com bancos internacionais, contraindo dívidas, numa estratégia de “crescimento com endividamento”, durante os anos 60 e 70, para dar fluxo lucrativo ao capital (eurodólares) que se acumulava na *city* londrina desde o pós-guerra.

Contudo, a abertura financeira do território brasileiro na década de 90 possibilita esquematicamente duas dinâmicas novas: o movimento de capitais diretamente entre o

³⁴Para encontrar detalhes desse processo, ver: Freitas, M. C. P. (Org.). *Abertura financeira no Brasil nos anos 90*.

país e o exterior, pois permite fluxos em investimentos de portfólio³⁵ aos estrangeiros; e o acesso aos residentes a novas modalidades de financiamento externo. Essa abertura deu-se, sobretudo, através da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº1.832/91 do Anexo IV à Resolução nº1.289/87. Segundo Prates (1999, p19), “o Anexo IV não está sujeito a critérios de composição, capital mínimo inicial e período de permanência, e permite a entrada direta de investidores institucionais estrangeiros no mercado acionário doméstico (...)”.

As medidas de liberalização e o retorno do fluxo de capitais para a América Latina, que haviam se esgotado durante a década de 80, no contexto das crises da dívida pública, resultam na absorção de volumes expressivos de investimentos de portfólio direcionados, sobretudo, para o mercado secundário de ações (bolsa de valores), devido ao grande potencial de valorização das bolsas nos mercados dos chamados países “emergentes”. De acordo com Prates (1999, p.44), “o mercado secundário de ações [Bovespa] foi o segmento do mercado financeiro mais atingido pelo processo de abertura financeira, pois quase a totalidade dos investimentos de portfólio estrangeiros ingressou no país por meio do anexo IV e foi direcionada, essencialmente, à aquisição de ações de empresas estatais em processo de privatização”.

Contudo, devido a fatores de ordem interna, como por exemplo, a conclusão dos processos de privatizações, e os de ordem externa, como a crise asiática e russa, os investimentos em carteira se retraem e se evadem da Bovespa para as bolsas norte-americanas *Nise* e *Nasdaq* (FREITAS; PRATES, 2001). A dinâmica dos fluxos de capitais (orientada para o mercado secundário de ações) demonstra o caráter especulativo do processo de abertura financeira da década de 90 no Brasil, visto o

³⁵ Investimento estrangeiro em carteira (*portfólio*): Investimentos internacionais em portfólio compreendem a compra de ações ou títulos emitidos por companhias privadas ou governos estrangeiros. Oferece ao investidor retorno em diferentes prazos e risco diversificado sem a responsabilidade de administração e controle. Esse tipo de investimento pode ser de longo prazo e de curto prazo. Nesse último caso está o investimento estrangeiro especulativo (*hot money*), que pode perturbar a balança de pagamentos com suas entradas e saídas. A volatilidade do investimento estrangeiro de curto prazo nem sempre está vinculada aos indicadores econômicos ou à política econômica do país receptor, mas às estratégias de investimento em escala global. Já o de longo prazo pode ser um fator positivo de injeção de capital na economia do país e alívio de sua balança de pagamentos (MACHADO, 2010). Segundo Prates (1999, p.17), “Os investimentos de portfólio - aquisição de títulos de renda fixa e ações – constituem atualmente o principal componente dos fluxos de capitais globais e daqueles direcionados aos países em desenvolvimento, ante os empréstimos bancários sindicalizados, que predominavam nos anos 70”.

tímido mercado primário do período, em que o número de emissões de ações cai de 46, em 1994, para 23, em 1997, para alcançar 10 emissões dois anos depois. Antes de financiar a atividade produtiva, os fluxos de dinheiro do mercado de capitais buscavam apenas valorização sem sair da esfera financeira. Segundo Freitas e Prates (2001, p.92), “o mercado acionário brasileiro continuou sendo uma fonte marginal de financiamento para as empresas brasileiras. [...] o volume de emissões entre 1994 e 2000 foi de apenas US\$13,6 bilhões, dos quais a maior parte constitui captação de recursos pelas empresas estatais”.

Se por um lado a existência de um mercado financeiro fluido em que a entrada de capitais de curto prazo amplia as possibilidades de compensar os déficits da balança de pagamentos e com isso assegura a estabilidade da moeda doméstica, por outro lado, a dependência desse tipo de investimento obriga a manutenção de juros elevados, o que acaba por prejudicar os investimentos e a produção. Essa dependência exerce ainda contínuas pressões políticas. “As exigências dos capitais de curto prazo acabam por ditar as regras não só da política cambial, monetária e comercial, como também daquelas voltadas para o crescimento, para o emprego e para os gastos sociais, que passam a ser continuamente prejudicadas” (PAULANI; BRAGA, 2003, p.161). A impossibilidade de um país de equilibrar sua balança comercial a partir de sua capacidade de produção leva os governos a adotarem a política macroeconômica descrita acima. Política essa que expressa nossa maior dependência hoje. Como nos lembram Milton Santos e M. L. Silveira (2006, p.102.), “uma divisão territorial do trabalho globalizada exige uma trama densa e complexa de sistemas de engenharia, o que leva à difusão dos capitais fixos e constantes e à circulação veloz dos capitais especulativos”.

Essa trama complexa que envolve o sistema financeiro globalizado e os territórios está muito relacionada ao problema da superacumulação do capital e à busca pelos capitalistas de encontrarem realização lucrativa para o seu dinheiro. Nesse sentido, irão se desenvolver sistemas de ações que portam a intencionalidade de alcançar tal objetivo. Numa perspectiva multiescalar iremos, no próximo capítulo, tratar de tal problema, elucidando como e de que forma os lugares, no período da globalização, são espoliados por um sistema econômico de acumulação ávido por resultados.

Capítulo II

Capítulo II

SISTEMAS DE AÇÕES HEGEMÔNICOS E ACUMULAÇÃO: sistema financeiro mundial e a remuneração ótima do capital superacumulado

2.1 Introdução

Este capítulo trata do problema de superacumulação do capital e como esse se relaciona com o tema da dívida pública e suas implicações para o território, em especial o papel do investimento público e as possibilidades de desenvolvimento urbano e territorial a que esses investimentos estão ligados, bem como a enorme drenagem de dinheiro dos lugares, via pagamento de juros e amortizações. Nesta parte, estudo as teses de Harvey, principalmente sua contribuição para entender as relações entre o capital superacumulado e a produção do espaço, e ainda “aquelas que apontam a necessidade de uma recuperação da discussão entre acumulação primitiva e da relação que aí existe entre poder estatal, acumulação e capital fictício” (PAULANI, 2010). Também aqui retomo a tese de Francisco de Oliveira, a respeito do fundo público e seu caráter insubstituível para acumulação de capital. A partir dessas teorias, realiza-se um resgate da evolução recente da dívida pública brasileira, apontando seus principais credores e impactos territoriais, bem como apresenta-se um levantamento empírico que revela destinação de somas consideráveis dos recursos financeiros dos estados da federação no pagamento de amortizações e juros de suas dívidas públicas.

Como já dito, quando estados se endividam e garantem o funcionamento vantajoso do novo regime de acumulação, com predominância na esfera financeira, impõem aos governos, qualquer escala tomemos, planos de ajuste das contas públicas (como a Lei de Responsabilidade Fiscal), que impedem, por exemplo, que os investimentos urbanos e territoriais sejam feitos segundo as atuais necessidades de uma nação historicamente subdesenvolvida, em favor de uma política de restrição orçamentária, pagamento de juros e amortizações. Esse é hoje um dos principais problemas e entraves para o desenvolvimento do território e da nação brasileira. Daí que esse processo de

financeirização que cria e impõe novas regras aos agentes da economia acaba por impor essas mesmas regras de “governança corporativa” aos territórios; os lugares buscam, então, adequar-se constantemente às exigências dessa, que é considerada por muitos autores como uma nova fase do capitalismo³⁶. Dessa busca dos lugares pela atração dos fluxos financeiros, seja em relação aos investimentos diretos produtivos ou ainda para financiar seu orçamento, novas práticas de “gestão do território” são elaboradas e executadas a fim de atender aquelas exigências de flexibilidade e de rentabilidade do período atual.

2.2 Uma Questão Central: o problema do capital superacumulado

O geógrafo inglês, David Harvey, tem defendido que há, no capitalismo, uma tendência em apresentar, no decorrer do seu desenvolvimento contraditório, crises de superacumulação de capital. Para Harvey, a superacumulação num dado sistema territorial representa uma condição de excedente de trabalho (desemprego em elevação) e excedente de capital (acúmulo de mercadorias, capacidade produtiva ociosa, excedente de capital monetário). A primeira grande crise de superacumulação do capital foi a depressão dos anos de 1846-1847, que assolou particularmente a Inglaterra (HARVEY, 2009, p.237). Essa foi, sobretudo, uma crise ligada à especulação e à superprodução. Foi também a primeira crise em que eventos que ocorreram primeiro em um lugar (Inglaterra) se espalharam com relativa rapidez pelos demais países da Europa, pois a integração territorial europeia possibilitou a simultaneidade dos eventos. Alguns anos depois (1929), o mundo conheceria outra grande crise de superacumulação de capital – a Grande Depressão norte-americana – evento que trouxe consequências desastrosas para os territórios, em especial para a classe trabalhadora.

Harvey aponta que “a tendência de superacumulação nunca pode ser eliminada sob o capitalismo. Trata-se de um interminável e eterno problema de todo o modo capitalista de produção” (HARVEY, 2009, p.170). A questão que o autor propõe então é: como conter/absorver essa tendência de forma que não ameace a ordem social capitalista? *Primeiro*: por intermédio da desvalorização, seja de mercadorias, da capacidade de

³⁶ Ver: CHESNAIS, F. [et al.] Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003.

produção, ou do dinheiro. Ele usa o exemplo da queima do café brasileiro nos anos 30 como estratégia de desvalorização frente a uma enorme crise de superprodução. *Segundo*: o controle das crises de superprodução pode se dar através do controle político macroeconômico. *Terceiro*: a forma que Harvey considera mais importante: o deslocamento temporal e espacial do capital superacumulado.

Harvey faz um exame de como os processos de produção de espaço³⁷ desenvolvidos ao longo de sua carreira, numa teoria por ele chamada de *ordenação espaço temporal*, podem ser processos de formação e resolução de crises de superacumulação de capital. Excedentes de forma de trabalho, capital e mercadoria necessitam encontrar realizações lucrativas nos diversos circuitos de circulação do capital. Nas palavras do autor,

Esses excedentes podem ser potencialmente absorvidos pelos seguintes fatores: (a) o deslocamento temporal mediante investimentos em projetos de capital de longo prazo ou gastos sociais (como educação e pesquisa), que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; (b) deslocamentos espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b) (HARVEY, 2009b, p.93 -94).

Da mesma maneira, Giovanni Arrighi, em seu *Adam Smith em Pequim*, chama a atenção para como os processos de “produção do espaço” foram essenciais para garantir historicamente a reprodução ampliada do capital; no entanto, lembra Arrighi, que apesar dessa importância, esses processos eminentemente geográficos foram teoricamente negligenciados pela literatura acadêmica. Os esforços de David Harvey para abordar essa questão deram a esse geógrafo reconhecimento e prestígio não só por parte de seus pares, como também por pesquisadores de outras áreas do conhecimento. A teoria do ajuste espacial desenvolvida em *Limits to Capital*, nos ensaios de *Spaces Of Capital: Towards a Critical Geography* e abordada mais recentemente em seu recente “O Novo Imperialismo” trata de tentar encontrar uma explicação “convicente do motivo por que

³⁷O conceito de produção de espaço como forma de sobrevivência do sistema capitalista é do filósofo francês Henri Lefebvre, ao qual David Harvey faz uma pequena crítica. Nas palavras de Harvey, “Lefebvre, por exemplo, embora tenha encontrado a chave em seu celebrado comentário de que o capitalismo sobrevive mediante a produção de espaço, infelizmente não conseguiu explicar como ou por que exatamente isso poderia ser o caso” (HARVEY, 2009b, p.77).

a produção do espaço foi ingrediente tão essencial da reprodução ampliada do capitalismo” (ARRIGHI, 2008, p.226).

Segundo essa teoria, há uma estreita dependência da acumulação de capital e a existência de ambientes construídos para esse fim, sendo aquilo a que chamamos de macro-sistemas técnicos, como portos, estradas de ferro, rede elétrica etc., bem como objetos geográficos de uso social, como hospitais e escolas, são fixos geográficos que embutem capital, mobilizam capital em um determinada lugar. Poderíamos dizer, para usar os conceitos propostos por Milton Santos (1996), que esses objetos geográficos embutidos, verdadeiras próteses, podem ser definidos como sistemas de objetos e é a partir desses sistemas de objetos que “o capital, em todas as formas fisicamente móveis, pode se mover de fato pelo espaço em busca de lucro maior” (ARRIGHI, 2008, p.226). Ainda com Milton Santos, diríamos que esse movimento “no espaço” em busca de uma remuneração maximizada constituiria um verdadeiro sistema de ações. Sistemas de objetos que determinam sistemas de ações, sendo o contrário também verdadeiro, no entendimento dessa relação dialética entre esses dois sistemas complementares. Harvey, analisando o caso chinês, assevera como a construção e atualização de macro-sistemas técnicos de transporte e infra-estrutura urbana têm o poder de absorção de capitais excedentes por muitos anos, sendo atualmente a China um dos principais países onde o capital superacumulado deverá ser alocado nos próximos anos (ARRIGHI, 2008, p.228).

Em sua teoria, Harvey trata a absorção de capital superacumulado de duas maneiras: a absorção do capital por deslocamento temporal, que seria a “utilização de capital excedente para disponibilizar o novo espaço e dotá-lo de infra-estrutura necessária tanto física quanto social”; e a absorção pela ampliação espacial marcada pela “utilização de capital excedente nas novas combinações produtivas que se tornam lucrativas com a expansão geográfica do sistema de acumulação depois que o novo espaço foi produzido de maneira adequada” (ARRIGHI, 2008, p.227).

Ele ainda considera que essa busca do capital por “espaços novos” ameaça constantemente o capital fixo, que ainda não se realizou, em um determinado lugar, lugares onde o capital se instalou preteritamente. No entanto, os sistemas de objetos, quando densos em uma região, a configuração territorial, atua como “âncora da capacidade de concretizar o ajuste espacial em outro lugar” (HARVEY apud ARRIGHI,

2008, p.228). Mesmo assim, se o capital se desloca, deixa um rastro de destruição e desvalorização. É exemplar o processo de desconcentração espacial da indústria no Estado de São Paulo nos anos 80 e 90, deixando um rastro enorme de desvalorização em uma região considerável da metrópole paulista. Enfim, em uma crise de desvalorização gerada pela “realocação do capital”, ocorre a destruição do próprio habitat humano, jogando milhares de trabalhadores no circuito inferior da economia urbana, onde são obrigados a exercerem tarefas muitas vezes rudimentares, mal remuneradas, e até mesmo consideradas ilegais, isso para conseguirem sobreviver.³⁸

No entanto, na argumentação de Harvey fica evidente a ideia de que, quanto mais o capitalismo se desenvolve, enquanto modo de produção, maior é sua tendência de adequar-se às forças da inércia geográfica (ARRIGHI, 2008, p.229); não se despreza, portanto, uma estrutura territorial desenvolvida ao longo de décadas e de extrema funcionalidade à divisão territorial do trabalho de um determinado período. Da mesma maneira pensa Milton Santos (2008, p.92), ao afirmar que “o meio ambiente construído constitui um patrimônio que não se pode deixar de levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais”. Podemos constatar essa tendência ao analisarmos a atual dinâmica do território brasileiro. Apesar de haver uma indiscutível expansão dos investimentos para outros estados da federação, como Piauí, Maranhão, Rondônia, entre outras regiões que há até bem pouco tempo não interessavam ao capital hegemônico, a maior parte dos novos investimentos produtivos, especialmente aqueles de capital intensivo, ainda é realizada na Região Concentrada, com destaque considerável para os lugares do estado de São Paulo, onde o meio técnico-científico-informacional é mais denso³⁹.

Cabe ainda considerarmos que os recentes investimentos realizados nas regiões periféricas do Brasil, que buscam atualizar os sistemas técnicos dessas regiões, são, no

³⁸ São muitos os processos que conhecemos hoje de deslocamento das unidades produtivas. A Europa,, bem como os Estados Unidos, viveram e vivem ainda hoje uma enorme crise de deslocamento de estabelecimentos industriais para outras regiões no próprio país ou ainda para outros países. Para uma visão cinematográfica da destruição do habitat humano em vista dessa reorganização da produção com o objetivo de atender os ditames de valorização do capital, de criar valor na esfera financeira, ver o primeiro e ótimo filme de Michael Moore, “Roger e Eu”, em que o diretor aborda o fechamento de fábricas na década de 80 na cidade norte-americana de *Flint* e todas as tentativas frustradas de desenvolvimento local que buscavam resolver os problemas advindos desse processo.

³⁹ Iremos tratar desse problema no capítulo três em especial no item que trata da territorialização do investimento na Região Metropolitana de Campinas.

mais das vezes, relacionados às exigências atuais de fluidez no escoamento e processamento de commodities, como soja, minério de ferro, ou mesmo para exportação de carne bovina suína e de aves. Ou seja, não são investimentos que buscam o desenvolvimento territorial verdadeiro, mas são, antes de tudo, investimentos que portam funcionalidade a manifestações contemporâneas da velha Divisão Internacional do Trabalho, em que o papel que cabe a países como o Brasil é aquele de um país da semi-periferia do sistema capitalista, ou seja, que apesar das inovações e um sentido novo de integração ao sistema mundial cabe ainda a esse país o papel de exportar produtos minerais e agrícolas.⁴⁰

David Harvey, tratando da absorção de capital na produção de um espaço novo “ressalta que a conversão de estoques encahados e a capacidade produtiva ociosa em investimentos em infra-estrutura dependem fundamentalmente do papel mediador das instituições financeiras e estatais” (ARRIGHI, 2008, p.232). Para Harvey, são as instituições financeiras aquelas capazes de gerar crédito e transformar uma promessa futura de produção em dinheiro; em suma, elas criam capital fictício, entendido aqui como “capital que tem valor monetário nominal e existência como papel, mas que, num dado momento do tempo, não tem lastro em termos de atividade produtiva real ou de ativos físicos” (HARVEY, 1992, p.171). Ao criarem esse tipo de capital, as instituições financeiras atuam no sentido de fornecer recursos para os estados ou empresas construïrem infra-estruturas, absorvendo, com isso, os excedentes de capital e atuando, portanto, na resolução, ao menos temporária, das crises de superacumulação⁴¹.

⁴⁰ A política dos Grandes Eixos de Logística desenvolvida durante o programa Avança Brasil é exemplar nesse sentido, “esses eixos, efetivamente, constituïam vetores ligando zonas produtivas a portos de exportação, que deveriam receber grandes investimentos, para aumentar a eficiência e a competitividade de nossas exportações. Contudo, é necessário frisar que apenas ligariam pontos de origem-destino; pouco ou nada fariam em prol dos maiores espaços regionais em que estivessem inseridos. E praticamente ignoravam os problemas urbanos e sociais das cidades maiores envolvidas pelo eixo” (CANO, 2006, p.21). Ainda tratando desse tema, podemos encontrar boas discussões na pesquisa de doutorado de Marcio Roberto Toledo, intitulada “O Mundo no Lugar: o atual projeto de modernização no município de Santarém (PA)” em que o autor analisa as políticas públicas territoriais de modernização dos portos e o abandono social da cidade de Santarém (PA).

⁴¹ Outra maneira no capitalismo contemporâneo de encontrar formas lucrativas para a realização do capital superacumulado seriam os processos denominados por Harvey de acumulação por espoliação; desenvolvemos melhor essa ideia no item “Os atuais processos de acumulação primitiva e o sistema financeiro: acumulação por espoliação”.

Assim, a permanente renovação dos sistemas de engenharia de grandes empresas e estados se dá a partir do estímulo e da intenção de bancos e firmas globais que alocam capitais sob a forma de crédito e empréstimos. Por meio desses fluxos, esses agentes mobilizam capitais e cumprem o propósito de sua criação (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.102). Ainda para Milton Santos, os bancos, além de desencorajarem iniciativas de transformação da economia local, canalizam “capitais externos à região e frequentemente mesmo estrangeiros, para a criação de atividades modernas que escapam ao controle da economia local e cujo *output* se destina a outros lugares” (SANTOS, 2008b, p.108). Para esse autor, essa modernização dos sistemas de objetos técnicos, que promovem a tecnificação territorial necessária ao trabalho das grandes firmas, mobilizando o capital superacumulado, não é uma preocupação apenas nacional, participam desse processo agentes mundiais, no entanto, cabe à sociedade nacional arcar com o ônus dessa modernização (SANTOS, 2008c, p.119).

Historicamente tivemos a participação de bancos de atuação mundial, como Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), conjugando recursos internos e externos para alcançar esse fim⁴². Como nos lembra ainda Santos (2008c p.119), “Essa é, talvez, uma das razões pelas quais a dívida externa brasileira, que fora de 3,1 bilhões de dólares em 1960 e de 21,2 bilhões em 1975, passa a 81,3 bilhões em 1983 e a 105 bilhões em 1989 [...]”. Sabemos que o capital superacumulado nos países centrais, na década 70, encontra sua realização lucrativa financiando a modernização de estradas, de portos e da agricultura brasileira, todos esses processos de modernização ligados ao II Plano Nacional de Desenvolvimento. Já nos anos 2000 a China torna-se um grande campo para absorção de capital superacumulado. Nesse país, por exemplo, grandes obras de infra-estrutura como diques e auto-estradas financiadas a partir do endividamento público estão transformando a paisagem. Ao mesmo tempo criam-se muitos *shopping centers*, parques tecnológicos e científicos, estruturas culturais e de consumo de cultura de massa. Segundo Harvey, esse processo de urbanização na China tem garantido a absorção de parte de capital excedente e movimentado a economia

⁴² “No que diz respeito aos empréstimos realizados junto ao Banco Mundial, os setores relacionados aos transportes, energia, infra-estrutura para agricultura (irrigação, crédito agrícola, etc.) foram, ao longo dos anos, prioritários e receberam maior volume de dinheiro. Segundo Soares (2007, p.13), “No período de 1980 a 1997 o BIRD concedeu 151 empréstimos ao Brasil no valor de US\$18,9 bilhões, considerados pelo ano de efetividade. O principal mutuário foi o governo federal, com US\$11,4 bilhões, seguido pelas empresas públicas com outros US\$4,5 bilhões, juntos respondem por 85% do valor contratado” (SCHERMA, 2007, p.566).

mundial, em especial a dos países da América Latina fornecedores de matérias primas para o crescimento chinês (HARVEY, 2011, p.177).

Contudo, se partimos de uma teoria que descreve a existência de um montante muito elevado de dinheiro em busca de realização lucrativa, afirmando que a formação de um território “novo”, ou mesmo a refuncionalização, a reorganização e a requalificação de tradicionais centros de produção, consumo e moradia podem atuar como meio de valorizar esse capital. Ocorre que, desde o final dos anos 70, há dificuldades cada vez maiores de absorção lucrativa para o capital excedente, ou seja, de encontrar territórios em que as oportunidades de investimentos sejam de fato muito lucrativas, e esta é, provavelmente, uma das maiores causas dos excedentes de capital serem direcionados para os mercados financeiros fictícios. Apesar do crescimento chinês proporcionar um campo imenso para absorção de capital excedente, diferentemente do século XIX, quando, por exemplo, os ingleses dispunham de um número muito grande de lugares onde investir seu capital excedente, parece haver hoje uma nova situação, em que a integração das economias da China, Indonésia, Índia, Argentina, Rússia e Brasil ao mercado mundial, ou seja, a participação ativa desses territórios, não permite que se encontre muito espaço para realização lucrativa do capital superacumulado (HARVEY, 2010).

Diante dessa situação, é ainda David Harvey que trata de descrever como no capitalismo contemporâneo desenvolveram-se formas totalmente novas de valorização do capital superacumulado. Na atualidade, entre essas formas destacam-se os violentos processos de acumulação primitiva, que assumem uma nova roupagem, se transvestem de signos novos que pregam o desenvolvimento e, com isso, as classes dominantes conseguem prosseguir com seus negócios. Nas palavras de Harvey (2009b, p.124), “a privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água etc. na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a ser apropriados pelo capital sobreacumulado”. Se as privatizações abrem esse novo espaço para que o capital superacumulado possa se realizar, uma outra, e importante, direção desse capital será a compra, nos mercados financeiros, dos títulos da dívida pública. O capital financeiro busca sua valorização máxima, emprestando dinheiro aos governos a partir de taxas de juros cada vez maiores e, portanto, usurárias.

Nos próximos itens realizaremos uma revisão conceitual dos processos de acumulação primitiva para afirmarmos depois a atualidade desse processo e suas relações com o sistema financeiro e com o território.

2.3 A Acumulação Primitiva em Karl Marx

Marx dedicou todo o capítulo XXIV da seção IV de *O Capital* a uma refinada investigação histórica da acumulação primitiva do capital. Para ele, anterior à acumulação capitalista propriamente dita, há “uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (MARX, 1984, p.261). Já no primeiro item desse capítulo, intitulado *o segredo da acumulação primitiva*, desconstrói a idéia de acordo com a qual a acumulação primitiva seria fruto da poupança de uma elite laboriosa, inteligente e parca, e assevera “que na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassínio para roubar, em suma a violência, desempenham o principal papel”, nos processos de acumulação primitiva do capital (MARX, 1984, p.261-262).

Sabemos que dinheiro e mercadoria requerem sua transformação em capital. As circunstâncias para tal transformação dependem do encontro de “possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a soma-valor que possuem, mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, [...] vendedores de trabalho” (MARX, 1984, p.262). Essa polarização é condição fundamental para o processo de produção capitalista. Portanto, a separação do trabalhador da propriedade dos meios de produção, transformando produtores diretos em trabalhadores assalariados é um processo histórico que possibilita a relação capital. Nas palavras de Marx:

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1984, p. 262).

Marx ainda lembra como não só a libertação dos vínculos corporativos e da servidão constituiu o trabalhador assalariado, mas também sua separação das velhas instituições feudais⁴³, esses dois processos serão fundamentais para o homem tornar-se vendedor de si mesmo. A análise feita por Marx do processo histórico de expropriação dos trabalhadores do campo de sua base fundiária de produção concentra-se em uma dada formação social: a Inglaterra, um exemplo clássico, segundo ele. Processos de expropriação de populações camponesas começam a se desenvolver no território inglês no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI, quando a velha nobreza, atraída pela renda da terra, expulsa os camponeses das terras que ocupavam, para transformá-las em campo de pastagens de ovelhas. Esses processos são mais tarde potencializados por eventos como a Reforma Protestante⁴⁴, a Revolução Gloriosa⁴⁵, e a expulsão de camponeses, chamada de *Clearing of State*. Após ter seus meios de trabalho expropriados, o povo do campo é violentamente submetido a leis contra a vagabundagem e mendicância. Os salários da então nascente manufatura são irrisórios e o Estado, aliado à burguesia, trata de fixar um salário máximo e se omite quanto a um mínimo, determinando o alastramento da pobreza por toda a Inglaterra.

Outros processos seminais da acumulação primitiva e a formação do atual modo de produção relacionam-se ao arrendamento da terra – e a importância desse processo, visto que, a partir do arrendamento, a terra torna-se um ativo capaz de produzir renda. Marx analisa como a liberação de parte do povo do campo, que se torna proletário industrial, libera também produtos agrícolas para a indústria e cria um mercado interno

⁴³ “O produtor direto, o trabalhador, somente pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa. Para tornar-se livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde houver mercado para ela, ele precisava ainda ter escapado do domínio das corporações, de seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 1984, p.262).

⁴⁴ “Na época da Reforma, a Igreja Católica era a proprietária feudal de grande parte da base fundiária inglesa. A supressão dos conventos etc. lançou seus moradores na proletarização. Os próprios bens da Igreja foram, em grande parte, dados a rapaces favoritos reais ou vendidos por um preço irrisório a arrendatários ou a habitantes das cidades especuladoras, que expulsaram em massa os antigos súditos hereditários, juntando suas explorações” (MARX, 1984, p.266).

⁴⁵ A Revolução Gloriosa será um novo evento que dará novo ímpeto ao processo de expropriação. Terras do Estado são transferidas a preços irrisórios à propriedade privada. A Lei para o cercamento das terras comunais é considerada por Marx a forma parlamentar do roubo e demonstra a associação do Estado à burguesia.

para a manufatura capitalista, e ainda descreve importantes processos de acumulação primitiva, como: a) o sistema colonial⁴⁶; b) a dívida pública⁴⁷; c) o moderno sistema tributário⁴⁸; e d) o sistema protecionista⁴⁹, todos eles marcados pela violência e a busca incessante pela mais-valia.

Contudo, no capitalismo do século XXI, qual é a atualidade desses processos? Como eles se dão? Se a história se desenvolve rumo ao progresso, como dizem os liberais (ou em nossos dias, os neoliberais), seriam esses processos nefastos de acumulação primitiva apenas descrições de um passado distante, elaboradas pela historiografia marxista?

É Walter Benjamin que trata de se situar contra uma concepção historicista quantitativa do tempo histórico como acumulação artificial do tempo e dos eventos em direção a sucessivos estágios que objetivam alcançar o progresso. Para esse autor, o tempo da teoria do progresso seria igual ao tempo da marcha dos lucros. “A história universal não tem qualquer armação teórica. Seu procedimento é aditivo. Ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio” (BENJAMIN, 1996, p.231). Essa noção de Benjamin, de que a história não se desenvolve em uma linha contínua rumo ao progresso, é essencial para assinalar como processos típicos de uma primeira fase do modo de produção capitalista se manifestam ainda hoje, sendo o entendimento e explicação desses processos o argumento de combate à ideologia do progresso e da competitividade, ideologias essas que afirmam o capitalismo como um desenvolvimento técnico-econômico livre de contradições, provedor e distribuidor de riqueza. Portanto, no próximo item, iremos retomar brevemente como, no capitalismo contemporâneo,

⁴⁶ “O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As “sociedades *monopolia*” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potencializada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital” (MARX, 1984, p.287).

⁴⁷ “O sistema de crédito público, isto é, das dívidas do Estado, cujas origens encontramos em Gênova e Veneza já na Idade Média, apoderou-se de toda a Europa durante o período manufatureiro. O sistema colonial com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais serviu-lhe de estufa [...]” (MARX, 1984, p.288).

⁴⁸ “Como a dívida do Estado se respalda nas receitas do Estado, que precisam cobrir os juros e demais pagamentos anuais, o moderno sistema tributário tornou-se um complemento necessário do sistema de empréstimos nacionais” (MARX, 1984, p.289).

⁴⁹ “O sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios nacionais de produção e subsistência, de encurtar violentamente a transição do antigo modo de produção para o moderno” (MARX, 1984, p.289-290).

encontramos processo de acumulação ampliada do capital, em que essas formas violentas de acumulação estão ainda muito presentes.

2.4 Os Atuais Processos de Acumulação Primitiva e o Sistema Financeiro: acumulação por espoliação

Em *O Novo Imperialismo*, Harvey rejeita a ideia de que os processos de acumulação primitiva do capital ocorreram apenas em uma primeira etapa do capitalismo, como assinala Marx, ou em etapas posteriores a partir da contínua abertura e ou incorporações de territórios coloniais, como demonstrou Rosa Luxemburgo. Para Harvey, todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem muito presentes, tiveram seus mecanismos aprimorados (como o sistema de crédito e o capital financeiro)⁵⁰ e ainda se elaboraram mecanismos inteiramente novos de acumulação, como os recentes processos de privatizações. Como Harvey pensa ser estranho nomear um processo em curso como “primitivo” ou “original”, esse será nomeado por ele como *acumulação por espoliação*.

O que dá sentido à continuidade dos processos de acumulação por espoliação é sua capacidade de resolver crises de superacumulação, entendidas por Harvey como situações em que há excedente de capital sem oportunidade de encontrar realização lucrativa. Para o autor, “o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital superacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo”. Assim, Harvey entende as crescentes ondas de privatizações em todo o mundo, o colapso da União Soviética e sua abertura para a economia de mercado, bem como a recente abertura da China, como importantes escoadouros do capital superacumulado, que puderam encontrar em diversos territórios formas lucrativas para se realizar.

⁵⁰ “O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973, foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório” (HARVEY, 2009b, p.122).

Todavia, apesar de ter um papel central que permite que o capital superacumulado possa encontrar realização lucrativa, as privatizações não são os únicos processos contemporâneos de acumulação primitiva, ou, para usar os termos de Harvey, acumulação por espoliação. Harvey descreve também como as crises de desvalorização podem atuar no sentido de espoliar nações inteiras. As crises de superacumulação do capital podem também ser amenizadas mediante a imposição de crises de desvalorização: “ativos desvalorizados podem ser vendidos a preço de banana e reciclados com lucro no circuito de circulação do capital pelo capital sobreacumulado” (HARVEY, 2009b, p.124). Se o plano de desestatização empreendido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso atuou eficazmente para promover a privatização de importantes empresas e bancos públicos nacionais, a abertura comercial empreendida por esse mesmo governo solapou as empresas domésticas, desvalorizando enormemente seus ativos. Assim é que podemos ler a entrada exacerbada dos fluxos de investimento externo direto (Gráfico 4) nas contas do balanço de pagamentos durante a inserção do território brasileiro no processo de globalização

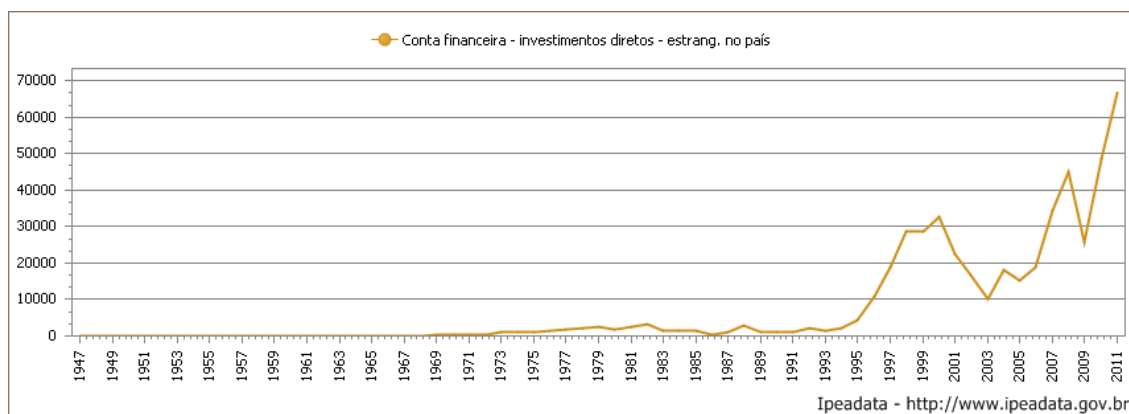


Gráfico 4. Investimento Direto Estrangeiro, Brasil – 1947- 2011 / US\$ (milhões)

O gráfico mostra como, a partir do período da globalização, início dos anos 1990, “O Brasil acompanha a tendência que vai se tornando dominante em escala mundial e, na segunda metade da década, passa a receber predominantemente Investimento Direto Estrangeiro destinado a fusões e a aquisições, sobretudo na privatização dos serviços de utilidade pública e no setor bancário” (TAVARES; BELUZZO, 2002, p.159). Para Leda Paulani e Braga, no Brasil, desde o início dos anos de 1990, e particularmente depois de 1994, a conta de investimentos diretos revestiu-se de extrema importância, não só em função do acelerado e intenso processo de privatização, que contou com uma expressiva participação do capital estrangeiro, como também em função das inúmeras aquisições de empresas de capital privado nacional por parte de grupos estrangeiros. No primeiro caso, o das privatizações, tratou-se, da realização de um objetivo intencionalmente buscado pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002). No segundo caso, o de compras de empresas de capital privado nacional, a política de veloz abertura comercial colocou muitas empresas nacionais em situação difícil, deprimindo seu preço e estimulando com isso sua aquisição pelo capital estrangeiro (PAULANI; BRAGA, 2003, p.129). Após a crise financeira mundial de 2008, há uma elevação no IED, marcada de novos fluxos, sobretudo pela manutenção de uma economia em crescimento no país, no período em que a crise financeira assola as economias desenvolvidas.

No entanto, muitas vezes essas crises de desvalorização precisam ser produzidas para que o capital superacumulado em outros lugares possa se beneficiar. Para Harvey, essa é a especialidade do sistema financeiro internacional, que tem o FMI em sua liderança e conta com o apoio estatal dos Estados Unidos. Nas crises, “valiosos ativos são tirados de circulação e desvalorizados. Ficam esvaziados e adormecidos até que o capital excedente faça uso deles a fim de dar nova vida à acumulação do capital” (HARVEY, 2009b, p.126). As crises financeiras do México (1995) e a Asiática (1997) são exemplos de crises de desvalorização que permitiram a transferência de capital. Harvey descreve como a crise mexicana é orquestrada pelo FMI e possibilita a transferência de ativos:

Tendo assinado o que veio a ser conhecido como Plano Brady, para fazer jus ao perdão parcial da dívida, o México teve de engolir, pelo que se veio a saber principalmente de maneira voluntária, a pílula envenenada do aprofundamento da neoliberalização preconizada pelo FMI. O resultado foi a “crise da tequila” de 1995, desencadeada, como já sucedera em 1992, pela elevação da taxa de juro do banco central norte-americano. Isso impôs uma pressão especulativa ao *peso*, que sofreu desvalorização. O problema é que o México passara antes de emitir dívida convertida em dólar (os chamados *tesobonos* – títulos do tesouro) para estimular o investimento externo, tendo ficado, depois da desvalorização, sem condições de mobilizar o montante em dólares suficiente para resgatá-los. [...] Com um convincente efeito colateral da desvalorização do *peso*, o capital nos Estados Unidos pôde então entrar rapidamente no país e comprar todo tipo de ativos a preços de liquidação para entrega do prédio (HARVEY, 2008, p.112).

Em 1999 conhecemos processo semelhante com a crise cambial e a consequente desvalorização da recém criada moeda brasileira: o Real. Os ataques especulativos dos investidores tiveram consequências devastadoras para a economia brasileira, Extremamente vinculada aos fluxos de capital especulativo, a moeda brasileira não suporta a fuga de capitais promovida pelos investidores e sofre enorme desvalorização. O Banco Central Brasileiro eleva a taxa de juros a índices inconcebíveis - para além de 40% anuais - e, com isso, tenta manter ou atrair os fluxos de capital, mantendo a moeda estável. Tomado como medida para tentar conter a fuga de capitais, esse movimento macroeconômico impactou diretamente as contas públicas, ampliando o endividamento, remunerou otimamente especuladores e impediu o crescimento econômico do país. Portanto, ficam claras, numa crise como essa, as fragilidades dos governos e das moedas nacionais diante dos operadores e investidores do sistema financeiro mundializado.

Ainda nesse contexto de financeirização, em que capitais especulativos se movem pelos territórios para fazer dinheiro, as inovações financeiras, entre elas os derivativos, transformam as *commodities* em um ativo financeiro, isto é, os alimentos tornam-se um *asset*, um ativo nas mãos de especuladores que o movem no tempo e no espaço, em busca de remuneração. O grande desenvolvimento de inovações financeiras como os derivativos causou uma grande oscilação no preço dos alimentos e contribuiu para uma situação absurda, qual seja: hoje, apesar do crescimento tecnológico e da riqueza, há mais fome no mundo. O que torna a fome algo moralmente intolerável. O dinheiro para comprar alimentos é escasso principalmente nos países pobres e, com isso, desenvolve-se um grande paradoxo – agricultores passam fome – a perda da cultura em muitos países da Ásia, como Bangladesh, que depende enormemente do arroz importado, é um exemplo deste paradoxo – isso porque no atual contexto as políticas governamentais tendem a privilegiar aspectos macroeconômicos. A atual crise financeira que eclodiu em 2008 prestou para o fim de agravar o problema de duas maneiras. Primeiro: o aumento dos preços dos alimentos nos últimos anos contribuiu para a má nutrição, para a migração e para o aumento da fome; segundo: o dinheiro disponível para projetos de cooperação e assistência ao desenvolvimento no orçamento dos países de capitalismo avançado e órgãos internacionais como a FAO diminuiu sensivelmente desde 2008. Ainda tratando desse problema, alguns pesquisadores colocam uma questão central: é preciso fazer em âmbito nacional e internacional uma escolha política, qual seja: a de tratar os alimentos como mercadoria ou como direito⁵¹.

Se macro-processos econômicos e territoriais como as crises de desvalorização cambial e processos como privatizações e abertura comercial, e as inovações financeiras que transformam alimentos em ativos financeiros permitem uma acumulação ótima na esfera financeira, dando um destino lucrativo ao capital superacumulado, a oferta ampliada de crédito à população pobre dos países subdesenvolvidos tem recentemente também cumprido o mesmo papel.

⁵¹ Este parágrafo foi elaborado com base em anotações de meu caderno de pesquisa de campo durante a participação na: *Giornata di Studio “La Volatilità dei prezzi alimentari: riflessioni geografiche”* na ocasião do *World Food Day* em 30 de novembro de 2011, promovido pela FAO todos os anos na cidade de Roma (Itália), onde a organização tem sua sede. Essas anotações podem ser encontradas no 2º Relatório Científico da pesquisa, intitulado “Sistema Financeiro Mundial, Planejamento Estratégico e o Uso Corporativo do Território Brasileiro”, apresentado à FAPESP, em janeiro de 2012.

Podemos constatar a cada ano, em todos os territórios nacionais que compõem a América Latina, a expansão de bancos e instituições de crédito que se especializaram em fornecer crédito a pequenos empresários, estabelecimentos comerciais de pequeno porte, vendedores autônomos, entre outros agentes do, chamado por Milton Santos, circuito inferior da economia urbana. Essa expansão, coordenada e ordenada segundo lógicas globais, impõe uma política e permite a instalação no território de inúmeros tipos de instrumentos financeiros, dinamizando as relações econômicas de espoliação, via pagamento de altas taxas de juros. A América Latina e a Ásia são hoje os lugares a que se destina a maior parte do dinheiro de investidores de atuação global em microfinanças.

Apesar das microfinanças terem dificuldades de se desenvolver na Europa, os bancos e fundos europeus participam dessa atividade em outros continentes. O Banco Sol, na Bolívia, por exemplo, é associado a um banco suíço na oferta de micro-seguros. Os grandes bancos europeus participam ainda por intermédio de fundos de investimentos e fundações bancárias do fornecimento de dinheiro para o desenvolvimento de projetos de microcrédito em países da Ásia, África, Mundo Árabe, América Latina e Leste Europeu. O Deutsche Bank e ABN-Santander estão trabalhando com microfinanças de modo indireto, como é o caso do grupo Banco Pro Credit, que atua fortemente nos países do Leste Europeu, financiado principalmente por fundos alemães. Esse banco está presente na Albânia, Moldávia, Ucrânia, Kosovo, Bósnia, Macedônia, Romênia, Bulgária e Sérvia, e seus clientes são preferencialmente as pequenas e médias empresas urbanas.⁵²

Norteadas pela ideologia do crescimento e da competitividade como forma de superação do subdesenvolvimento, as políticas de desenvolvimento nacional instrumentalizam e permitem esse uso corporativo do território pelas grandes instituições financeiras, à medida que as fronteiras se abrem às atividades, às normas, às ordens, ao dinheiro do sistema financeiro globalizado. Em distintos territórios as instituições financeiras de microcrédito atuam no sentido de transferir para o circuito superior da economia o lucro, a poupança, a mais-valia do circuito inferior da economia⁵³.

⁵² Informação verbal. Entrevista realizada em Colóquio com o Prof^o Marco Elia da Faculdade de Economia da Universidade de Turim, em 27 de outubro de 2011.

⁵³ Deste tema tratamos em nossa dissertação de mestrado, intitulada “SISTEMA FINANCEIRO MUNDIAL: seu assombro em território brasileiro e a fantasmática liberdade de consumo”. Ver bibliografia.

Contudo, se os processos de privatização, crises de desvalorização, especulação com ativos financeiros e exploração financeira dos pobres via crédito são importantes para garantir a acumulação ampliada do capital, o processo de endividamento público se mostra hoje como outra grande oportunidade para o sistema financeiro destinar o capital superacumulado, criar capital fictício e extrair renda; para usarmos mais uma vez as palavras de Leda Paulani (2010), há no capitalismo atual uma relação direta, que deve ser discutida, entre poder estatal, acumulação e capital fictício.

Desse casamento entre capital financeiro e poder público que viabiliza esses recentes processos de acumulação por espoliação, devemos considerar o poder e a importância da política neoliberal como doutrina de Estado. Apesar de o “neoliberalismo como doutrina político-econômica remontar o final dos anos 1930”, foi somente “depois de a crise geral de sobreacumulação ter-se tornado aguda que veio o movimento a ser levado a sério como alternativa ao arcabouço Keynesiano e a outras estruturas mais centradas no Estado na formulação de políticas” (HARVEY, 2009b, p.130). O neoliberalismo, com seus projetos de abertura econômico-financeira e privatizações, foi considerado por David Harvey (2008, p.26) como uma política voltada a restaurar o poder das classes altas, já que essas conhecem, no pós-guerra, acentuado declínio em seu poder, expresso empiricamente, sobretudo, pela parcela da renda nacional em sua posse. Em todos os territórios onde essa política alcançou o governo, as classes altas domésticas, em associação com as classes dominantes estrangeiras, promoveram a espoliação dos ativos públicos a partir de um discurso falacioso de privatizações e abertura econômico-financeira em prol do bem da nação. Como já dissemos anteriormente, no Brasil não foi diferente.

2.5 O Território como Recurso: Estado capitalista, dívida pública e a remuneração ótima do capital

A compra de títulos da dívida pública é hoje uma das opções preferidas dos capitalistas que visam remunerar seu capital num processo puramente financeiro, sendo um dos destinos preferidos do capital superacumulado, o que possibilita entendermos a dívida pública, segundo a economista Leda Paulani (2010), como uma fonte de acumulação primitiva.

O debate público a respeito do endividamento estatal assume, nesta contemporaneidade, em todo o mundo capitalista, uma importante dimensão política, visto a evolução crescente deste encargo, bem como sua incrível capacidade de drenar recursos financeiros por meio do chamado “serviço da dívida”. Hoje, mesmos os poderosos países de capitalismo avançado tornam-se alvo de seus próprios especuladores, arrastando suas sociedades para conflitos e tensões sociais de larga escala⁵⁴.

Contudo, esse problema não é uma novidade. O geógrafo Ariovaldo U. de Oliveira já havia tratado do endividamento brasileiro em seu artigo “Reflexões sobre o Imperialismo: a incorporação do Brasil ao capitalismo internacional”, publicado no Boletim Paulista de Geografia em 1982. Para ele, o endividamento externo atuava como um processo importante na incorporação do Brasil ao capitalismo monopolista internacional. O crescimento da dívida pública externa, de 2,56 bilhões de dólares em 1964 para 61,4 bilhões de dólares em setembro de 1981, significava a ampliação das relações de dependência econômica com os países credores, como E.U.A., França, Inglaterra, Alemanha, Japão etc.. Da mesma maneira, outras variáveis importantes atuavam: por exemplo, aumentava o montante da dívida em relação ao percentual do produto nacional bruto, passando de 10,5% em 1968 para 27% em 1980, e as oscilações da taxa de juros que, diante da crise norte-americana, tendiam a crescer. Nas palavras do autor:

⁵⁴ Em menos de um ano (2011), estamos acompanhando a eclosão de crises na dívida pública nos países de capitalismo avançado, países da zona do euro e, mais recentemente, a crise da dívida estadunidense tornou-se notícia quase que diária nos principais jornais do mundo. Grécia, Itália, Espanha, Irlanda e mesmo os poderosos Estados Unidos realizaram cortes em seus orçamentos, implementando planos de ajuste fiscal, ou ainda receberam socorro monetário para não declararem *default*. Os cortes no orçamento se orientam para áreas sociais e tentam acabar com as conquistas do estado de bem estar social. A população reage por meio de insistentes e violentos protestos (Anexo I; Figura2).

Esses saltos nas taxas internacionais de juros representam para o Brasil uma verdadeira catástrofe, pois cerca de 60% da dívida externa brasileira baseia-se em contratos de custos flutuantes, ou seja, está sujeita a taxas de juros que são ajustadas a cada seis meses. Assim com a elevação das taxas de juros nos mercados internacionais sobem os custos não só dos novos empréstimos, mas também dos créditos anteriores ainda não saldados. Com a dívida no nível atual, calcula-se que cada aumento da “Libor” em um por cento, custa ao Brasil, por ano, mais de 300 milhões de dólares em juros. Como a “Libor” subiu no ano de 1979 cerca de 4% o Brasil terá que pagar mais de 1 bilhão e 200 milhões de dólares em juros (a mais) (OLIVEIRA, 1982, p.69).

Tratando do problema da dívida pública, Maria C. Tavares e Beluzzo afirmaram: “No início da década de 1980, a crise da dívida externa produziu o primeiro impacto negativo na economia brasileira. Foram dez anos de tentativas de ajustamento ortodoxo e heterodoxo, que resultaram na redução e na instabilidade das taxas de crescimento, assim como na superaceleração inflacionária” (TAVARES; BELUZZO, 2002, p.159).

Mas, se essa era a situação das finanças públicas do estado brasileiro no início dos anos 80, processos novos, como o de securitização da dívida pública externa brasileira e a sua conversão em dívida interna, as altas taxas de juros e a escalada e o aumento do endividamento iriam caracterizar o novo contexto em relação às finanças do estado no início dos anos 90.

Portanto, no Brasil, a histórica pressão de nossa elevada dívida externa, responsável por uma grave recessão nos anos 80, e hoje a escalada do endividamento público no plano doméstico, motiva a nós, brasileiros, buscarmos a compreensão e o conseqüente debate político da situação em que se encontram as finanças públicas em território nacional. Se a dívida total do governo federal era de 12,4% do PIB em 1994, em 2002 ela era de 35,6%. Portanto, ainda hoje, neste atual período da globalização, o processo de endividamento atua provocando uma verdadeira espoliação das finanças do governo federal, dos estados e dos municípios e conseqüentemente ampliando a perda de autonomia política dos lugares.

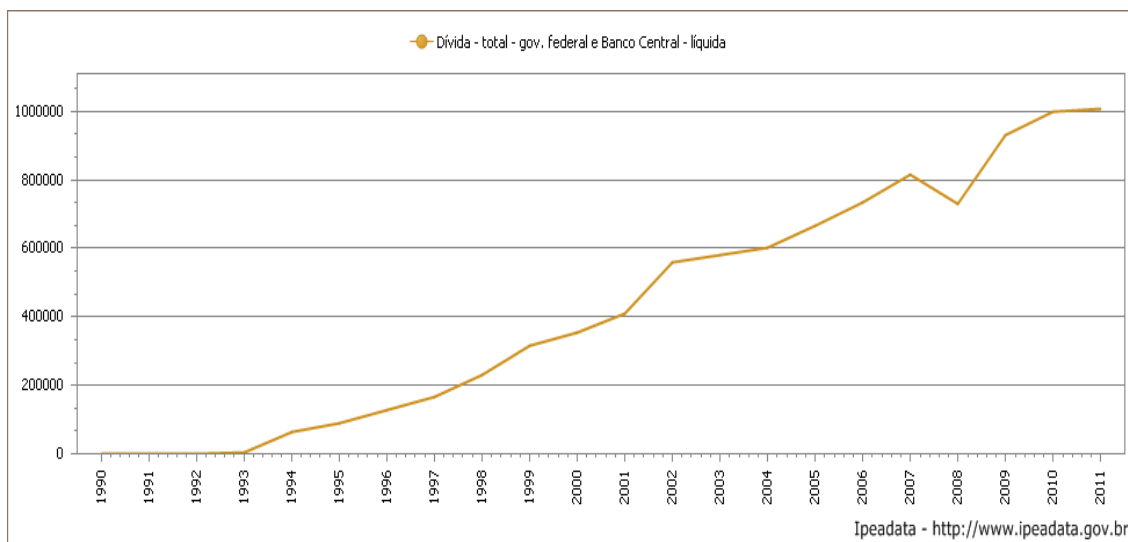


Gráfico 5. Dívida Total – Gov. federal e Banco Central – Líquida, Brasil – 1990-2011 / R\$ (milhões)

Como podemos observar, a partir da implementação do Plano Real, ocorre o aumento constante da dívida pública brasileira. A necessidade de atração de fluxos de capital externos para a manutenção cambial, através do aumento da taxa de juros, determinou durante o primeiro e principalmente durante o segundo governo de FHC o aumento da dívida pública. Segundo Relatório do Tribunal de Contas da União, esse aumento se deu devido a: a) O pagamento de juros ou a sua incorporação no estoque da dívida são os itens mais importantes nessa escalada; b) o aumento de outras dívidas externas; c) o reconhecimento de “esqueletos” gerados em exercícios anteriores e a acumulação de ativos referentes às dívidas dos estados com a União (TCU, 2004 p.149). Já durante o governo Lula (a partir de 2002), a manutenção no primeiro governo ainda de taxas elevadas e depois mais tarde planos como o Plano de Sustentação do Investimento, que autorizaram a venda de novos títulos com a arrecadação sendo destinada aos cofres do BNDES para repasse para as empresas, podem ser considerados fatores importantes nessa escalada do endividamento.

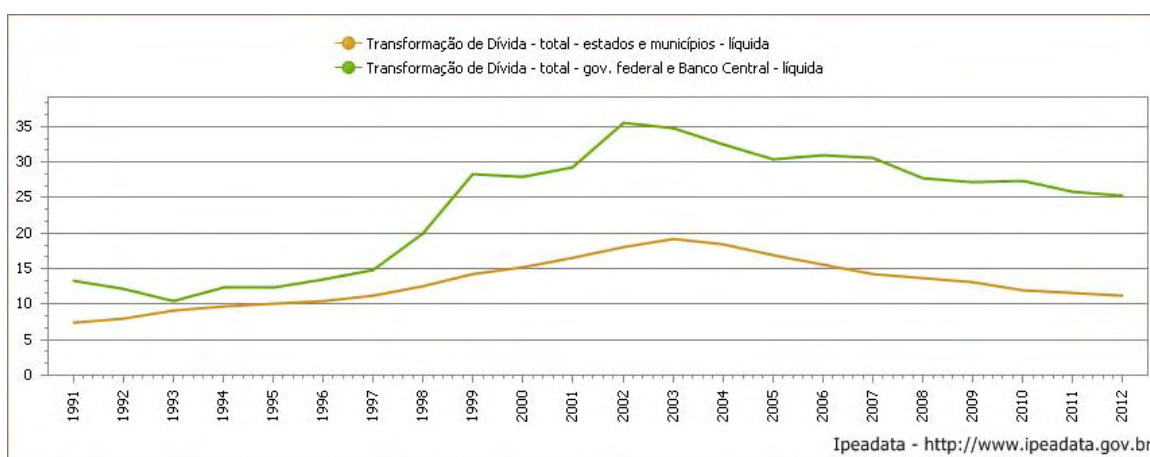


Gráfico 6. Transformação de dívida total – estados e municípios; e transformação de dívida total – governo federal e Banco Central, Brasil – 1991-2012 / Unidade: (% PIB)

Quando relacionamos os valores totais da dívida com o PIB, constatamos também uma abrupta elevação nos anos de 1997 a 2003; essa relação PIB/dívida pública irá declinar apenas a partir de 2004.

Marx atribuiu, em seus estudos, grande importância ao sistema de endividamento nacional. Esse pensador já considerava em seu tempo “a dívida pública como uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva por dotar num toque de mágica o dinheiro improdutivo (capital superacumulado) de força criadora em capital valorizado, sem que esse tivesse que ser exposto aos esforços e perigos que se relacionam a aplicação industrial e mesmo usurária” (MARX, 1984, p.288).

A vantagem que se estabelece nessa relação entre credores e o Estado na criação de capital fictício é enormemente maior aos credores, pois estes não desembolsam verdadeiramente dinheiro algum, “a soma emprestada é transformada em títulos públicos, fáceis de negociar, que podem continuar funcionando em suas mãos tal qual como faria o dinheiro sonante” (MARX, 1984, p.288).

No entanto, como nos lembra Giovanni Arrighi, Marx, ao concentrar-se na abordagem da dívida pública como alienação dos ativos e receitas futuras dos países, não “destacou a importância, sempre reiterada, das dívidas nacionais no contexto de um sistema de Estados que, lutando pelo poder, disputam entre si a ajuda dos capitalistas” (ARRIGHI, 2008, p.13). Fluxos de capital podem sair de um determinado país e ajudar a financiar o déficit da balança de pagamentos de outro, ou ainda, a dívida pública pode atuar no sentido de dotar o estado de recursos para financiamento e montagem de plantas industriais que gerem emprego, dando um ímpeto de desenvolvimento a um determinado território. Ainda segundo Arrighi (1996, p.16), “a competição pelo capital circulante entre estruturas políticas de grande porte, mas aproximadamente equivalentes tem sido o fator mais essencial e duradouro na ascensão e expansão do poder capitalista na era moderna”.

Mas também é preciso lembrar que se a atração do capital excedente circulante exerce um papel importante para a manutenção de um Estado potência, como mostra o caso dos Estados Unidos tratado por G. Arrighi em seu *O longo século XX*, isso parece não ocorrer quando se trata de países subdesenvolvidos como o Brasil, que, para atrair um pouco que seja do capital circulante excedente precisa oferecer condições de rentabilidade que acabam por espoliar ao longo do tempo, via serviço da dívida pública, os recursos financeiros da nação. Raciocínio semelhante encontramos no parecer sobre as contas do governo federal do Tribunal de Contas da União:

Há uma diferença fundamental relativamente aos encargos ou serviços da dívida entre países desenvolvidos e aqueles chamados emergentes. No primeiro caso, estoques elevados de dívidas podem ser mantidos com taxas reais relativamente baixas, uma vez que o risco de inadimplência é considerado inexistente. No caso dos países emergentes com histórico de inadimplência relativamente recente ou estratégias de desvalorização do valor real dos ativos obtidos a partir de operações de crédito, o custo dos juros se constitui numa pesada carga para o estado e a sociedade (TCU, 2004, p.141).

Para Chesnais, atuando como um complexo mecanismo de transferência de riqueza para a esfera financeira, a importância do processo de pagamento dos juros da dívida pública identificado por Marx é hoje infinitamente maior (CHESNAIS, 1996, p.247).

Dados do Banco Central do Brasil compilados por Evilasio Salvador nos dão a dimensão do problema. Se em julho de 1994, durante a criação do plano Real, a dívida interna líquida brasileira alcançava pouco mais de 20% do PIB, sua evolução é muito rápida, chegando, em janeiro de 2002, à marca de 40% do Produto Interno Bruto, para, em setembro de 2008, atingir 50% do PIB, totalizando 1,5 trilhões de reais (SALVADOR, 2010, p.356-357).

Se os valores totais da dívida pública brasileira sobem de forma galopante, a consequência imediata é também o aumento dos recursos financeiros para a manutenção deste ônus, como as transferências correspondentes às amortizações, e os gastos com pagamento de juros do chamado “serviço da dívida”.

Restamo-nos perplexos em saber que em 2003, de uma receita total de R\$918,5 bilhões, foram gastos pelo governo federal, somente com pagamento de juros e encargos da dívida, o montante de R\$65,7 bilhões, enquanto que a parcela das receitas usadas para amortizações e refinanciamento foi da ordem de 462,7 bilhões de reais. Nos anos posteriores, as violentas extrações de renda do sistema público federal continuam o seu caminho: em 2004 foram destinados 8,19% da receita total para o pagamento de juros da dívida pública brasileira, o que correspondia, naquele ano, a R\$74,3 bilhões; as amortizações e refinanciamento da dívida consumiram, nesse mesmo ano, 48,01% do orçamento, o que equivale a R\$436 bilhões; enquanto que os gastos com investimentos foram de apenas R\$10,8 bilhões ou 1,20% da receita. Em 2005, foram gastos R\$89,8

bilhões com juros, ou seja, 8,12% da receita, e R\$17,3 bilhões, ou 1,57% da receita, com investimentos. 61% do investimento público foram concentrados em três ministérios: Saúde, Transportes, Defesa e Cidades.⁵⁵

Em plena crise financeira internacional de 2008, o pagamento de juros aos credores mais uma vez prejudicou o país. Segundo um importante estudo do IPEA,

O uso de grande parcela das receitas para pagamento de despesas financeiras permaneceu como problema estrutural no orçamento público em 2008. Foram gastos com juros cerca de 4% do PIB, equivalentes a R\$113 bilhões. Gastos com juros têm forte efeito esterilizante dos recursos públicos, pois, além de impossibilitar o atendimento de necessidades urgentes por serviços essenciais, significa contenção de demanda agregada, porque são recursos que deixam de circular no mercado, contribuindo para reduzir o dinamismo da economia (IPEA, 2009, p.95).

Contudo, não só a União destina anualmente grande parte de seu Orçamento a juros e amortizações. Estados e municípios também necessitam transferir uma parte do dinheiro público para cumprir obrigações financeiras.

Usando a regionalização proposta por Milton Santos e Maria Laura Silveira em “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI”, em que esses autores propõem uma regionalização a partir das heranças do território e da difusão desigual do meio técnico-científico-informacional e considerando a existência, no Brasil, de quatro grandes Regiões, a saber: Amazônica, Centro-Oeste, Nordeste e Concentrada, tratamos de organizar os dados que nos permitem ler como a extração de dinheiro público via amortizações se dá segundo cada região.

⁵⁵ Os dados que tratam dos valores gastos com juros e amortizações e investimentos do governo federal foram retirados dos relatórios e pareceres das contas do governo elaborados pelo Tribunal de Contas da União.



Mapa 1. Meio técnico-científico-informacional e as regiões do Brasil – 1999 - sem escala. Fonte: M. Santos; M. L. Silveira (2006).

Os dados que trabalhamos para realizar o esforço analítico desse processo de extração de renda dos territórios que compõem o espaço da nação brasileira nos possibilitaram organizar dois sub-períodos⁵⁶.

O primeiro sub-período compreende os anos de 1994 a 2001, eventos muito significativos ocorrem: início do plano Real (94) e término do processo de renegociação da dívida pública entre estados e o governo federal e a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal (2001). Esse é também o sub-período em que os governos estaduais veem as suas dívidas se agravarem devido à elevação das taxas de juros dada a partir da implementação do Plano Real, forçando-os a participarem de um tenso plano de ajuste fiscal. Nesse primeiro sub-período estabelecido por nós, as amortizações eram repassadas diretamente ao sistema financeiro; cabe lembrar que esses valores referem-se somente às amortizações, sendo que os pagamentos de juros não estão aí computados.

Já no segundo sub-período, que abrange os anos de 2002 a 2009, uma nova dinâmica política envolvendo os entes da federação se dá, marcada sobretudo pelo acirramento da

⁵⁶ Os dados que organizamos são representados em valores nominais a conversão em valores reais nos surpreenderia ainda mais, já que essas extrações se mostrariam mais violentas.

guerra entre os lugares. É também nesse sub-período em que a vida da nação se desenvolve sob uma “administração federal petista” do território, por meio da qual se buscam, paulatinamente, alternativas ao neoliberalismo e o país conhece um pujante crescimento econômico e a renovação da preocupação por parte do governo federal da atuação social do Estado.

No primeiro subperíodo (1994 a 2001), a Região Concentrada - formada em sua maior parte pelos estados economicamente mais dinâmicos da federação -, região em que o meio técnico é mais denso e a vida de relações mais intensa, repassou às instituições financeiras enormes somas de dinheiro. O estado de São Paulo se destaca. Chama a atenção o ano de 1997, quando esse estado assume o acordo de reestruturação de sua dívida dentro do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF); as cifras com desembolsos registrados como amortizações da dívida alcançam neste ano R\$38,4 bilhões. Grande parte desse dinheiro correspondia a ativos das empresas públicas paulistas, repassados ao BNDES para o processo de privatização.

Apesar de apresentar um grande endividamento e as consequentes transferências, São Paulo não é o único que merece atenção. O Rio Grande do Sul, em 1995, transferiu mais de 1 bilhão de reais de seu orçamento para o pagamento de amortizações – o que correspondia a 18,6% de sua receita –, no mesmo ano as despesas com investimentos foram de apenas R\$318 milhões – ou 5,5% da receita; em 1998, o valor dos gastos com amortizações já alcançava R\$1,65 bilhão (12,5% da receita). No ano de 1999, frente ao acordo de reestruturação da dívida junto ao governo federal, as despesas com amortizações nesse estado caem para R\$569 milhões (ou 7% da receita). O estado do Rio de Janeiro vê sua dívida e consequentemente seus gastos com amortizações aumentarem com o início do plano Real: em 1994, esse estado destinava 1,64% de sua receita, ou seja, R\$59 milhões, para o pagamento de amortizações; em 1997, esse valor era de R\$2,3 bilhões, o que correspondia a 17% da receita. Minas Gerais conhece a mesma lógica com gastos superiores a R\$1 bilhão desde 1995. É possível reconhecer como transferências com amortizações alcançaram somas de bilhões de reais, em especial após 1997, diante do agravamento da crise financeira asiática e do processo de transferência de ativos do estado para a federação, como parte do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (tabela 1).

Tabela 1. Desembolsos para amortizações da dívida pública (interna e externa), Região Concentrada - 1994-2001 / R\$ (milhares)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
SP	1.558.617	2.896.154	3.106.221	38.443.799	2.498.484	2.919.699	616.220	890.651
RJ	59.589	181.646	972.367	2.307.201	1.864.026	2.444.327	315.777	387.367
ES	38.816	58.860	217.460	81.688	63.895	72.285	85.380	87.384
MG	542.936	1.087.291	1.072.740	2.762.439	2.439.668	452.316	921.096	487.503
PR	52.165	185.455	249.191	124.880	361.401	221.509	1.861.262	346.237
SC	253.842	193.112	314.574	572.431	103.288	163.795	733.136	170.497
RS	705.154	1.069.647	1.026.108	1.466.936	1.654.945	569.804	625.464	728.966

Fonte: IPEA Data 2011. Org. Ricardo Alberto Scherma

Tabela 2. Desembolsos para amortizações da dívida pública (interna e externa), Região Nordeste – 1994-2001 / R\$ (milhares)

Estados	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
AL	4.558	12.216	29.144	33.766	55.649	24.443	0	55.640
BA	91.468	472.577	372.512	267.233	690.522	447.940	272.708	432.253
CE	42.274	95.934	102.829	215.193	122.077	612.019	213.572	255.633
MA	15.468	32.791	48.650	40.176	61.904	105.384	287.288	162.806
PB	16.663	82.407	66.402	75.687	69.835	63.737	94.655	92.038
PE	11.493	72.233	88.906	68.915	523.972	133.750	177.307	241.908
PI	12.185	22.738	48.757	36.956	32.607	49.600	69.239	115.947
RN	19.228	44.489	24.313	102.978	47.920	85.944	53.748	65.739
SE	14.602	9.011	82.400	175.390	71.675	31.086	32.980	49.011

Fonte: IPEA Data 2011. Org. Ricardo Alberto Scherma

Já a Região Nordeste, formada por seus 9 estados, quase todos com alta densidade populacional e abrigando ainda hoje enormes áreas carentes dos mínimos recursos sociais - região onde o meio técnico-científico-informacional se apresenta de forma pontual, apenas nos lugares de interesse da produção capitalista, em especial, aqueles relacionados às *commodities* –, destinou, no primeiro subperíodo (que compreende os anos de 1994 a 2001), estimáveis somas de dinheiro para pagar seu débito público. Destacam-se os estados da Bahia e Pernambuco. Este último, por exemplo, se em 1994 havia empregado R\$11,493 milhões de seu orçamento para amortizações, 1% de toda sua receita, em 1998 empregou R\$523,972 milhões com esses gastos, atingindo 11,7% de sua receita, que, neste ano, era de R\$4,496 bilhões. Já a Bahia, de R\$91,468 milhões gastos com amortizações em 1994 (4,9% da receita), passa a R\$690,522 milhões em 1998, ou 8,5% da receita. É bom lembrar que, nesse mesmo ano, o aumento da receita do estado da Bahia está ligado às transferências de ativos do estado no processo de privatização (tabela2).

A Região Centro-Oeste, caracterizada por ser uma área de ocupação recente em que os conteúdos técnicos-científicos-informacionais se implantaram para atender a demanda de realização de uma agricultura moderna e globalizada (SANTOS; SILVEIRA, 2006), transferiu para o sistema financeiro consideráveis somas de dinheiro. Alguns estados viram suas dívidas dobrarem e conseqüentemente os ônus cresceram, foram enormes os desembolsos realizados pelos estados de Mato Grosso e Goiás nesse subperíodo: o primeiro, no ano de 1994, havia destinado R\$38,8 milhões de seu orçamento para amortização de sua dívida, 5,94%, já em 1996 seus gastos foram de R\$159,4 milhões com esse encargo, correspondendo a cerca de 12% do orçamento. Goiás encontrou o mesmo destino: em 1994, o estado havia pagado ao sistema financeiro R\$22,2 milhões, ou 2,26% de toda sua receita, e em 1998 foram gastos R\$297,4 milhões em despesas com amortizações, 11,7% (tabela 3).

Já a Região Amazônica, uma região de baixa densidade técnica e populacional (SANTOS; SILVEIRA, 2006), também conhece uma escalada nos desembolsos. Se em 1994 o estado do Amazonas destinou R\$14,8 milhões de seu orçamento para amortizações da dívida pública (2,4%), em 1998 os desembolsos são da ordem de R\$36,7 milhões (2%) e em 1999 alcançam R\$168,9 milhões (7,46%), mais de dez vezes o valor dos desembolsos de 1994. Já o estado do Pará, se em 1994 destinava R\$11,6

milhões de reais (1,5% de seu orçamento), esse número vai para R\$53,8 milhões em 1997 (2,5%), alcançando R\$123,3 milhões em 1998 (4,3%) (tabela 4).

Tabela 3. Desembolsos com amortizações da dívida pública (interna e externa), Região Centro-Oeste – 1994-2001 / R\$ (milhares)

Estados	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
MT	38.882	86.964	159.457	43.358	75.365	82.681	62.742	109.939
GO	22.243	147.926	266.912	241.459	297.496	112.843	111.873	140.639
MS	3.555	30.085	36.352	41.728	64.845	60.657	97.543	79.813
TO	3.860	2.374	6.339	16.423	26.397	27.004	39.107	48.444

Fonte: IPEA Data 2011. Org. Ricardo Alberto Scherma

Tabela 4. Desembolsos com amortizações da dívida pública (interna e externa), Região da Amazônia – 1994-2001 R\$ (milhares)

Estados	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
AM	14.833	6.065	13.468	33.409	36.703	168.941	65.427	90.322
PA	11.618	21.565	32.199	53.810	123.313	68.158	102.352	77.185
RO	5.160	5.374	20.253	14.126	29.876	28.281	58.027	65.626
AC	7.433	14.250	27.231	24.042	19.606	23.457	26.728	59.030
RR	0.121	3.484	5.086	11.370	15.645	20.096	17.952	10.456
AP	2.884	4.335	3.799	4.551	5.306	7.547	8.025	5.804

Fonte: IPEA Data 2011. Org. Ricardo Alberto Scherma

Foi possível constatar como a escalada de juros nos anos 90 determinou o aumento e a extração de dinheiro dos lugares, somas bilionárias, em especial dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul foram transferidas aos credores rentistas. Disso resultou a consequente perda da capacidade de investimento em ações e programas sociais orientados para vencer as já históricas desigualdades que enfrenta o povo brasileiro. As elevadas extrações de dinheiro entre os anos de 1998 e 2000 também se referem a transferências de ativos dos estados para a União frente aos planos de desestatização empreendidos nesses anos. Pensemos como seria possível melhorar a vida dos habitantes da cidade e do campo se um pouco que seja de todo esse dinheiro pudesse ser investido em uma verdadeira modernização do meio geográfico, implantando, por exemplo, redes de saneamento básico, iluminação e habitações, infra-estruturas urbanas tão escassas em tantos lugares do território brasileiro.

Após 1999, com o final das negociações da dívida pública estadual dentro do plano de ajuste fiscal, implementado pelo então governo de Fernando H. Cardoso, e tendo o governo federal assumido o compromisso de saldar bilhões de reais referentes à dívida dos estados, os pagamentos de juros e amortizações passam a ser transferidos diretamente para a União, que centraliza esse dinheiro para então repassar aos bancos e outras instituições do sistema financeiro globalizado que detêm os títulos da dívida pública brasileira.

O segundo subperíodo (2002-2009) é marcado por uma nova administração do território nacional. Frente à descrença da população brasileira de que o caminho neoliberal empreendido durante mais de uma década pelos governos anteriores poderia trazer algum tipo de benefício ao país, o Partido dos Trabalhadores (PT) consegue eleger, em 2001, o seu candidato - Luiz Inácio Lula da Silva - presidente da República. Apesar da renovação política engendrada por esse evento, os primeiros anos são marcados pela continuidade da lógica da política fiscal e monetária, gerando fortes críticas ao primeiro governo popular da história brasileira. Essas críticas estão presentes, por exemplo, no livro “*Brasil Delivery*” em que a economista Leda Paulani faz um balanço dos primeiros anos do governo Lula, apontando a continuidade e mesmo o aprofundamento de políticas macroeconômicas, como a política de juros altos e geração de superávits primários, que impediam o crescimento econômico do país e garantiam estabilidade aos rentistas.

Esse subperíodo é também aquele da implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, um conjunto de normatizações que trouxeram um rearranjo político muito importante aos lugares. As finanças públicas conhecem novas normatizações que ampliaram o exercício do poder hegemônico nos lugares. Outra variável importante é a pujança das contas públicas. A implantação de novos impostos e a aceleração do crescimento econômico refletiram positivamente no aumento da arrecadação e dos orçamentos dos entes da federação.

Os estados da Região Concentrada, apesar de refinanciarem sua dívida com o governo federal e de conseguirem manter valores bastante baixos de transferências entre os anos de 2002 a 2004, veem suas transferências subirem, em especial os estados de São Paulo e o Rio Grande do Sul. São Paulo, que em 2002 realizou pagamentos de amortizações de apenas R\$837 milhões, em 2009 conhece a ampliação desses valores para R\$3,366 bilhões, um valor 4 vezes maior. Da situação recente de endividamento em que se encontra este estado tratamos no item “Dívida pública e a Extração de Renda dos Lugares: a situação de São Paulo”. O Rio Grande do Sul, que em 2002 havia desembolsado R\$944 milhões (7,7% de sua receita) com amortizações, em 2005 passa a desembolsar R\$1,490 bilhão (8,95%) com amortizações e R\$293 milhões com juros, para, em 2008, atingir R\$2,916 bilhões e R\$266 milhões com o pagamento de juros (13% da receita); no mesmo ano, o total dos gastos com investimentos foi de R\$660 milhões, ou seja, somente 2,7% de sua receita.

Já os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais conseguem manter seus desembolsos abaixo de um bilhão de reais entre os anos de 2002 a 2008; contudo, em 2009 o Rio de Janeiro precisa despendar R\$1,222 bilhão para cumprir com essa despesa e Minas Gerais R\$1,098 bilhão. Minas Gerais também irá realizar o pagamento de enormes somas com juros e encargos, que ultrapassam os valores gastos com as amortizações. Em 2008, por exemplo, foram R\$2,5 bilhões; em 2009, R\$2,160 bilhões; em 2010, R\$2,187 bilhões. O relatório de despesas do governo de Minas mostra o tamanho do problema: os gastos com dívida são hoje uma das maiores despesas do governo, reduzindo a capacidade de realizar ações no território. Em 2009, quando foram gastos mais de R\$3 bilhões com amortizações e juros (7,40% da receita), os gastos com habitação foram da ordem de R\$118 milhões (0,30%); urbanismo, R\$64 milhões

(0,15%); assistência social, R\$158 milhões (0,40%); ciência e tecnologia, R\$239 milhões (0,60%); saneamento R\$9 milhões (0,02%).

Tabela 5. Desembolsos para amortizações da dívida pública (interna e externa), Região Concentrada -- 2002-2009 / R\$ (milhares)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
SP	837.499	1.289.802	1.170.865	1.097.090	2.004.669	2.044.621	2.225.695	3.366.896
RJ	508.943	509.583	849.982	712.696	728.646	840.567	887.171	1.222.952
ES	120.575	252.259	140.668	180.387	219.862	202.597	222.473	244.165
MG	431.697	426.024	432.388	411.446	498.963	465.836	529.544	1.098.020
PR	494.534	544.909	536.117	562.855	490.433	523.998	571.192	618.934
SC	380.128	228.132	241.693	274.767	340.049	366.063	454.741	497.893
RS	944.493	1.153.664	1.178.340	1.420.400	1.490.014	1.560.567	2.916.393	1.909.398

Fonte: IPEA Data 2011. Org. Ricardo Alberto Scherma

Tabela 6. Desembolsos para amortizações da dívida pública (interna e externa), Região Nordeste – 2002-2009 / R\$ (milhares)

Estados	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
AL	206.711	112.496	120.590	212.292	205.957	283.168	333.730	513.668
BA	551.668	727.821	804.373	859.421	1.065.764	1.232.659	1.457.754	1.265.723
CE	368.504	382.404	379.575	420.073	808.636	419.474	435.038	582.819
MA	223.424	261.637	244.853	271.419	272.897	279.195	305.409	320.113
PB	128.409	153.920	178.569	204.513	217.267	188.149	193.780	208.704
PE	312.362	318.493	351.854	405.775	448.520	413.602	480.334	521.269
PI	178.048	115.174	124.183	112.409	163.733	235.297	221.999	350.829
RN	90.284	103.516	116.053	120.613	127.390	138.239	178.490	212.343
SE	64.060	69.531	77.301	92.240	102.059	126.104	136.541	121.254

Fonte: IPEA Data 2011. Org. Ricardo A. Scherma

Entre os estados da Região Nordeste, a Bahia se destaca com enormes desembolsos ao longo dos anos 2000: em 2006, por exemplo, esse estado passa a usar uma considerável parte de seu orçamento com despesas financeiras, é nesse ano que os valores atingem R\$1,065 bilhão (6,7%) para, em 2008, alcançarem R\$1,457 bilhão (7,4%). Alagoas, Pernambuco e Ceará também têm gastos consideráveis de seus orçamentos com as despesas de amortizações de suas dívidas. O estado do Ceará, por exemplo, desembolsa, em 2008, R\$808 milhões (7%) para cobrir suas despesas com amortizações. O estado de Alagoas, em 2009, destina R\$513 milhões (10,5%) e Pernambuco, no mesmo ano, R\$521 milhões (3,2%).

Na Região Centro-Oeste, em praticamente todos os estados, os desembolsos cresceram enormemente em relação ao subperíodo anterior, com destaque para o estado de Goiás. Em 2002, esse estado tinha despesas de R\$171,887 milhões, o que correspondia a 3,4% de sua receita. Em 2009, passa a gastar R\$539 milhões de seu orçamento com amortizações, ou seja, 4,7%.

Tabela 7. Desembolsos com amortizações da dívida pública (interna e externa), Região Centro-Oeste - 2002-2009 / R\$ (milhares)

Estados	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
MT	112.037	242.147	328.207	373.694	267.332	270.043	286.110	350.246
GO	171.887	270.665	356.542	387.122	416.549	472.636	493.999	539.136
MS	160.513	114.061	141.638	190.920	221.925	404.821	358.360	0
TO	55.820	64.824	109.127	93.910	90.994	93.964	119.971	123.497

Fonte: IPEA Data 2011. Org. Ricardo Alberto Scherma

Os estados da Região da Amazônia também conhecem uma trajetória no aumento dos desembolsos, com atenção especial aos estados do Amazonas, Pará e Rondônia, que comprometeram parcela importante de seus orçamentos com o pagamento de dívidas. Em 2009, atingiram 1,8%, 2,4% e 2,9%, respectivamente.

Tabela 8. Desembolsos com amortizações da dívida pública (interna e externa), Região da Amazônia - 2002- 2009 / R\$ (milhares)

Estados	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
AM	88.722	96.995	128.197	123.940	134.278	131.167	144.992	155.684
PA	73.338	85.927	119.982	120.003	120.171	126.436	215.211	256.941
RO	75.710	79.384	85.845	105.526	101.806	105.220	111.037	117.771
AC	76.542	58.772	47.994	57.602	64.339	66.046	87.462	91.682
RR	7.774	34.930	35.915	43.862	38.434	42.845	52.946	56.032
AP	5.074	6.445	26.275	19.561	33.933	27.435	25.957	30.056

Fonte: IPEA Data 2011. Org. Ricardo Alberto Scherma

Como vimos, o comprometimento crescente das receitas com despesas financeiras tem se tornado um problema para as administrações dos estados. Não é raro encontrarmos na literatura um movimento em curso de governadores e deputados federais questionando a continuidade desses pagamentos, em especial a manutenção de taxas de juros usurárias e a continuidade de transferências elevadas, que comprometem suas administrações.

Ainda tratando das relações entre território e dívida pública, quando se remunera otimamente o capital na perspectiva de atrair dinheiro para aumentar o orçamento público e financiar a ação do Estado, um “Estado social” (que se anuncia como instituição que visa vencer as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais), cria-se um paradoxo, pois, na verdade, os benefícios finais desse processo vão a favor das classes sociais abastadas e das instituições financeiras concentradas nas regiões e cidades mais ricas do país⁵⁷, e hoje mesmo do mundo, agravando, portanto, os desequilíbrios anteriores que o “Estado social” pretendia vencer. Nesse sentido,

⁵⁷ Original em italiano Scaramelli [et al] p. 357

trataremos, no próximo item, quem são hoje no Brasil os agentes que detêm os títulos da dívida pública brasileira.

2.6 Fundo Público e os Agentes Hegemônicos: a apropriação dos recursos da nação

A constante apropriação dos títulos da dívida pública brasileira - um ativo capaz de produzir renda - por bancos, fundos de pensão, investidores domésticos e estrangeiros dá a esses agentes hegemônicos da sociedade e do território direito a uma permanente remuneração. “Efetivamente, o arquétipo do rentista é o que capta seus rendimentos por via fiscal”, Marx já o identificara, ao apontar que “a acumulação do capital da dívida pública significa simplesmente o desenvolvimento de uma classe de credores do Estado, que estão autorizados a tirar, para si mesmos, certas quantias do montante de impostos [...]” (CHESNAIS, 1996, p.248).

Contudo, no Brasil contemporâneo, quem seriam esses privilegiados? Quem poderia apropriar-se, por direito, de certa quantia dos impostos arrecadados em cada lugar desse imenso território? E. Salvador (2010, p.362) nos contempla com esse importante dado: em janeiro de 2006, bancos nacionais e estrangeiros detinham 49% da dívida interna brasileira, fundos de investimentos participavam do “bolo” com a posse, em suas carteiras, de 27% dos títulos da dívida; já os fundos de pensão, sozinhos, detinham 17% da dívida, sendo os 6% restantes de propriedade de empresas não financeiras e outros. Daí que só nos resta concluir o quanto as grandes empresas financeiras têm poder de ação sobre os lugares.

Dados como esses nos conduzem à reflexão de haver uma estreita associação entre o capital portador de juros e o fundo público no Brasil (SALVADOR, 2010). Em uma importante pesquisa a respeito do sistema financeiro no Brasil, a geógrafa Leila C. Dias chama a atenção para a relação existente entre a alta rentabilidade dos bancos e fundos de investimentos e a posse de títulos públicos em suas carteiras, relação que segundo a autora garante mais de 40% da receita dos bancos (DIAS, 2005, p.55). Explicando a lógica do capital fictício e a posse de ações e de títulos, Leda Paulani argumenta:

Quem ganha dinheiro com a valorização das ações que possui não participou diretamente da produção, nem detém o capital material que efetivamente está produzindo. Mas a duplicata de capital que ele possui lhe dá direito a uma parcela da renda real produzida na sociedade. Quem tem um título da dívida pública, tem direito sobre a renda real futura da sociedade, mesmo sem vir a participar de sua geração. Esses são dois casos típicos de capital fictício. A mera propriedade desses ativos garante a participação de seus detentores na renda real produzida pela sociedade sem que estes estejam diretamente envolvidos em sua produção. Os possuidores de seus ativos são, portanto, rentistas (PAULANI, 2006, p.16).

A situação descrita acima, além de proporcionar a garantia de renda a esses agentes hegemônicos da economia e do território, atua também como uma importante alavanca dos negócios nas bolsas de valores. Marx afirmou como a dívida do Estado fez prosperar o jogo da bolsa de valores. Analisando o desempenho dos Bancos da Inglaterra, em seu tempo, Marx escreve que “a acumulação da dívida do Estado não tem medidor mais infalível que a alta sucessiva das ações desses bancos [...]” (MARX, 1984, p.288). Uma análise da valorização das ações dos grandes conglomerados financeiros que atuam no território brasileiro apenas confirma as palavras de Marx e nos fornece os elementos de interpretação para entender como esses agentes centrais do capitalismo contemporâneo usam, a seu modo, os recursos do território para valorizar o seu patrimônio.

No entanto, se a valorização dos títulos da dívida pública em posse dos bancos leva a uma valorização patrimonial dessas empresas, esses mesmos bancos podem ter suas ações desvalorizadas, caso os governos tenham dificuldades em pagar suas dívidas, desencadeando crises expressivas nas bolsas de valores. Veja, por exemplo, a recente crise nas bolsas de valores do mundo frente às dificuldades e ao tamanho das dívidas de países do bloco europeu. Tal situação levou a *premier* alemã, Merkel, a afirmar que a Europa, diante da crise e endividamento público que se desenvolvem no continente desde 2010, vive o período mais difícil depois da Segunda Guerra Mundial.

Mas, apesar desse risco, a alta rentabilidade da posse de títulos públicos protegeu o sistema bancário nacional até mesmo na crise financeira de 2008. “Isto ocorreu porque o sistema financeiro brasileiro, há anos, vinha atrelando a alta rentabilidade aos títulos da

dívida pública doméstica remunerados a juros elevados e protegidos por política de câmbio sobrevalorizada, promovidos pela autoridade monetária. Os bancos brasileiros dispunham internamente de alternativa mais rentável e segura que os ativos de alto risco e, assim, não se envolveram nos esquemas de hipotecas *subprime* [...]” (IPEA, 2009, p.89).

Ainda quando se realiza o debate em torno da dívida pública brasileira é muito comum nos depararmos com o discurso da crise fiscal do Estado e o custo da manutenção de nosso embrionário estado de bem-estar social. O “Estado Providência”, ou seja, os altos gastos do governo com a seguridade social, foram, ao longo dos anos, dentro do discurso conservador de orientação política liberal, responsabilizados pela crise fiscal do Estado⁵⁸.

Num debate a respeito da constante incapacidade estatal de financiar, por meio da arrecadação tributária, a manutenção de suas estruturas técnicas, sociais, econômicas e territoriais, esquece-se que, para além de bens sociais públicos, como a socialização da medicina, educação, previdência social, etc., o Estado usa o fundo público para a estruturação e reprodução do capital, seja através dos recursos destinados à ciência e à tecnologia, dos subsídios à produção, seja por meio da criação de infra-estruturas de uso quase exclusivo das grandes corporações, passando pelo financiamento público subsidiado, via subsistema bancário, por bancos de desenvolvimento como BNDES e Banco do Nordeste, ou ainda, contemporaneamente, em socorro aos grandes conglomerados bancários, como assistimos nesses últimos anos⁵⁹.

Francisco de Oliveira (1998, p.13) argumenta que “para construir-se o pretense mercado auto-regulado, que dispensaria tudo o mais a não ser os próprios critérios de

⁵⁸ Esse argumento foi muito usado recentemente pela grande *mídia* brasileira que, ao noticiar a crise da dívida de países como a Grécia, insistiu enormemente que essa se relacionava aos altos gastos dos estados europeus para manter os programas de bem estar social, que foram historicamente conquistados pelo envolvimento político dos cidadãos, quando, na verdade, sabemos que a recente escalada da dívida pública da Grécia, gerando uma crise que se desenvolveu em 2010, estava ligada à transferência direta de recursos públicos para “salvar” os grandes bancos durante a crise financeira internacional de 2008.

⁵⁹ A ideologia “grande demais para quebrar” garantiu que os Estados mais desenvolvidos do mundo capitalista transferissem enormes somas de dinheiro público para salvar corporações financeiras que haviam especulado durante anos com títulos duvidosos. Estados Unidos, Alemanha e França elaboraram pacotes de transferência que ultrapassam, juntos, trilhões de dólares. Não são poucos os autores que apontam para os perigos da excessiva centralização de capital através dos processos de fusões e aquisições, bem como as vulnerabilidades e desigualdades territoriais geradas a partir dos processos de concentração territorial do sistema financeiro.

lucratividade, faz-se necessário muito Estado, muitos recursos públicos. Tanto no nível internacional quanto no nível nacional, essa contradição salta, cotidianamente, nas páginas dos jornais”.

O Jornal Valor Econômico, por exemplo, noticiava em 12 de agosto de 2010 na página A14: “Grandes grupos detêm 72% do crédito bancado pelo Tesouro”. Entre os anos de 2008 e 2010 foram concedidos, por meio de medidas provisórias que se transformaram em leis, R\$180 bilhões pelo Tesouro ao BNDES. Contudo, as concessões de crédito pelo banco estatal, dinheiro oriundo de captação junto ao Tesouro, privilegiaram as grandes empresas, entre elas grupos como Telecom e Telemar Leste, Votorantim papel e celulose Thyssenkrupp Metalúrgica. Seguiu-se também uma lógica de concentração territorial dos recursos desembolsados: em agosto de 2010, o BNDES havia desembolsado R\$115,84 bilhões, desse total “41,2% ficaram com o Sudeste, 16,4% com o Sul e 15,8% com o Nordeste. Projetos da Petrobras, como gasodutos e aumento da produção de gás e petróleo, que beneficiam mais de uma região, consumiram 13% do dinheiro, ou R\$15,2 bilhões” (VALOR, 2010, p. A14).

O BNDES é considerado atualmente um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo; ele atua na organização e uso corporativo do território brasileiro. Transferindo dinheiro público para megaprojetos, sua captação recente de recursos do Tesouro Nacional e os desembolsos bilionários dos últimos anos (Gráfico 7) acabaram por ser variáveis importantes na escalada recente da dívida pública brasileira.

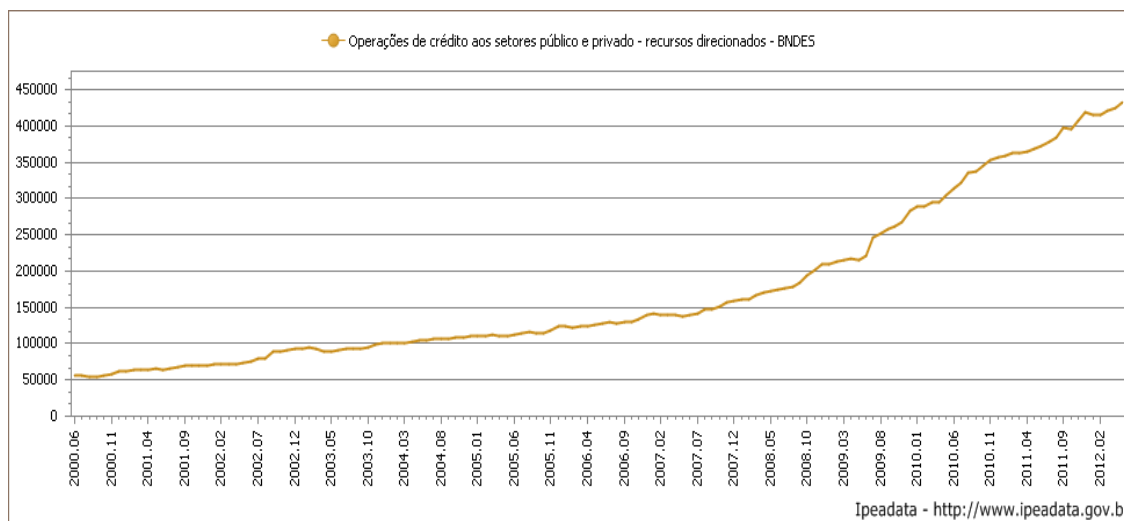


Gráfico 7. Operações de crédito do BNDES, recursos direcionados, Brasil - 2000-2012 / R\$ (milhões)

Como se pode observar, os desembolsos do BNDES cresceram muito nos últimos anos. É importante notar como após a crise financeira de 2008 as operações se elevam abruptamente. O governo federal, diante da crise, coloca o BNDES como braço forte para minimizar os impactos na economia e no emprego, no entanto, com prejuízos como aqueles relacionados ao demasiado endividamento público para captação de recursos que foram repassados ao banco. O uso constante e estrutural que o sistema capitalista faz dos recursos financeiros do fundo público levou pensadores como Francisco de Oliveira (1988) a afirmar o seu caráter insubstituível. “Na forma de Títulos Públicos e vários tipos de incentivos e subsídios é o fundo público que agiliza a circulação do capital, e em muitos casos cumpre o papel da famosa ponte invisível Keynesiana entre quem poupa e quem investe” (OLIVEIRA, 1988, p.22). A constante necessidade de financiamento do Estado, seja para a manutenção de seu aparato social, seja para garantir a reprodução ampliada do capital, leva os governos à frenética emissão de títulos da dívida pública e contratação de empréstimos bancários no mercado de capitais doméstico e estrangeiro.

François Chesnais nos adverte que “a esfera financeira nutre-se da riqueza criada pelo investimento e mobilização de uma força de trabalho de múltiplas qualificações”, bem como da transferência de riqueza para a esfera financeira via serviço da dívida pública (CHESNAIS, 1996, p.241). Contudo, lembremos que essa extração de que nos fala Chesnais se dá efetivamente nos territórios, com consequências diretas na vida, no cotidiano das populações que têm sua existência nos lugares. As consequências

advindas da extração de riqueza do fundo público para esfera financeira atingem a todos, mas no Brasil, de maneira especial, dada a fragmentação de nossa sociedade, às classes pobres que dependem substancialmente de serviços públicos para poder viver com ao menos um pouco de dignidade. Podemos citar um trecho do artigo “O Chão Contra o cifrão”, de Milton Santos, publicado no Jornal Folha de São Paulo em 1999, quando ele, sensivelmente, reflete a respeito da indiferença das finanças em relação aos homens.

O dinheiro em estado puro dá as costas à realidade do ambiente em que se instala. Ele somente se preocupa com "outros dinheiros", cada pedaço das finanças buscando se harmonizar com outro pedaço - câmbio, juros, taxa de inflação, a caterva dos déficits e outros símbolos contábeis, mas não com os demais setores da vida social. Mas estes têm como base a existência real das pessoas sobre territórios reais e não apenas uma representação estatística e simbólica da vida, como nos comunicados do Ministério da Fazenda e do Banco Central (SANTOS, 1999).

Ainda que pesem todas as carências de nossa população, para os governos, o mais importante é a estabilidade das finanças, busca-se harmonia, em primeiro lugar, dos balanços contábeis, sem se levar em conta as necessidades de outros setores sociais; isso tem possibilitado, como vimos, a extração de bilhões de reais dos orçamentos públicos para serem canalizados para a esfera financeira. Em documentos oficiais é possível encontramos tal prerrogativa. No relatório oficial do Tribunal de Contas da União, lê-se:

O baixo percentual de realizações, não só na área dos transportes, mas nas áreas em geral, pode ser explicado principalmente pela política de ajuste fiscal empreendida pela administração pública no sentido de gerar superávits primários tanto para viabilizar a solvência da dívida pública, quanto para gerar excedentes exportáveis para o país (TCU, 2004 p.211).

Nesse sentido, também os estados e municípios buscam, orientados e amparados por um novo arcabouço normativo, a estabilidade dos balanços contábeis e a garantia de pagamento de juros. Vejamos a situação recente do estado de São Paulo. Considerado o estado economicamente mais dinâmico da federação, lugar onde as densidades técnicas, da urbanização, da indústria e das finanças atingem o maior coeficiente do país. Essas densidades, dadas pela concentração histórica do investimento, fizeram com que esse estado tivesse a maior arrecadação pública de impostos do território nacional; contudo, antes desse dinheiro ser aplicado em benefício da sociedade, os sucessivos governos de

São Paulo vêm destinando, já há anos, bilhões de seu orçamento anual para o pagamento dos juros e amortizações de sua dívida pública.

2.7 Dívida Pública e a Extração de Renda dos Lugares: a situação do estado de São Paulo

O estado de São Paulo abrigava em 2010 aproximadamente 41,2 milhões de habitantes. Nesse único estado da federação viviam, nesse ano, mais de 21% da população brasileira. Conhecido em todo o território brasileiro pela pujança de sua economia e de sua indústria, encontramos nele as maiores densidades do meio geográfico em relação a todos os estados da federação. E entre essas densidades, encontram-se as financeiras. A capacidade de arrecadação tributária da máquina pública paulista garantiu recursos financeiros elevados nos últimos anos. Contudo, grande parte desses recursos é destinada ao pagamento de dívidas financeiras.

Ano	Juros pagos (R\$ em bilhões)	Amortizações (R\$ em bilhões)	Total
1998	2.589	2.428	5.017
1999	2.247	2.816	5.063
2000	2.607	0,524	3.131
2001	3.044	0,532	3.576
2002	3.412	0,837	4.249
2003	4.013	1.290	5.303
2004	4.127	1.171	5.298
2005	4.966	1.097	6.063
2006	5.319	2.005	7.324
2007	5.128	2.045	7.173
2008	5.980	2.226	8.206
2009	5.758	3.367	9.125
2010	6.188	3.651	9.839

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2011)
Org. Ricardo A. Scherma

Tabela 9. Gastos do governo estadual com encargos da dívida pública interna e externa, estado de São Paulo – 1998-2010

Os gastos somente com o pagamento de juros, o chamado serviço da dívida, que em 1998 eram de R\$2,6 bilhões, em 2002 alcançam 3,4 bilhões de reais. Quatro anos depois, em 2006, o estado de São Paulo destinava R\$5,3 bilhões para o pagamento de juros de sua dívida, alcançando, em 2010, a cifra de 6,1 bilhões de reais. Quanto às amortizações, a queda de transferências de 2,8 bilhões em 1999 para 524 milhões nos anos 2000, como já tratamos, é resultado do processo de renegociação da dívida pública estadual com o governo federal, ocorrido nos anos de 1997-99, envolvendo uma trama política muito complexa de condições e compromissos – como, por exemplo, que os estados executassem Planos Estaduais de Desestatização – entre os entes da federação. No entanto, observamos que pouco tempo depois essas transferências, com juros e amortizações, voltam a subir, alcançando, em 2010, o valor de 3,6 bilhões de reais, e os gastos com juros, nesse ano, foram de 6,1 bilhões.

Ao estado de São Paulo atualmente é atribuída, pela agência de classificação de risco Moody's Corporation, a nota Baa3, que coloca o estado no âmbito de “grau de investimento”. O que dá ao estado de São Paulo esta posição é o fato de alcançar, há anos, superávit nas contas públicas e, portanto, possuir dinheiro disponível em seu orçamento para o pagamento de sua dívida. Os contínuos superávits de receita operacional são resultado direto da falta de investimentos relacionados aos serviços sociais relevantes, como por exemplo, a educação básica e o desenvolvimento urbano: a precariedade dos serviços sociais, em especial, os relacionados à educação fundamental e média e outras mazelas sociais que sustentam as notas de classificação bastante altas de que o governo neoliberal tanto se orgulha.⁶⁰ Restamos perplexos em constatar que, apesar de o governo do estado orgulhar-se do controle do gasto público e obter com isso contínuos superávits em seu orçamento, não é a mesma coisa que acontece quanto aos gastos estatais com juros e amortizações da dívida, como pudemos observar na tabela “Gastos do governo com encargos da dívida pública” (tabela 9).

O problema da dívida pública reside no fato de não hipotecarmos apenas o presente, mas também o futuro, isto é algo importante que devemos considerar: a transferência de endividamento, ônus fiscais para as novas gerações sem precedentes na história

⁶⁰ É possível ler em uma das notícias da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo: “De acordo com a Moody's, a estabilidade das finanças do Governo do Estado é reflexo do esforço de controle dos gastos associado ao crescimento da receita [...]” (2011, não paginado).

(SCARAMELLINI, p.357). Como nos lembra J. Baudrillard (1993), um indivíduo, uma empresa, um estado ou um país que se endivida excessivamente é um ente que aliena o seu futuro.

Essa alienação pode ser constatada por meio da crescente perda de autonomia política dos lugares, frente a processos globais que lhes escapam ao controle. Podemos entender como a territorialização de um novo arcabouço normativo elaborado no período da globalização, em que novas normas políticas, como aquelas de controle da contabilidade pública, garantem sempre aos agentes hegemônicos o controle dos recursos do território e da política. Milton Santos afirma que no atual período não só a infra-estrutura das cidades sofre com ciclos sucessivos de inviabilização e de reavaliação, como as próprias estruturas políticas e administrativas passam por esse processo. Para esse autor, “tudo isso é feito em nome de ideologias como a do progresso, crescimento, do desenvolvimento, da modernização e da competitividade. E sempre beneficia mais a alguns do que a maioria” (SANTOS, 2009, p.134). Estados e municípios, e mesmo o país, diante de limitadores de investimentos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que garante a extração e o pagamento de juros aos agentes do sistema financeiro, veem ao longo de muitos anos a diminuição de sua capacidade de investimento com consequências bastante diretas na dinâmica urbana e territorial. Este é o tema que iremos abordar no próximo item.

2.8 Normas Mundiais, Território e Lei de Responsabilidade Fiscal: compromisso com os credores, irresponsabilidade social

Alguns eventos, nos ensina Milton Santos, têm alcance global, podem se difundir segundo a força de quem os gerou. Nesse sentido, sistemas de ações de instituições supranacionais, como o Banco Mundial, podem produzir eventos e esses produzirem normas que irão conduzir a vida de relações das nações. E são as normas políticas, técnicas e organizacionais que orientam as ações humanas e conduzem a forma como um conjunto de ações irá se dar. Como afirma Milton Santos (2008, p.100), “existem ações capazes de ter efeitos de abrangência mundial, no sentido de que, num dado momento, sua eficácia se faz sentir além dos níveis local, regional ou nacional, interessando pontos numerosos situados em diversos países e continentes”.

Tratando dessa interação entre o lugar e o mundo e de como os eventos são importantes na constituição dos lugares, Samira P. Kahil (2010, p.477) afirma: “É bom ter em conta que o lugar não é uma parte do Mundo. O lugar é o mundo em movimento – um movimento permanente da metamorfose do real-abstrato em real-concreto, e vice-versa – dito de outra maneira, a totalidade em perpétuo movimento”. Quanto à importância dos eventos nesse processo de interação lugar-mundo, Samira conclui: “e são, pois, os eventos que unem em movimento interativo o mundo e o lugar, universalidade e particularidade, e que, empirizando o mundo nos lugares transformam o todo, que é um integral, em seus diferenciais” (KAHIL, 2010, p.477).

Sabemos que alguns agentes possuem maior poder de difundir eventos. Estados nacionais, empresas transnacionais, instituições religiosas mundializadas, instituições supra-nacionais são agentes que, devido ao seu poder de ação, podem difundir e fazer durar os eventos nascidos no interior de seus quadros técnicos e intelectuais. A capacidade de resistência a eventos que possam aprofundar ainda mais a debilidade de nosso serviço público, de nossa seguridade social, da nossa capacidade filosófica de entender o mundo frente à difusão de ideologias, crenças e práticas religiosas arcaicas, podemos dizer hoje que é pequena. Como nos lembra Samira P. Kahil, ao refletir a respeito do uso político do território brasileiro, “Em nosso país, esses sistemas de ações hegemônicos da economia e da política são forças cujo peso agrandou-se com a debilitação das bases populares” (KAHIL, 2005, p.7199).

Uma normatização política muito importante desse período em que vivemos, um evento que nasce a partir de instituições globais e que transforma a administração política dos lugares e cuja discussão crítica é bastante incipiente, foi a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)⁶¹.

Francisco de Oliveira, em um trabalho recente, realiza uma reflexão a respeito de como países como o Brasil seguem a normatização política ditada por países centrais ou organizações mundiais. Para esse autor, transfere-se para o “âmbito das instituições

⁶¹ Essa Lei foi elaborada a partir de modelos e experiências internacionais, como o modelo *Fiscal Responsibility*, do Fundo Monetário Internacional, que editou e difundiu normas de gestão das finanças públicas a diversos países; o modelo *Fiscal Responsibility Act* de 1994, da Nova Zelândia; as normas da Comunidade Européia; e o *Budget Enforcement Act*, do governo norte-americano (NASCIMENTO; DEBUS).

financeiras mundiais das formulações de política econômica, moeda, câmbio e fiscal, principalmente, mas não menos o estatuto da propriedade pública e privada”; ainda para esse autor, por meio das “instituições da chamada ‘governança mundial’, FMI, BIRD e OMC, impõem-se as condições de monitoramento, coadjuvadas por organizações privadas, ligadas ao sistema financeiro-bancário, que ‘julgam’ o estado de risco das economias submundiais” (OLIVEIRA, 2006, p.37).

Apresentada como Projeto de Lei em 1999 ao Congresso Nacional, a Lei de Responsabilidade Fiscal tem uma tramitação extremamente rápida e é aprovada em abril de 2000, possibilitando que, em 2001, os novos prefeitos assumissem seus cargos sob a égide de uma nova normatização. Também sinalizava as medidas legais, frente ao endividamento, tomadas pelo governo, abrangendo as três escalas territoriais: federação, estados e municípios; com essa urgência, esperava-se assegurar a credibilidade dos títulos públicos brasileiros frente aos agentes do sistema financeiro internacional, cuja confiança estava abalada devido à moratória Russa, declarada em 1998. A necessidade de preparar um discurso eficaz para implementar tamanha mudança (dada a perda de capacidade de autonomia das finanças públicas) leva todo o complexo midiático a uma mobilização pró LRF. Em pouco tempo, a ação dos meios de comunicação na produção de um discurso é tamanha que a LRF ganha uma visão mítica em que esse novo arcabouço normativo é visto como algo capaz de moralizar e revolucionar a administração pública. Essa situação irá ser aproveitada pelo meio político. Para Francisco Lopreato (2008, p.6), “a defesa da responsabilidade fiscal ganhou status político e transformou-se em bandeira eleitoral, passando a ser valorizada como paradigma da boa administração”.

Contudo, entre os críticos assevera-se que antes de ser uma normatização territorial que busca conter o excessivo endividamento público, a Lei de Responsabilidade Fiscal atua no sentido de orientar o Orçamento e garantir que os juros e amortizações “devidos ao sistema financeiro” sejam pagos. Conclui-se isso no sentido de que a LRF determina uma série de medidas de controle do gasto público a todos os entes da federação, mas não diz nada a respeito dos gastos com juros e amortizações que, como vimos na seção anterior, não param de crescer. Ademais, lendo os relatórios das audiências públicas na Assembléia Legislativa do estado de São Paulo, podemos constatar, pelos discursos, a

Lei de Responsabilidade Fiscal como instrumento gerador de superávit fiscal, que garante o pagamento de juros ao sistema financeiro⁶²

A implantação da LRF no território brasileiro possibilitou que, nos últimos anos, as três esferas de governos pudessem obter superávit fiscal e com isso tranquilizar as classes rentistas (ver gráficos 8, 9 e 10).

⁶² Transcrevemos um trecho do discurso do Sr. Eduardo Refinetti Guardia, então Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, prestando contas em Audiência Pública na Assembléia Legislativa em fevereiro de 2003: “É com satisfação que compareço a esta comissão para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, do orçamento fiscal e da seguridade social nos termos do estabelecido no parágrafo 4º do art.9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) [...] O resultado primário representa o principal indicador de solvência fiscal do setor público. Por este motivo, a definição de uma meta legal para o superávit primário, fixada através da LDO, está no cerne do novo arcabouço institucional definido pela LRF. O resultado primário é obtido pela diferença entre as receitas e as despesas não financeiras e expressa a capacidade do governo de pagar o serviço de sua dívida”

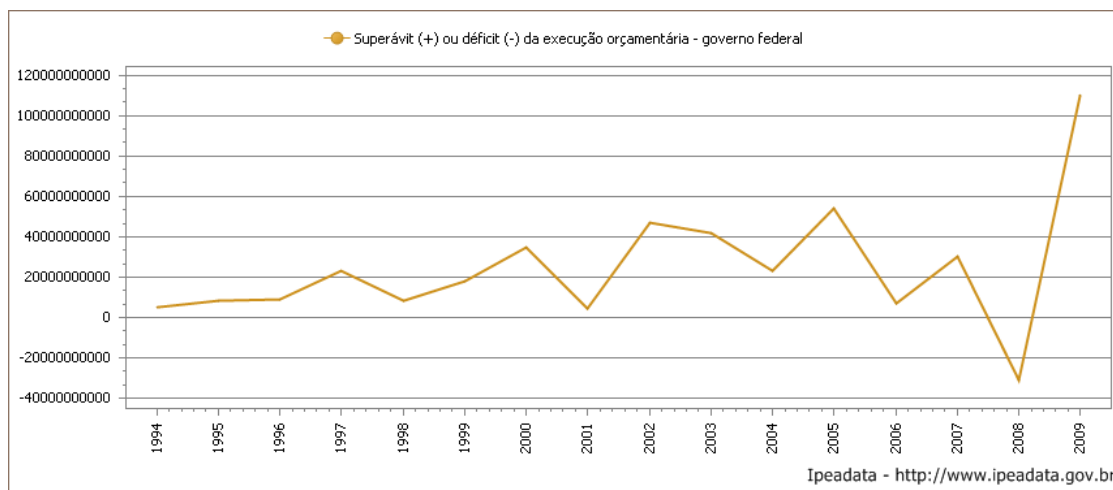


Gráfico 8. Superávit ou déficit da execução orçamentária – governo federal, Brasil -1994 – 2009 / R\$

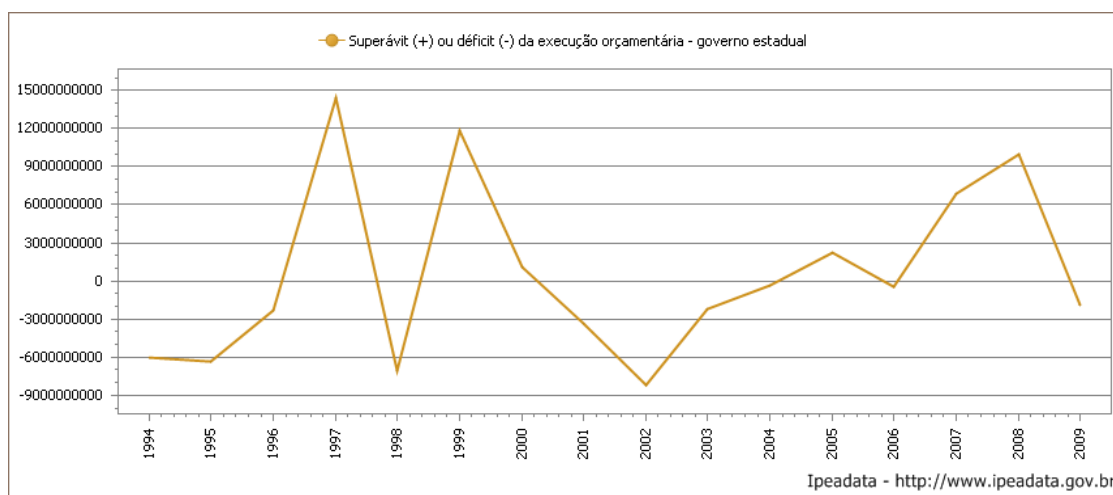


Gráfico 9. Superávit ou déficit da execução orçamentária – governo estadual, Brasil – 1994-2009 / R\$

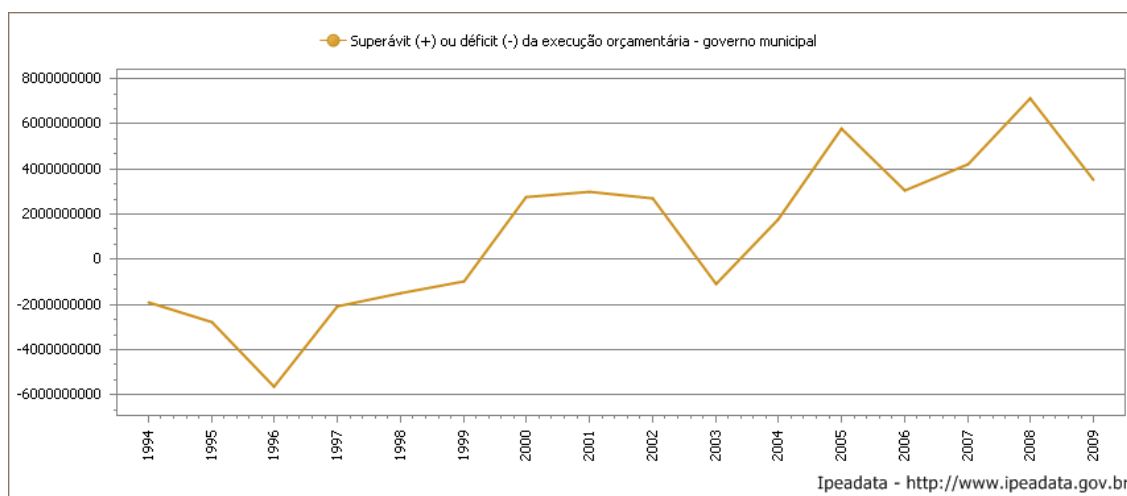


Gráfico 10. Superávit ou déficit da execução orçamentária – governo municipal, Brasil – 1994-2009 / R\$

A Lei de Responsabilidade Fiscal também está muito associada ao conceito de Governança (*Governance*), nascido nos meios empresariais como forma dos acionistas terem o controle e acompanharem a gestão da empresa onde alocam o seu patrimônio. Esses mesmos princípios foram transpostos para a administração das finanças públicas como maneira de proteção do patrimônio alocado em títulos públicos. O Banco Mundial, em 1992, difunde os princípios da *governance* em referência a como o poder é exercido na gestão dos recursos em países em que a instituição atua; pouco tempo depois, em 1996, o conceito é cuidadosamente desenvolvido pela “Comissão sobre a governança global” da ONU. Além da “gestão dos recursos financeiros de maneira responsável”, outro princípio da Governança que se refere ao Orçamento Público é a ampliação e a difusão das Parcerias Público-Privadas (PPP). Segundo seu raciocínio, essas parcerias poderiam contribuir para desonerar o estado. A alta possibilidade de retorno financeiro estimulou, no Brasil e no mundo, nos últimos anos, a constituição dessas parcerias em setores como energia, transporte e telecomunicações. O emprego de uma parcela de capital nessas obras dá direito às empresas de controlar todo o sistema em uso e orientar o Orçamento Público. A participação das empresas financeiras nesses projetos é sempre muito forte, alocando capitais, participando de consórcios e definindo quais serão os projetos aprovados. Podemos dizer que as PPPs são, antes de tudo, uma moderna forma de controle do investimento público.

Após uma significativa onda de expropriação dos bens públicos do estado de São Paulo via programa de desestatização (ainda em curso), agora também as Parcerias Público-Privadas – PPPs – atuam como uma nova forma de contrato entre o Estado e as empresas, dando a essas a possibilidade de explorarem vantajosamente serviços essenciais a cidadãos e, por isso, lugar onde o estado deveria atuar. São dezenas de projetos em estudos e contratos já assinados envolvendo novas linhas de metrô (linha 4 Amarela, já em funcionamento)⁶³, sistemas produtores de água tratada, sistemas de

⁶³ A Empresa que administra tal sistema metroviário é a Via Quatro, com a seguinte estrutura acionária: 58% CCR; 30% Montgomery Participações S.A; Mitsui & Co.Ltda, RATP Développement S.A, Benito Roggio Transporte S.A, todas com 1%. Por sua vez o grupo CCR, maior acionista, possui a seguinte estrutura acionária: Novo Mercado (Bovespa) 48,78%; Soares Penido Concessões S.A 17,22%; Camargo Corrêa 17%; Andrade Gutierrez 17%. Essa empresa representa a atual trama complexa do capitalismo financeirizado que se desenvolve em um emaranhado de empresas com participações onde quer que se possa alcançar lucros - como a posse, via concessões, dos sistemas de objetos e ações que movimentam as grandes metrópoles e os territórios, como as rodovias e sistemas de metrô, e, portanto, podem animar o desenvolvimento lucrativo das bolsas de valores. Em setembro de 2011, a CCR efetuou o pagamento de dividendos intermediários relativos ao exercício fiscal desse mesmo ano, que totalizaram

transporte metropolitano, planta de produção de remédios, complexos prisionais e unidades habitacionais para famílias pobres.

Nas PPPs o estado remunera o agente privado por meio de uma contraprestação pública, que corresponde ao complemento ou à totalidade da receita da empresa portadora da concessão. Ao assumir a gestão de sistemas de ações e sistemas de objetos de caráter eminentemente público, as empresas hegemônicas demonstram o seu atual poder de comando da sociedade e do território nesta contemporaneidade. Água, habitação, unidades prisionais, formação de professores tornam-se negócios vantajosos a partir do discurso da ineficiência do estado para gerir tais bens públicos.

Contudo, se os princípios da governança pública reclamam uma gestão responsável dos recursos financeiros e a constituição de parcerias com o setor privado que possam desonerar os cofres públicos e os contribuintes, na verdade, o que nós temos assistido nesses últimos anos é que o tão aclamado conceito de governança orienta a baixa aplicação dos recursos orçamentários de estados e municípios em investimentos e, quando o faz, o setor de infra-estrutura de transporte é sempre privilegiado.

A atual situação da infra-estrutura urbana do estado de São Paulo e o melhor acesso em relação a muitos estados da federação a serviços públicos, como saneamento básico e transporte metroviário, são resultado da pujança do investimento do setor público paulista na segunda metade da década de 80 e primeira metade dos anos 90. Entre os períodos de 1986 a 1990 e 1991 a 1994 os gastos públicos foram responsáveis pela construção de novos sistemas de engenharia em território paulista, como a ampliação e modernização das rodovias e do sistema de saneamento básico e da extensão das linhas do metrô. Nesse período, os investimentos médios eram de R\$9,1 bilhões entre 1986 e 1990 e R\$7,7 bilhões entre 1991 e 1994 (CAVALCANTI, [et.al], 2007). Com o início do Governo Covas (PSDB), em 1995, conhecemos uma nova administração e gestão das contas públicas. A adoção do programa de ajuste fiscal proposto pelo governo federal neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e a impossibilidade de financiamento de déficits primários por meio do Banespa, dada a intervenção do Banco Central, determinam um corte substancial nos recursos destinados ao investimento público. A

aproximadamente R\$701,8 milhões; um pouco depois, o pagamento de novos dividendos relativos ainda a 2011 garantiu mais R\$100,8 milhões para o bolso dos investidores.

redução do investimento é uma das marcas da década de 90, que se desenvolve sob a égide da política neoliberal⁶⁴.

Dados a partir de 1998 (tabela 10) nos revelam como os investimentos no estado de São Paulo caem, como vimos, de R\$9 e R\$7 bilhões no período anterior para valores medíocres de R\$1,8 bilhões entre 1998 a 2002.

ANO	Investimento Direto e Indireto Valor (R\$ bilhões)	Evolução do Orçamento Estadual (R\$ bilhões)	Porcentagem do Orçamento utilizada em Investimentos
1998	1.816	38.90	4,7%
1999	1.258	40.551	3,1%
2000	1.634	43.326	3,8%
2001	1.322	47.204	2,8%
2002	1.854	53.038	3,5%
2003	2.147	57.966	3,7%
2004	2.460	65.772	3,75%
2005	3.747	76.110	4,9%
2006	3.458	84.434	4,1%
2007	3.773	96.236	3,9%
2008	6.992	120.920	5,8%
2009	10.289	131.428	7,8%
2010	12.641	149.373	8,5%

Fonte: Secretaria da Fazenda de SP (2011) Org. Ricardo A. Scherma

Tabela 10. Evolução do orçamento e dos investimentos públicos no estado de São Paulo – 1998-2010

Se a arrecadação líquida total do Estado de São Paulo em 1998 era de R\$38,901 bilhões, desse montante, naquele ano, o governo estadual realizou investimentos que, juntos, somavam R\$1,816 bilhão, ou seja, 4,7% da receita total. Desse volume de dinheiro, a análise dos relatórios de gastos nos permite saber que Secretaria de Logística e Transportes concentrou mais de um terço, 36,52%. Nos três anos seguintes, apesar do estado ver sua receita aumentar, os valores destinados ao investimento público

⁶⁴ O governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso também faz avançar o desemprego. Segundo dados do IPEA Data, em 1995 a população desocupada - áreas metropolitanas (pessoas que procuraram mas não encontraram ocupação profissional na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) era de 1.829.202, ou seja, 8,3% dos residentes; em 1996 esse número era de 2.170.804 ou 9,8%, alcançando em 1999, diante da crise financeira, 3.513.370, o que correspondia a 14,4% de residente em regiões metropolitanas que não encontraram emprego.

conhecem um decréscimo, para somente em 2002 retomar a marca de R\$1,854 bilhão. Após 2002, com a aceleração do crescimento econômico e maior arrecadação tributária, os investimentos crescem sensivelmente, atingindo, em 2005, o valor de R\$3,747 bilhões. No entanto, se confrontarmos os números do ano de 2005 com as receitas líquidas desse mesmo ano, que atingiu a casa de R\$76,110 bilhões, veremos que, apesar do crescimento total do investimento, seu percentual em relação ao orçamento continuou ainda bastante baixo - apenas 4,9%. As maiores cifras encontramos em 2010, quando os investimentos atingem R\$12,641 bilhões, frente a um orçamento de R\$149,373 bilhões, o que corresponde a 8,5% do Orçamento. Contudo, nesse período de 2010, persiste a política de destinação do investimento à área de infra-estrutura, concentrando a Secretaria de Transportes 39,23% dos recursos. Frente à necessidade de manter funcional uma moderna e extensa malha viária, atendendo às exigências de fluidez do período, vemos pelos dados que grande parte dos investimentos realizados foi destinada a obras nas rodovias paulistas, investimentos públicos realizados em um sistema, digase, quase todo privatizado.

Tratando ainda dos gastos públicos, um dos maiores limitadores da Lei de Responsabilidade Fiscal refere-se aos gastos com pessoal. Ao limitar o orçamento, o funcionalismo público se encontra diminuído para atender a todas as demandas sociais com qualidade. O caso da educação no estado São Paulo é exemplar. Os professores da rede estadual pública de ensino viram, nesses últimos quinze anos, seus salários serem corrompidos pela inflação e ainda vivem as dificuldades enfrentadas pela precariedade física das salas de aula (dada pela persistente falta de investimento realmente significativo), pela carga horária sobrecarregada, e por total degradação ética e do diálogo, impedindo a admiração mútua entre mestres e alunos, fechando as possibilidades de diálogo e respeito. Apesar de discursivamente afirmar por meio de um parágrafo único que “Constituem diretrizes fundamentais da Administração Pública Estadual e dos programas estabelecidos” pelo Planejamento Plurianual 2008-2011 “1. redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida da população; 2. geração de emprego e renda e preservação dos recursos naturais; 3. garantia da segurança pública e promoção dos direitos humanos”, no mesmo documento, é possível ler, em sua página 38, as ações do estado que permitirão uma boa governança das finanças, entre elas a: “Suspensão temporária de contratação e admissão de pessoal [e] Contingenciamento de despesas”.

Se por um lado os estados e municípios encontram a cada dia dificuldades financeiras maiores para atenderem a demanda de serviços sociais a que têm direito seus cidadãos, por outro, no período da globalização, as exigências de rentabilidade desse capitalismo financeiro mundializado acabam por forçar os governos a elaborarem uma política de territorial marcada por planos de desenvolvimento que ofereçam incentivos territoriais às empresas (como o pagamento de aluguéis, obras de infra-estrutura, etc.) e isenções fiscais, impactando a arrecadação e, portanto, fragilizando o orçamento público. Assim, nos alerta Francisco de Oliveira (2006, p.37), “A Ilusão de ótica elaborada pela doutrina neoliberal o Estado mínimo esconde na verdade um Estado máximo [...] que é uma forma de capital-financeiro para o capital mundializado, através das isenções, subsídios e toda sorte de ‘incentivos’”.

Ainda seguindo essa política de atenção aos ditames de rentabilidade do capitalismo financeiro mundializado, as grandes Regiões Metropolitanas passam a elaborar, nos últimos 10 anos, “Planos de Desenvolvimento Estratégico”, que buscam, antes de tudo, ser um poderoso instrumento discursivo (VAINER, 2000), uma estratégia para orientar os orçamentos públicos municipais e estaduais aos interesses corporativos. O planejamento, mais uma vez, serve para racionalizar os recursos e construir um território ótimo à ação capitalista, enquanto se esquece dos homens e de seus direitos.

Capítulo III

Capítulo III

A MANIFESTAÇÃO DO MUNDO NO LUGAR: Lógicas Financeiras em Regiões Metropolitanas

3.1 Introdução

David Harvey (2005) mostrou como, já nos anos 80, os governos urbanos dos países desenvolvidos adotavam estratégias que orientavam suas administrações para uma postura empreendedora. No mundo desenvolvido, essa orientação está ligada à recessão que esses países conheceram a partir de 1973 e a outros processos, como a ascensão de políticos neoconservadores ao poder. No Brasil, essas políticas tomam corpo a partir dos anos 90, frente às possibilidades normativas dadas pelo processo de descentralização administrativa da Constituição de 1988. Uma Constituição cidadã, que incorporou como direito as reivindicações das classes populares brasileiras, mas que, no entanto, também engendrou possibilidades de fragmentação do território a partir de uma normatização nova de desconcentração do poder político federativo. Desde então, todo um complexo jogo de políticas territoriais novas passa a atuar, buscando maximizar as oportunidades de obtenção de mais-valia, na esperança de atrair ou manter o desenvolvimento capitalista nos lugares. Novas práticas de “gestão do território” são elaboradas e executadas a fim de atender aquelas exigências de flexibilidade e rentabilidade do atual período da globalização. Neste capítulo, trato primeiramente de como as metrópoles são também rentáveis fontes de exploração ao sistema financeiro, já que o pesado endividamento das grandes cidades brasileiras compromete parcelas consideráveis de seu orçamento com o pagamento de juros e amortizações. Para garantir a continuidade desses pagamentos, uma “gestão corporativa” foi nessas últimas duas décadas sendo criada. Ainda intimamente vinculada a essa nova “gestão empreendedora da cidade e do município”, trato do tema da territorialização do investimento privado. São hoje também as metrópoles, as grandes cidades e as cidades médias e os aglomerados urbanos os lugares onde preferencialmente se instalam os novos investimentos produtivos; contudo, esses investimentos estão ligados à construção desse “clima favorável aos negócios”, que se traduz em toda uma sorte de isenções, renúncias fiscais e obras públicas, que acabam por fragilizar ainda mais as já comprometidas

finanças públicas brasileiras. As maiores economias da Região Metropolitana de Campinas são os exemplos que tomo para a análise do uso desigual do território, condição do período atual que esta tese busca elucidar.

3.2 Endividamento Público e a MetrÓpole Corporativa: finanças municipais e a nova política urbana

Se a constituição desse novo capitalismo financeirizado acaba por extrair elevadas somas de dinheiro da federação e dos estados, os municípios, como entes políticos, acabam por enfrentar os mesmos problemas. O elevado endividamento municipal, em especial dos municípios que compõem as regiões metropolitanas, acaba por ser uma ótima fonte de remuneração ao sistema financeiro. Se para Milton Santos uma das principais características das cidades corporativas é o direcionamento de parcelas consideráveis do orçamento urbano para a criação de infra-estruturas que atendam quase que exclusivamente as empresas hegemônicas, afirmamos que os gastos exorbitantes para o pagamento de dívidas públicas apresentam-se também como um componente expressivo na formação das cidades corporativas.

Sem dinheiro para atender aos reclamos sociais, mas com disponibilidade no orçamento para saldar suas dívidas, as administrações municipais participam desse processo político de extração de rendas dos lugares, via pagamento de juros e amortizações ao sistema financeiro globalizado. Como nos lembra Harvey (2008, p.56), quando trata da política do neoliberalismo, “O bem-estar corporativo tomou o lugar do bem-estar social”.

As grandes metrÓpoles brasileiras serão fontes financeiras importantes nesse processo de extração de renda dos lugares. Mediante as circunstâncias de ajuste fiscal que se desenvolvia no início dos anos 2000, estados e municípios celebram acordos com a União para o refinanciamento de suas dívidas públicas. Em geral, os contratos de refinanciamento com a União foram fechados para um período de 360 meses. A partir desses acordos, estados e municípios podem refinar suas dívidas e a União, por sua vez, salda os compromissos desses entes federativos junto às instituições financeiras por meio de emissão de títulos públicos . Contudo “[...] as altas taxas de juros que

incidem sobre as dívidas estaduais e municipais renegociadas com o governo federal agigantaram o serviço dessas dívidas e agravaram sobremodo suas dificuldades financeiras” (CANO 2002, p.115).

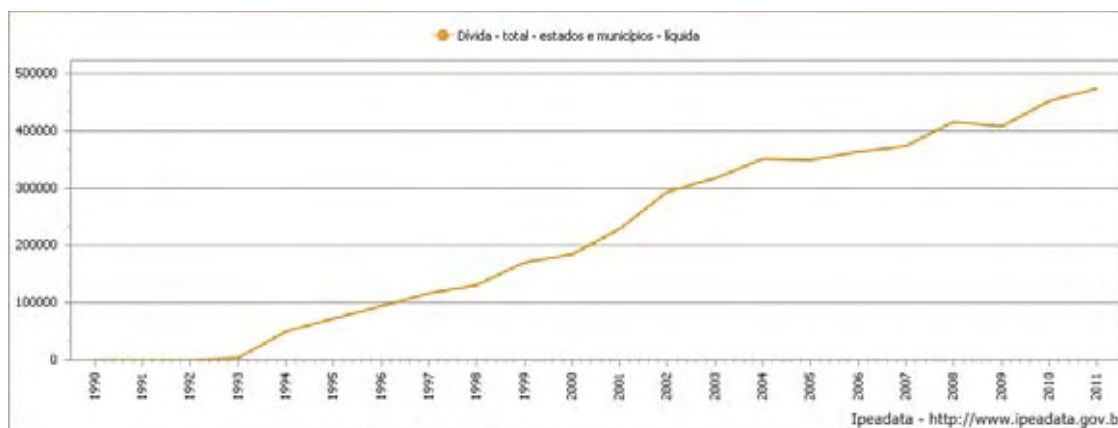


Gráfico 11. Dívida total dos estados e municípios – Líquida, Brasil – 1990-2011/ R\$ (milhões)

Apesar dos desembolsos com amortizações serem muito elevados e de haver práticas de controle do endividamento municipal e estadual, podemos constatar, a partir dos dados do gráfico, como a cada dia esses entes federais veem suas dívidas subirem, sendo, portanto, cada vez maior as despesas com juros pagos ao sistema financeiro.

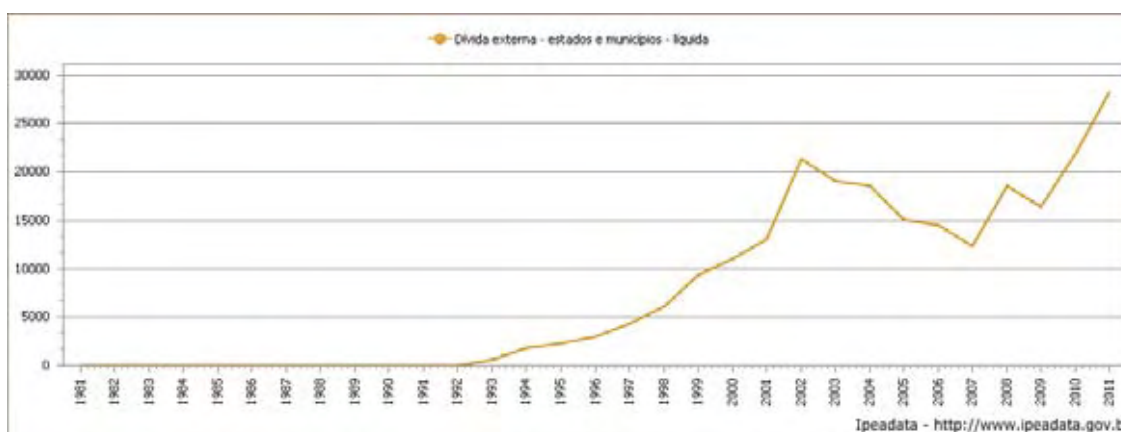


Gráfico 12. Dívida externa dos estados e municípios – Líquida, Brasil – 1981- 2011 / R\$ (milhões)

Apesar dos administradores públicos encontrarem, após a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, dificuldades cada vez maiores de financiamento, canais como os da agência de desenvolvimento ou aqueles ligados a bancos globais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), se sustentam. Neil Smith, em seu artigo “Gentrificação, A Fronteira e a Reestruturação do Espaço”, ao tratar da relação entre acumulação e renovação urbana, afirma que “[...] enquanto a fronteira do século XIX representou a realização de uma expansão geográfica absoluta como a principal expressão espacial da acumulação de capital, a gentrificação e a renovação urbana representam o exemplo mais desenvolvido da rediferenciação do espaço geográfico com vistas ao mesmo resultado”. A descoberta das cidades como fonte de lucro, a requalificação urbana como possibilidade para reprodução do capital, motiva a autorização e manutenção de financiamentos para atender a esse fim.

3.3 A Região Metropolitana de Campinas: endividamento e investimento público em uma metrópole corporativa

Instituída no início dos anos 2000, a Região Metropolitana de Campinas (RMC) é politicamente constituída por 19 municípios, que se comunicam entre si e com o mundo por meio de uma densa rede de sistemas de objetos técnicos que garantem fluxos e sistemas de ações bastante funcionais ao desenvolvimento de uma economia capitalista (Mapa 2). Dada as densidades do meio técnico, construídas historicamente para atender aos ideais de especialização e produtividade⁶⁵, aliadas às recentes densidades normativas que nesse lugar encontramos, é possível asseverar que a Região Metropolitana de Campinas é um espaço da globalização e também uma metrópole corporativa. Assim, nesse lugar as tendências do mundo se realizam, já que mundo “é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares” (SANTOS, 2008c, p.169).

Para Milton Santos e Maria L. Silveira, as elevadas densidades: institucional, informacional, comunicacional e financeira que encontramos nas metrópoles aceleram processo de mutações territoriais. A esse respeito, vale reproduzir a passagem:

A metrópole é o lugar em que se dão sucessivas adaptações ao moderno sem atenção ao preexistente. Todavia, o custo do alheamento com o qual se implanta essa modernidade representa um peso sobre outros aspectos da vida local, mediante custos públicos e privados, custos federais, estaduais e municipais. Tais adaptações ao moderno representam lógicas distantes, que incidem sobre subáreas privilegiadas mediante uma evolução que se realiza com a recusa a uma vocação própria e a um destino produzido de dentro do organismo urbano. Toda a cidade, entretanto, sofre os resultados deste processo (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.287).

Hoje, com uma população superior a 2,5 milhões de habitantes, a Região Metropolitana de Campinas irá participar de processos que procuram adaptar esse lugar ao moderno.

⁶⁵ A tecnificação dos municípios que hoje compõem a RMC se deu com grande intensidade com a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), entre os anos de 1974 e 1979; dentro dessa política, a duplicação da Rodovia Anhanguera, e a construção das Rodovias Dom Pedro, Bandeirantes e Santos Dumont foram sistemas de objetos geográficos que proporcionaram uma nova dinâmica no território regional. Ainda na década de 70, a implantação dos Distritos Industriais e a implantação no município de Campinas de ações ligadas à Política Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foram eventos que trouxeram uma considerável densidade técnica a esse lugar.



Mapa 2. Região Metropolitana de Campinas – 2007. Fonte: Perfil Regional. Agemcamp.

Adaptando-se ao moderno, atualizada tecnicamente essa região metropolitana passa a participar ativamente dos processos da globalização, recebendo e acolhendo variáveis que determinam tal processo. Entre essas variáveis, estão aquelas relacionadas a uma nova onda de urbanização corporativa marcada pela ideia de “gestão corporativa” ou governança pública do espaço político do município.

Tal maneira de conceber e executar a política em escala municipal garante um espaço ótimo à realização lucrativa do capital, seja criando condições políticas como a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que irá assegurar a extração de juros e amortizações do orçamento público, realizando, portanto, uma acumulação via espoliação das finanças públicas municipais, seja criando condições técnicas e normativas que buscam manter ou atrair fluxos de investimentos das empresas do circuito superior da economia para esse lugar. Trato neste item deste primeiro processo: a espoliação dos orçamentos públicos via pagamento de juros e amortizações.

O estudo “Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente”, coordenado pelos renomados economistas Wilson Cano e Carlos A. Brandão, apontava a situação preocupante, em relação às finanças, em que se encontravam os municípios da região, no início dos anos 2000. Vejamos um trecho do texto, que faz parte desse estudo, de Francisco Lopreato e Claudio Paiva, que trata da questão “A menor inflação e a reversão da taxa de crescimento, aliadas às altas taxas de juros, tornaram difícil a administração do quadro financeiro dos municípios [...]. O corte dos investimentos foi o caminho encontrado para fazer frente às condições das finanças públicas com que se defrontaram os prefeitos no início de mandato” (LOPREATO; PAIVA, 2002 p.275). Tratando da cidade de Campinas, Wilson Cano (2002, p.121) afirma: “O crescimento das despesas com o serviço da dívida da administração direta, isto é, os gastos com juros e amortizações da dívida interna e externa, têm resultado nos últimos anos em dispêndios anuais superiores a R\$60 milhões. Esse montante certamente inviabiliza ações mais ativas na área social e a realização de novos investimentos”. Analisando indicadores fiscais e financeiros, o autor reconhece uma perda aguda na capacidade de investimento do município, passando de 31,5% da receita própria líquida, em 1980, para 8,6% em 2000.

Em uma região metropolitana dinâmica como a de Campinas, os recursos próprios dos entes que a compõem formam uma massa financeira relativamente elevada. Nos últimos anos, com a aceleração do crescimento econômico brasileiro, esses recursos aumentaram substancialmente.

Município	1994 (R\$)	1997 (R\$)	2000 (R\$)	2003 (R\$)	2006 (R\$)	2007 (R\$)
Campinas	155.355.027	581.273.513	739.494.870	1.024.010.825	1.532.497.055	1.861.011.649
Paulínia	57.460.323	132.550.912	231.304.096	461.174.961	701.991.622	712.835.229
Americana	28.515.265	74.049.441	156.070.101	182.086.222	279.856.127	333.815.014
Sumaré	19.582.958	54.803.873	90.004.796	135.951.827	222.211.768	269.022.619
Hortolândia	33.057.303	45.647.397	69.972.399	n/d	228.427.193	279.864.270
Indaiatuba	18.253.944	55.747.571	15.167.222	204.591.774	303.582.869	358.205.474
Santa B. d'Oeste	14.221.376	38.845.085	60.774.679	108.332.186	181.014.386	204.149.720
Jaguariúna	5.677.060	18.503.133	30.498.524	76.952.192	128.835.973	157.373.495
Valinhos	15.768.127	43.584.388	82.742.292	114.061.048	173.828.668	192.533.887
Vinhedo	12.106.150	39.574.004	58.368.996	83.692.026	129.752.211	n.d

Fonte IPEA Data. Org. Ricardo A. Scherma

Tabela 11. Os dez maiores orçamentos – municípios, Região Metropolitana de Campinas - 1994-2007

É possível observar, como nos mostra a tabela “Os dez maiores orçamentos [...]” (tab.11), dois sub-períodos: um primeiro, que vai do início do plano Real até o ano 2000; e um segundo, que se inicia um ano após o começo da gestão petista do território nacional. Observa-se que as condições macro-econômicas favoráveis produzidas nesse segundo período alavancaram de forma extraordinária as finanças públicas municipais. Municípios como Campinas conseguem obter receitas próprias que irão, já desde 2003, ultrapassar a marca de um bilhão.

As transferências do governo federal irão auxiliar bastante na obtenção dessas receitas. Em 2003, foram transferidos para contas da administração municipal de Campinas R\$171,6 milhões; em 2006, esse valor foi de R\$209 milhões para, em 2009, atingir R\$287,8 milhões.

Se as *Transferências Constitucionais*, como vimos, foram muito significativas na composição do orçamento, as *Transferências Voluntárias*, celebradas por convênios, garantem ao território de Campinas dinheiro para ser aplicado em infra-estrutura e mostram a dimensão da especialização das atividades dessa região. Entre os anos de 1996 a 2008 foram celebrados 549 convênios junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, assegurando mais de 390 milhões de reais para o financiamento das atividades tecno-científicas. Essa é uma dimensão do uso seletivo do dinheiro público financiando e aumentando as desigualdades regionais (CATAIA;GOMES, 2009).

Contudo, se nos últimos anos a recuperação econômica produz um aumento considerável na Receita de municípios de altas densidades e economia dinâmica, como os da Região Metropolitana de Campinas, as transferências com pagamentos de juros, encargos e amortizações - apesar da queda da taxa de juros nos últimos anos - continuam espoliando as finanças públicas de municípios como Campinas, como nos mostra a tabela “Despesas Municipais com o pagamento da dívida - Campinas”. Essas despesas, no período que compreende os anos de 2003 a 2009, totalizaram valores sempre superiores a 100 milhões de reais/ano, comprometendo parte do orçamento com gastos referentes ao endividamento. A relação entre despesas com a dívida pública e a receita orçamentária em 2004, por exemplo, correspondeu a 8,84% do total do orçamento; em 2005, o percentual foi de 7,73%; para, em 2007, frente ao aumento das receitas, esse percentual diminuir para 5%. Contudo, não podemos deixar de dizer que 5% de um orçamento como o do município de Campinas corresponde a milhões de reais, que poderiam ser gastos com a sociedade. Com uma população de 1.045.405 habitantes em 2007, os gastos públicos com o endividamento foram de R\$120,30 por habitante. Em 2009, com uma população de 1.067.421 habitantes, esse valor era de R\$122,10.

Apesar desses valores consideráveis desembolsados para o pagamento das dívidas, ao analisarmos a tabela “Dívida Municipal Fundada e Flutuante”, é possível constatar que a dívida pública total campineira, que em 2003 era de R\$2.277 bilhões, ao invés de diminuir, passa, em 2007, para R\$2.693 bilhões de reais, superando a totalidade da receita municipal, que no mesmo ano foi de R\$2.493 bilhões.

Dados da fundação SEADE nos revelam a situação dessa metrópole até o ano de 2009. Atualmente a situação se mantém. Em 2011, a administração campineira destinou mais

de 80 milhões de reais para o refinanciamento da dívida interna e 45.787 milhões somente em juros para o pagamento da dívida externa e interna do município⁶⁶.

Campinas			
Ano	Despesas Municipais com juros e encargos da dívida interna e externa (em Reais, de 2011)	Despesas municipais, com amortização da dívida interna e externa (em Reais, de 2011)	Total dos gastos municipais com a dívida pública
2003	104.350.606	28.316.215	132.666.821
2004	111.780.584	37.405.470	149.186.054
2005	106.927.236	36.720.885	143.648.121
2006	79.044.318	36.404.473	115.448.791
2007	89.216.591	36.547.334	125.763.925
2008	73.877.830	39.915.745	113.793.575
2009	84.629.184	45.665.272	130.294.456

Fonte: SEADE Informações Municipais. Org. Ricardo A. Scherma

Tabela 12. Despesas municipais com o pagamento da dívida pública, Campinas – 2003-2009

Campinas				
Ano	Dívida Municipal Fundada (em Reais de 2011)	Dívida Municipal Flutuante (em Reais de 2011)	Receita com operações de crédito (em Reais de 2011)	Receita Municipal Total (em Reais de 2011)
2003	2.165.701.450	112.359.612	957.493	1.593.545.386
2004	2.071.466.708	472.839.774	0	1.686.706.580
2005	2.192.277.880	242.467.351	0	1.857.776.288
2006	2.156.159.930	0	0	2.027.545.034
2007	2.372.164.467	324.233.717	0	2.493.712.619
2008	N/d	N/d	0	2.512.431.773
2009	N/d	N/d	0	2.576.626.477

Fonte: SEADE Informações Municipais. Org. Ricardo A. Scherma

Tabela 13. Dívida municipal fundada e flutuante, Campinas – 2003-2009

⁶⁶ Dados disponíveis no portal de transparência do município.

Outros municípios da RMC também possuem situações delicadas quanto à destinação de dinheiro público para o pagamento de encargos da dívida, como é o caso de Sumaré. As despesas com juros e encargos nesse município também comprometeram parcela considerável de seu orçamento: em 2003, esses gastos totalizaram R\$14.685 milhões, o que corresponde a 7,23% do orçamento; em 2006, foram gastos R\$25.656 milhões, 9% do orçamento; em 2008 e 2009, frente ao aumento das receitas, esse percentual caiu para 5,27% e 3,8%, o que correspondeu a gastos de R\$19.619 e R\$14.206 milhões, respectivamente. Se calcularmos os gastos municipais com a dívida, por habitante, em 2008, será possível saber que esse valor correspondeu a R\$84,70.

Essa atual gestão corporativa das cidades, amparada, sobretudo, por normatizações como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que garante o controle dos gastos nas áreas sociais, mas não normatiza os gastos com a dívida pública, é responsável pela precariedade, por exemplo, das despesas em setores essenciais para o desenvolvimento urbano, como a habitação.

Em Campinas, desde o início da década de 70, há uma enorme carência por unidades habitacionais. Contudo, essa situação se agravou nas últimas décadas, frente à expansão da população urbana. Em 1991, encontrávamos no município, segundo dados do IBGE, 63.000 pessoas vivendo em favelas; em 1996, eram 88.000; já em 2005 o déficit habitacional era de 40 mil casas e aproximadamente 160 mil pessoas, ou seja, 15% da população total ocupando favelas e outros aglomerados de urbanização precária, localizados principalmente nas regiões sudoeste e sul do município (MESTRE, 2009, p.36-37). Apesar desse percentual enorme da população campineira existindo em condições de urbanização precária, os gastos municipais com habitação foram bastante baixos, como é possível notar ao analisarmos a tabela 14, “Despesas Municipais com Habitação - Campinas”.

Ano	Total dos gastos municipais com habitação (em Reais de 2011)	Total dos gastos municipais, com a dívida pública (Em Reais de 2011)
2003	6.238.091	132.666.821
2004	5.371.157	149.186.054
2005	8.870.303	143.648.121
2006	8.855.610	115.448.791
2007	9.114.627	125.763.925
2008	10.847.054	113.793.575
2009	10.649.945	130.294.456

Fonte: SEADE Informações Municipais. Org. Ricardo A. Scherma

Tabela 14. Despesas municipais com habitação, Campinas – 2003-2009

Como descrevemos há pouco, enquanto a administração política municipal destinou em 2004 - 8,84% do orçamento para o pagamento da dívida pública do município, no mesmo ano, foram gastos apenas 0,32% com habitação. Gastos insignificantes com habitação se repetem nos anos posteriores, sendo: 0,48% das receitas totais em 2005; 0,44% em 2006; 0,37% em 2007; 0,43% em 2008.

Se por um lado a região conhece dificuldades como essa que apontamos, é também nela que se materializa grande parte de todo o investimento das grandes empresas privadas no estado de São Paulo. Se tudo aponta para uma falta de possibilidade para o desenvolvimento social e urbano devido ao já histórico baixo investimento público em setores sociais, é também nessa metrópole que as grandes empresas encontram condições vantajosas para o desenvolvimento de suas atividades. Desse tema tratarei nos próximos itens.

3.4 Políticas de Desenvolvimento Territorial na Trama do Capitalismo Financeirizado: o meio técnico-científico-informacional e a territorialização do investimento

Manuel Castells (1979) aponta a intervenção do Estado na economia e a exigência de um contínuo crescimento dos gastos públicos para responder simultaneamente às necessidades do capitalismo monopolista. Ideia semelhante é defendida por David Harvey (2005) em artigo a respeito da Teoria Marxista do Estado, em que Harvey afirma a importância do Estado dentro das sociedades capitalistas, na construção de estruturas, normas e instituições que possam ampliar o regime de acumulação e permitir o pleno desenvolvimento do capitalismo. Entre os intelectuais brasileiros, Francisco de Oliveira (1988) desenvolveu uma sofisticada tese a respeito da importância do fundo público na equação de formação da taxa de lucro e seu caráter estrutural insubstituível. Já Milton Santos (2009) nos alerta para o fato de considerarmos a cidade como parte do Capital Geral, do qual as grandes firmas fazem uso e, com isso, extraem mais-valia. Os governos, orientados por planejadores, constroem, usando o dinheiro público, sistemas de engenharia que servem de forma quase exclusiva a um número reduzido de empresas. A lógica de investimentos em lugares onde a rentabilidade do capital for aquela exigida pelo capital financeiro leva os governos, em qualquer escala que se tome, numa tentativa de manter ou atrair investimentos, a elaborar planos de desenvolvimento que buscam atrair capital produtivo; assim, estados, municípios e até mesmo países⁶⁷ elaboraram seus planos, entre eles, o planejamento estratégico, para que possam permitir a atualização dos sistemas técnicos, científicos e informacionais, bem como atualizar o aparato organizacional de cada lugar, dando às empresas aquela rentabilidade ótima e a mesma flexibilidade encontrada na esfera financeira. Uma atualização que visa a atender a demanda das empresas por funcionalidade, funcionalidade e precisão nas ações territoriais que se traduzem em rentabilidade, tudo isso em detrimento das carências da maior parte da população. Daí conhecermos hoje uma “guerra entre os lugares” para a atração dos minguados capitais destinados à expansão das forças produtivas. Como nos ensina Milton Santos (2008, p.247-248), “os lugares se distinguem pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa

⁶⁷ Veja o recente processo de instalação da multinacional chinesa FOXCOM na chamada “cidade do conhecimento” e as isenção dadas pelo governo de Dilma para atrair esse investimento.

rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral)”.

Enfim, o direcionamento crescente do capital superacumulado para realização lucrativa na esfera financeira resultou em taxas de investimentos produtivos muito baixas nessas últimas três décadas, assim, os territórios, em suas diferentes escalas, buscam atrair os poucos investimentos que as empresas anunciam. Para Maria Laura Silveira (1999, p.115), “essa dinâmica do chamado capital financeiro contribuiu para consolidar um modelo territorial mais centralizado, com sistemas de engenharia implantados apenas nos lugares de interesses da estrutura mundial de produção e consumo”. Livres da intervenção e regulação do estado na determinação da localização dos investimentos, os capitalistas hoje irão buscar lugares onde a rentabilidade seja aquela determinada pela esfera financeira. Portanto, esse atual processo de financeirização da economia e do território determina o aprofundamento do desenvolvimento geográfico desigual e pode ser elemento estrutural na formação e persistência dos lugares letárgicos⁶⁸, visto que poucas, ou quase nenhuma, serão as chances desses lugares verem seus projetos de desenvolvimento se realizar devido a sua pouca capacidade de atrair investimentos.

A constante atualização do território ocorre a partir da ação e da intervenção das empresas munidas do financiamento público, mas também a partir da ação direta dos órgãos estatais, sejam eles municipais, estaduais ou nacionais, que decidem construir a cidade e o território a fim de atender as necessidades capitalistas. “Em nome da estabilidade, do equilíbrio da balança comercial e de pagamentos, do crescimento e da competitividade, o planejador é, a cada dia, convidado a encontrar os meios e as formas de transformar o Espaço Urbano, de modo a permitir que as firmas mais poderosas possam melhor utilizá-lo em seu próprio proveito” (SANTOS, 1994, p.135-136). As atualizações territoriais garantem aos agentes hegemônicos uma reestruturação e refuncionalização espacial sempre vantajosa à acumulação centralizadora do capital. É esta situação que nos permite falar em cidades corporativas.

⁶⁸ A noção de lugares letárgicos foi introduzida na literatura geográfica por Maria Laura Silveira (1994), em artigo publicado pela revista portuguesa *Finisterra*. Para essa autora, existem lugares que, alheios à modernização, abrigam uma escassa vida de relações e infra-estrutura básica insuficiente; lugares esses onde estão presentes formas e ações fossilizadas.

A penetração desigual dos sistemas de ações capitalistas sob as circunstâncias de um determinado lugar tem como resultado a constituição de configurações territoriais infinitamente distintas.⁶⁹ Essa penetração de eventos e fenômenos revela a constituição de um espaço racional, sobretudo, nas regiões metropolitanas, território apto ao trabalho das grandes empresas e, portanto, da acumulação de capital. Assistimos, no atual contexto de financeirização da economia e do território, à constituição de verdadeiras *ciudades corporativas*, onde:

a-) as constantes atualizações do território, incluindo as normatizações, criam uma configuração territorial que se traduz em produtividade espacial. Produtividade essa que facilita a acumulação muitas vezes extraída daquilo que Milton Santos chamou de mais-valia territorial. Nessas *Cidades Corporativas*, ocorre a presença marcante de muitas empresas transnacionais. Lembremos que essas grandes empresas operam sob a lógica do capital financeiro e é esta lógica que determina onde elas realizarão seus investimentos;

b-) as isenções de impostos e os subsídios financeiros atuam como capital financeiro para o capital mundializado na escolha das localizações, remunerando otimamente os capitalistas e fragilizando o poder público;

c-) a densidade elevada do sistema bancário em poucas cidades do estado evidencia a pujança econômica das regiões metropolitanas e a constituição de um denso círculo financeiro de cooperação, em detrimento da estagnação e da falta de acesso aos serviços financeiros em muitas outras cidades do estado.

Portanto, os fluxos de capital para realização de investimentos produtivos irão se direcionar para aquelas regiões ou cidades que melhor atendem às exigências do período, daí que a existência de um meio geográfico apto a gerar a rentabilidade necessária aos negócios será imprescindível para atrair a territorialização dos investimentos.

⁶⁹ “Marx mostra como, até mesmo na Europa Ocidental, houve considerável variação em vista da penetração desigual das relações de produção sociais capitalistas sob as circunstâncias locais, o que deu lugar a variações e ‘gradações infinitas na aparência’ (III, cap. XLVII)” (BOTTOMORE, p.163).

O conceito de meio técnico-científico-informacional, desenvolvido por Milton Santos ao longo de décadas, é capaz de expressar a complexidade geográfica do atual período. Na sucessão de períodos históricos, foram elaborados e incorporados aos territórios sistemas de objetos técnicos e sistemas de ações que possibilitaram aos homens empreender ações cada vez mais racionais e, portanto, precisas. De um meio natural, onde as condições naturais constituíam a base material da existência do grupo, conhecemos no período técnico “a emergência de um espaço mecanizado”, em que “os objetos técnicos, maquínicos, juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia lógicas naturais, criando, nos lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos” (SANTOS, 2008, p. 235 e 237).

Mas é no pós-guerra que a humanidade inicia um novo período – o período técnico-científico – em que técnica e a ciência fundem-se e criam novos objetos técnicos, objetos esses que irão povoar os lugares e criar uma nova realidade geográfica. Diante disso, Milton Santos propõe falar em algo novo:

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2008, p.238).

Os espaços requalificados, atualizados segundo as exigências do novo período, seriam aqueles aptos à atuação e aos interesses dos agentes hegemônicos da economia, da cultura e da política, tendo como consequência a sua incorporação às correntes mundiais. Ainda para Milton Santos, “o meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização” e “mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se está chamando globalização” (SANTOS, 2008, p.239-240).

Essa requalificação dos lugares, tornando-os competitivos nos circuitos globais do capital, também entendida por outros geógrafos como sendo um processo de reestruturação espacial, foi tão importante a partir da década de 70 que motivou pesquisadores do mundo todo a se preocuparem com essa temática. Edward Soja, por

exemplo, buscou entender como esse processo se deu na Região Metropolitana de *Los Angeles*. Soja esclarece como a cidade e a região se “requalificaram” ou se “reestruturaram” frente aos desafios do novo período. É possível ler em seu *Geografias pós-moderna*:

Mais uma vez, *Los Angeles* proporciona um exemplo exagerado de tendências nacionais mais gerais, uma extensão do renascimento de centros antes em deteriorização e dos surtos de construção de prédios comerciais que ergueram uma nova silhueta de arranha-céus nos centros das cidades do cinturão do sol (e de algumas do cinturão do gelo). Embutido na nova centralidade do centro de *Los Angeles*, houve um *locus* geográfico primordial da centralização, concentração e internacionalização aceleradas do capital industrial e financeiro, que têm marcado a reestruturação contemporânea da economia mundial (SOJA, 1993, p.254).

Se esse novo período exige a requalificação dos lugares, a criação de um novo meio geográfico, se os lugares onde o meio técnico-científico-informacional se desenvolve em toda sua plenitude são aqueles aptos a receberem e participarem do processo de globalização, podemos associar a constituição desse novo meio geográfico à ideologia da competitividade. Milton Santos nos alerta para pensar como, no presente, a ideologia da competitividade toma o lugar que ocupava o discurso do progresso e, mais tarde, no pós-guerra, o discurso do desenvolvimento. Diferente dos discursos antecessores que ainda guardavam uma preocupação filosófica e moral, a busca da competitividade basta por ela mesma e não exige de seus defensores qualquer debate ético (SANTOS, 1997). Quando o planeta torna-se campo único de concorrência, uma nova palavra se instala como parte do discurso corrente da economia e da política, essa palavra é a competitividade (SANTOS, 2008, p.211).

Tudo o que serve à produção globalizada também serve à competitividade entre as empresas: processos técnicos, informacionais e organizativos, normas e desregulações, lugares. Tudo o que contribui para construir o processo de globalização, como ele atualmente se dá, também contribui para que a relação entre as empresas – e, por extensão, os países, as sociedades, os homens – esteja fundado numa guerra sem quartel. Como esta é a lei da produção e da circulação das firmas globais, a cada momento a maior mais-valia está buscando ultrapassar a si mesma. Suprema ironia: essa mais-valia tão fugaz não pode ser medida; e, ao mesmo tempo, se torna a principal alavanca, senão o motor unitário, das ações mais características da economia globalizada (SANTOS, 2008, p212).

Além do debate que envolve e co-relaciona questões como requalificação dos lugares e reorganização do espaço, difusão de novas ideologias e globalização, é preciso considerar questões como: a constituição do meio técnico-científico-informacional é responsável por uma homogeneização do espaço, ou é exatamente o contrário que ocorre? Tratando das especificidades que cada território possui na atração ou manutenção de atividades econômicas, Benko e Pecqueur afirmam que a globalização, longe de significar uma total homogeneização do espaço mundial, gera especialização e diferenciações espaciais, que acabam por formar economias em “Oasis” ou “arquipélagos”, “ou seja, uma rede de regiões mais dinâmicas que deixam atrás delas o resto do mundo” (BENKO; PECQUEUR, 2001, p.40).

Longe de desaparecerem, as regiões ganham importância e continuam a manifestar-se como diferenciação espacial, agora fundada, sobretudo, nas densidades técnicas, comunicacionais, normativas, científicas, informacionais e financeiras, variáveis que comandam os atuais processos e a lógica do capitalismo mundializado.

Competitividade e diferenciação espacial tornam-se, portanto, concepções norteadoras de governos e planejadores na administração pública dos lugares. Assim, os territórios buscam diferenciar-se, por intermédio do aumento da densidade técnica-científica e informacional, e também pelo aumento da densidade normativa, isso para tornarem-se atrativos à instalação, ampliação ou mesmo manutenção das grandes e médias empresas. Como assevera Milton Santos, “Na cidade corporativa, o essencial do esforço de equipamento é primordialmente feito para o serviço das empresas hegemônicas; o que porventura interessa às demais empresas e ao grosso da população é praticamente o residual na elaboração dos orçamentos públicos”. Tudo isso, continua o autor, “obedece à mais estrita racionalidade capitalista, em nome do aumento do produto nacional, da capacidade de exportação etc.” (SANTOS, 2009, p.105).

Nesse sentido, sendo a informação um dos pilares do período no atual contexto de competitividade entre cidades, como prática das políticas de desenvolvimento territorial conhecemos nesses últimos anos a criação de Agências de Desenvolvimento Metropolitano. Essas agências atuam na elaboração de planos estratégicos, gerenciam fundos metropolitanos, organizam informações e índices de desenvolvimento territorial

para que os investidores conheçam as possibilidades dadas por um determinado território na realização de seus investimentos.

O estado de São Paulo atualmente possui duas Agências de Desenvolvimento Metropolitano: a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP) e a Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM).

Outras regiões metropolitanas do país também acompanharam as exigências do período e trataram de organizar suas agências, como é o caso da criação, em 2009, da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e, em 2012, a novíssima Agência de Desenvolvimento do Vale do Aço.

Mas não são somente as regiões metropolitanas que criam esses novos objetos geográficos voltados à promoção de frações do território nacional; as cidades também o fazem, como é o caso da criação da “Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A”. Fundada em 2007, ela “representa um novo projeto de desenvolvimento socioeconômico implantado pela prefeitura, na busca de novas formas de ação para atendimento às demandas sociais e dos empresários, e acompanhamento da velocidade e dos benefícios trazidos pelas inovações tecnológicas surgidas no mundo globalizado”; ainda segundo informações da agência, há em operação desde 2007 um núcleo de competitividade para auxiliar as empresas a compreenderem, articularem-se e integrarem-se aos diferenciais competitivos da cidade.

Essas agências são consideradas, portanto, um elemento importante nessa nova onda de urbanização corporativa marcada pelas exigências de rentabilidade no bojo do capitalismo financeirizado, que procura os melhores e mais rentáveis lugares para realizar investimentos produtivos, isso para atender às exigências de rentabilidade e valorização do patrimônio dos acionistas, proprietários e investidores.

3.5 Região Metropolitana de Campinas, um Espaço da Globalização: grandes empresas e a territorialização do investimento

Estudar como nascem os capitais com a intenção de conhecer seus caminhos através do mundo, as regiões que os atraem, e quais são as atividades que eles desenvolvem foi um dos desafios já apontados por geógrafos como Pierre Monbeig (1957, p.231). Para Monbeig, “a ação dos grandes grupos torna-se possível porque eles dispõem de capitais e possuem a indispensável capacidade de investir”; segue o autor: “os investimentos representam uma corrente de tráfego, uma circulação que tem, no mínimo, tanta significação quanto o tráfego do canal de Suez ou a circulação no Mediterrâneo, pois sem os investimentos não haveria canal de Suez e no Mediterrâneo circulariam apenas uns poucos navios com cargas bem leves”. Nesse mesmo sentido, se orienta Milton Santos em seu *Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*, quando dedica o capítulo XII da terceira parte desse livro à discussão em torno dos Investimentos e a Rede Urbana. Para esse autor, os problemas relativos aos investimentos devem ocupar um lugar muito importante nas pesquisas geográficas; ele ainda pergunta: qual seria o papel dos investimentos na localização das cidades e das redes em seu desenvolvimento e mutação? Milton Santos então propõe primeiro separarmos o que é realmente investimento daquilo que não é; também é preciso distinguir os investimentos antigos dos investimentos recentes, suas categorias e o país de origem; lembra que as regiões são hoje muito penetradas pelas condições atuais da economia internacional, portanto, os investimentos, cada dia mais internacionalizados, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento dessa nova realidade geográfica. As cidades que se apresentam como “paisagem derivada” revelam em diferentes graus a constatação de interações e interconexões em escalas e níveis diferentes.

Os investimentos⁷⁰ anunciados para a Região Metropolitana de Campinas entre os anos de 1997 e 2005 totalizaram US\$18,3 bilhões, já os investimentos anunciados entre os anos de 2006 e 2009 foram da ordem de US\$6,2 bilhões. Os valores anunciados nesse primeiro período, 1997-2005, significavam 64,5% dos recursos anunciados para toda a

⁷⁰ Os dados apresentados foram coletados em dois estudos: um primeiro desenvolvido pela Fundação Seade: *Investimentos anunciados na Região Metropolitana de Campinas 1997-2005* e um segundo apresentado pelo Observatório Metropolitano da Agemcamp: *Apresentação e análise dos investimentos anunciados na Região Metropolitana de Campinas 2006-2009*

Região Administrativa de Campinas e 10% de todo o investimento anunciado para o Estado de São Paulo. Já os valores anunciados no segundo período, 2006 a 2009, representaram 68,2% dos recursos destinados ao investimento na Região Administrativa de Campinas e 5,88% de todo o investimento anunciado no território de São Paulo. Como assevera Milton Santos (2008c p.21), “a produção tende a concentrar em certos pontos do território com tanto mais força quanto se trate de atividades modernas”,

A pujança industrial das cidades da região se revela no montante dos investimentos anunciados para cada circuito espacial produtivo entre os anos de 1997 e 2005. Dos US\$18,3 bilhões, a indústria absorveu 77,8%, ou seja, US\$14,3 bilhões; ao setor de serviços foram destinados US\$3,7 bilhões; ao comércio, US\$267 milhões; e a outros setores US\$63,5 milhões. Os sub-setores industriais de produtos químicos, automotivos, de eletricidade, gás e água quente, de refino de petróleo e álcool estão entre os circuitos que receberam os maiores investimentos. Destaca-se a indústria química, com mais de US\$3 bilhões anunciados.

Nos anos de 2006 a 2009, essa tendência à absorção de investimentos industriais se confirma. Do total dos investimentos anunciados, 65,5% foram para a indústria; 32,5% para o circuito de serviços; o comércio absorveu 2,02% e outros setores 0,35%. Nesses anos, os maiores anúncios se deram no setor dos circuitos de “refino de petróleo e álcool, produtos químicos, transporte aéreo, atividades auxiliares de transporte e agências de viagens e, por fim, atividades imobiliárias” (FUNDAÇÃO SEADE, 2011, p.6).

As conexões dessa região com o exterior revelam-se nos investimentos anunciados por empresas controladas pelo capital estrangeiro, entre as quais a liderança coube às norte-americanas que anunciaram a destinação, entre os anos de 1997 e 2005, de recursos da ordem de US\$3,95 bilhões. As empresas japonesas aparecem em segundo lugar, com US\$1,05 bilhão, com anúncios de investimentos basicamente no setor automotivo. Em seguida, destacam-se as alemãs, com US\$908,4 milhões, e as firmas francesas, com US\$740,85 milhões. Entre os anos de 2005 e 2009, essa lógica se mantém, com EUA destinando 5,88%, Alemanha 3,51%, França 2,44% e Japão 1,52% dos investimentos anunciados para a região metropolitana de Campinas.

O atual grau de tecnificação das cidades da região metropolitana de Campinas permite que haja essa integração do lugar com o mundo. Os investimentos anunciados pelas grandes empresas podem ser entendidos como eventos; neste caso, a região acolhe feixes de eventos de diferentes lugares do mundo. Esses eventos são responsáveis pela produção de formas materiais e imateriais, como, por exemplo, a implantação e ampliação da montadora da empresa japonesa Honda, em Sumaré (SP), ou ainda dos investimentos em P&D, da Suíça Singenta, em Holambra, bem como a implantação da alemã KS – Kolbenschmidt Pierburg, em Nova Odessa. “Descontínuo, instável, o espaço dos países subdesenvolvidos é igualmente multipolarizado, ou seja, é submetido e pressionado por múltiplas influências e polarizações oriundas de diferentes níveis de decisão (SANTOS, 2008d, p.21). Assim, a presença das transnacionais dos países desenvolvidos submete o território brasileiro a todo o tipo de interesse, dependência e políticas dos sistemas de trabalho e modernização, que emanam dos países que acolhem as sedes dessas empresas.

Contudo, se a Região Metropolitana de Campinas é capaz de concentrar 15,88% de todo o investimento anunciado no Estado de São Paulo entre os anos de 1997 e 2009, dentro da região, composta por 19 municípios, as desigualdades também se revelam: Paulínia concentrou sozinha 66% dos investimentos anunciados para a região, o que significa mais de US\$7 bilhões. Dos mais de 80 empreendimentos anunciados no município, quase a totalidade deles era industrial, além de ser de grande porte, como a construção de um complexo petroquímico ao lado da Refinaria do planalto – Replan; a ampliação da empresa francesa Rhodia; a implantação da fábrica de *lycra* da norte americana *DuPont*. Também chamam a atenção os investimentos de mais de US\$1,3 bilhão realizados pela Petrobras para a expansão da Replan.

A metrópole de Campinas aparece em segundo lugar na atração dos investimentos, com destaque para os investimentos em serviços. Dos US\$4,64 bilhões anunciados para o município entre os anos de 1997 e 2009, as atividades do terciário concentram mais da metade, evidenciando o novo papel que Campinas passa a assumir na divisão territorial do trabalho. As atividades imobiliárias, como a implantação do condomínio *Villaggio in Souzas*, receberam recursos da ordem de US\$250 milhões; outras atividades terciárias como telecomunicações, transporte e agências de viagens (modernização da holandesa *TNT Global Express*), transporte aéreo (aumento da frota da *Absa Cargo Airline e Trip*

Linha aéreas), além dos investimentos públicos anunciados pela Infraero, US\$387,8 milhões para a ampliação e modernização do aeroporto internacional de Viracopos. Valores também muito elevados como foram aqueles anunciados para a ampliação da americana *Nextel* - US\$360 milhões. Em Campinas, o banco espanhol Santander anunciou em 2010 o investimento de US\$740,3 milhões para implantação de uma unidade de tecnologia, pesquisa e processamento de dados. O local escolhido para tal empreendimento foi o Parque Tecnológico do CIATEC (Companhia de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas). A construção desse complexo tecnológico se justifica pelo plano estratégico da empresa de instalar nos próximos anos 600 novas agências no país

Já o município de Americana contou com a perspectiva de receber 49 novos empreendimentos no período 1997 a 2009, entre eles, a implantação da unidade da empresa americana *DuPont*. A retomada dos investimentos no circuito têxtil aponta um processo recente de reestruturação, que se desenvolve na família de cidades em que essa atividade é predominante. Em Americana, o grupo Pão de Açúcar anunciou investimentos para a ampliação de sua rede de hipermercados; a ampliação da Umicore, ligada ao circuito químico; e a modernização da *Goodyear*, do circuito de borracha, foram outros anúncios importantes.

As empresas japonesas *Honda* e *Toyota* acabam por dinamizar os investimentos em Indaiatuba e Sumaré. Os municípios de Hortolândia, Jaguariúna e Vinhedo também recebem importantes investimentos no período, principalmente aqueles ligados à indústria farmacêutica, de tecnologia da informação e alimentos, bem como aqueles ligados aos empreendimentos imobiliários como, por exemplo, a implantação do condomínio empresarial de empresas de tecnologia da informação *Tech Town*, onde hoje estão instaladas empresas como a canadense *Celestica*, fabricante de componentes para celulares, e o centro de serviços da grande empresa global IBM. A predileção por Hortolândia, esse novíssimo município considerado o “paraíso das empresas”, é relacionada, sobretudo, ao seu agressivo Programa Municipal de Incentivo Empresarial-Proemp - do qual a empresa norte americana *Dell*, por exemplo, pôde se beneficiar. Além das isenções fiscais garantidas pelo programa, a *Dell* ainda contou com o apoio da

prefeitura para tratar a burocracia e instalar a infra-estrutura completa como: gás, energia e terraplanagem da área⁷¹.

Já os demais municípios que constituem a Região Metropolitana de Campinas tiveram anúncios de investimentos muito baixos, se comparados aos municípios de que acabamos de tratar, como é possível analisarmos no quadro 2 abaixo:

Posição	Município	Empreendimentos	Valor (US\$ milhões)
1	Paulínia	86	8.007,18
2	Campinas	775	6.867,23
3	Americana	143	1.957,05
4	Sumaré	109	1.817,3
5	Hortolândia	76	1.344,68
6	Indaiatuba	117	1.302,87
7	Jaguariúna	49	814,19
8	Vinhedo	40	655,65
9	Santa Bárbara d'Oeste	70	494,11
10	Valinhos	43	301,28
11	Itatiba	60	285,51
12	Cosmópolis	17	181,80
13	Monte Mor	12	142,40
14	Nova Odessa	31	119,46
15	Santo Antônio de Posse	4	26,66
16	Engenheiro Coelho	2	21,91
17	Pedreira	15	14,89
18	Artur Nogueira	5	9,67
19	Holambra	2	2,78
Total		1656	24.366,62

Fonte: Fundação Seade 2011 e 2012
 . Organizado por Ricardo A. Scherma

Quadro 2 - Investimentos anunciados para a Região Metropolitana de Campinas - 1997 - 2009

⁷¹ As informações da instalação da *Dell* foram encontradas na reportagem de Lana Pinheiro para a revista *Isto é Dinheiro*, nº 58.

Fluxos de investimentos nacionais e globais decorrentes de uma complexa divisão territorial do trabalho se instalam na região, produzindo territórios especializados, isto é, lugares em que grande parte da renda produzida é proveniente de uma única atividade econômica, como por exemplo: Petróleo e gás em Paulínia, serviços e consumo em Campinas, e componentes eletrônicos em Jaguariúna.

Apesar de receber, junto com a Região Metropolitana de São Paulo e da Baixada Santista (que juntas formam a Região da macro-metrópole), mais da metade dos investimentos anunciados entre 1997 e 2009 para todo o estado de São Paulo, configurando um dos poucos lugares em que os investimentos produtivos são realizados gerando emprego e renda para a população, a RMC abriga problemas estruturais muito graves, entre eles, o próprio desemprego e subemprego. Problemas sociais significativos se acumulam em uma cidade como Hortolândia, que apesar de ter recebido muitas empresas nos últimos anos, o baixo nível de educação formal de seus habitantes impede que esses encontrem emprego nessas firmas, quase todas transnacionais de alta tecnologia. Como assevera Celso Furtado em seu *O Longo Amanhecer*, um dos núcleos do problema do desenvolvimento encontra-se no crescimento das grandes empresas. Por serem poupadoras de mão-de-obra em um país farto de pessoas para trabalhar, como o Brasil, elas geram poucos empregos, no entanto, a sua instalação, manutenção e ampliação exigem do Estado enormes dispêndios na construção de sistemas de objetos e ações, bem como na constituição de um arcabouço normativo sempre favorável ao desenvolvimento dessas empresas. Portanto, um lugar como a Região Metropolitana de Campinas, que abriga um pujante *circuito superior da economia*, dialeticamente abriga também um crescente e dinâmico *circuito inferior da economia urbana*, esse último, alternativa de trabalho e renda à massa de população pobre não incorporada aos constantes e violentos processos de modernização, atualização e expansão da economia capitalista nesse lugar.

CONCLUSÕES E REFLEXÕES

Para além do simples aumento da densidade de agências bancárias nos lugares, afirmo com esta tese estar em curso um processo de financeirização do território, que se dá pelo fato de cada vez mais a lógica que perpassa a esfera financeira ocupar, invadir o tecido social, territorial, urbano e implantar um novo modo de desenvolvimento do capitalismo nos lugares, gerando consequências bastante diretas na organização da vida social. Esta tese exhibe e reflete a respeito de fenômenos que caracterizam a financeirização do território, tais como:

1. A constituição de um meio geográfico ótimo, marcado pela difusão do meio técnico-científico-informacional que possibilita a) dar fluidez ao dinheiro global e b) informar e comunicar os eventos, as possibilidades de especulação e de resultados ótimos em cada formação sócio-espacial. Um meio geográfico requalificado, em que a densidade normativa nova impõe diferencialmente nos lugares normas técnicas, políticas e organizacionais, capazes de atender às exigências de um sistema capitalista financeirizado, agora também mundializado, que é marcado pela busca de resultados financeiros elevados em curtos períodos de tempo, tudo isso para atender às exigências predatórias de uma neo-burguesia financeira transnacionalizada e sem nenhuma preocupação ética com a sociedade. Milton Santos (2008c, p.38) afirma: “A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação”. Poderíamos acrescentar a essa afirmação que, da mesma maneira, o território, tendo as finanças como pilar e motor dos processos sociais conhece acréscimos de próteses e normas que possam facilitar a circulação do dinheiro.

2. Ainda por financeirização do território entende-se o peso que o endividamento público vem assumindo nos orçamentos dos entes da federação e das amarras com que se encontram as administrações, extremamente acompanhadas por sistemas de vigilância, como as agências de classificação de risco e mesmo pelo poder público legislativo. Mesmo que as administrações políticas dos lugares queiram realizar intervenções no território com o propósito de ampliar a quantidade e a qualidade dos serviços públicos, essas se veem limitadas, posto que tais intervenções podem significar

no orçamento uma capacidade menor de pagar as suas dívidas. Por isso, em uma época em que o sistema financeiro controla, mesmo que indiretamente, o poder público, as possibilidades de desenvolvimento em prol da produção de territórios realmente significativos para a difusão da cidadania tornam-se um ideal difícil de ser alcançado.

3. Esse movimento geral de financeirização do capitalismo impõe aos lugares uma necessidade de atrair os poucos investimentos que ainda são realizados na esfera produtiva, daí que a seletividade espacial dos investimentos é cada vez maior, visto que o dinheiro será investido nos espaços, nas cidades corporativas, isto é, nos lugares que organizam o meio geográfico e direcionam parte de seu orçamento para atender às exigências das intransigentes empresas hegemônicas. Ao mesmo tempo, as cidades que se afirmam competitivas, como Campinas, dispendo de um meio geográfico marcado pela presença de moderníssimos objetos técnicos, não dispõem da mesma capacidade de abertura e de inovação para tratar do componente humano do território.

Como já foi afirmado nesta tese, a nova onda de urbanização corporativa é marcada pelas exigências de rentabilidade presentes no bojo do capitalismo financeirizado, que procura os melhores e mais rentáveis lugares para realizar investimentos produtivos, isso para atender à busca de rentabilidade e de valorização do patrimônio dos acionistas ou investidores. Se a atração de capital produtivo (que pode se materializar em investimentos diretos) depende de todas essas articulações e exigências que abordamos, hoje as metrópoles sofrem problemas de orçamento, pois se, de um lado, precisam atender aos reclamos das corporações para se manterem competitivas em um mundo de produção e trocas globalizados, renunciando por meio de planos de desenvolvimento a receberem tributos das empresas e produzindo toda uma ortopedia territorial⁷² que possa dar eficácia a sua ação, por outro lado, o pesado endividamento extrai, dia após dia, mais recursos dos lugares, mostrando a face perversa do atual modo de desenvolvimento do capitalismo. Como vimos, um percentual muito significativo do fundo público é canalizado para a esfera financeira: eis uma dimensão das metrópoles corporativas.

⁷² A noção de ortopedia territorial é discutida pelo Professor Marcio A. Cataia em seu artigo: Alienação do Território - O Papel da Guerra Fiscal no Uso, Organização, e Regulação do Território Brasileiro. In: SOUZA, M. A. [et al.]. *Território Brasileiro usos e abusos*. Campinas, Edições Territorial, 2003.

É comum, portanto, nesse momento de financeirização dos processos econômicos e dos territórios, a constatação da redução da autonomia política dos lugares na realização do gasto público voltado a atender os problemas sociais, ao mesmo tempo em que se evoca o discurso das boas práticas de governo, amparado no conceito de governança dos territórios. É comum também a crescente necessidade imperativa de adequar técnica e normativamente o território para o uso corporativo das grandes empresas, quase todas elas com atuação planetária. Gigantes industriais-financeiros superavitários em busca de rentabilidade e de valorização do valor dos ativos de seus acionistas.

O recente desenvolvimento econômico do Brasil que o torna uma das maiores economias mundiais se dá em uma nova etapa do sistema capitalista, em que a financeirização é dominante; muito diferente, por exemplo, do contexto histórico do pós-guerra, de relativa estabilidade engendrada pelo regime de acumulação fordista, em que muitos países da Europa se desenvolveram. Diante disso é preciso entender muito bem o significado econômico e territorial da financeirização. A disponibilidade e a penetração de dinheiro em um lugar não deve nunca ser vista como algo ruim, o que é negativo é em muitas situações a incapacidade da população de poder reagir contra, por exemplo, taxas de juros predatórias⁷³. Nesse sentido, ainda é preciso levar em consideração que o endividamento é um dos mais poderosos sistemas de controle de pessoas e de governos. Um país endividado precisa curvar-se aos caprichos, às exigências de seus credores - que podem ser bancos de atuação nacional ou internacional - às elites econômicas nacionais, ou aos novos agentes, como os fundos de investimento e de pensão. Todos eles desejando maximizar o valor de seu patrimônio e alienar o futuro das nações.

Por isso que uma Geografia renovada deve oferecer as bases ideológicas e “científicas” para subsidiar um discurso político comprometido com o desenvolvimento do espaço da nação. Como muitos intelectuais comprometidos já disseram: um projeto para o Brasil.

⁷³Reflexão elaborada a partir de anotações do diário de pesquisa de campo. Tais anotações encontram referência no colóquio com as professoras Maria L. Faravelli e Maria Antonieta Clerici do Departamento de Arquitetura e Planejamento Territorial do Politécnico de Milão (Itália). Esse colóquio aconteceu no dia 11 de novembro de 2011.

Ainda que esse momento histórico enseje, por meio de processos sociais novos, uma fragmentação do tecido social e territorial, ainda que esse momento histórico seja produtor de estruturas de enquadramento socioculturais, como o consumo e a nova onda de propagação de uma nova teologia-política, acreditamos que a emancipação do homem, como pensaram Herbert Marcuse e outros filósofos, deve ser o horizonte para a produção do conhecimento nas ciências humanas. Por isso, é nosso dever como pesquisador comprometido com a sociedade pensar o movimento de alienação e o de integração ao sistema e seus processos dialéticos - aqueles de emancipação da dominação dos homens e dos territórios – para contribuir, um pouco que seja, para um projeto novo para o território e para a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996 (Orelha)

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Dinheiro, Poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro. Contraponto, 1996.

_____. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008, 432 pp.

ARROYO, M. M. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: Amália Inês Geraiges de Lemos, María Laura Silveira, Mónica Arroyo. (Org.). *Questões territoriais na América Latina*. 1 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), 2006, v. 1, p. 177-190.

BACEN – Banco Central do Brasil – *Série Perguntas Frequentes* – Diretoria de Política Econômica, Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOM>> acessado em: 21 de out. 2010.

BAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos Objetos*. Tradução de Z. R. Tavares. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas, Magia e Técnica, Arte e Política*. Tradução de S. P. Rouanet. 10. ed. São Paulo: Brasiliense. 1996.

BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI*. Tradução de A. P. Danesi. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

BENKO, G; PECQUEUR Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Geosul*: revista do Departamento de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFSC . v.16, n.32. 2001.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BOYER, Robert. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.

CAMPOS, J.R. Grandes grupos detêm 72% do crédito bancado pelo Tesouro. *Valor Econômico*, São Paulo, 12 de ago. 2010. Especial, p.A14.

CANO, W.. *A Região Metropolitana de Campinas*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

CANO, W. . *Brasil e Estado de São Paulo: transformações recentes da economia*. In: Cano, W.; Brandão, C.A.; Macedo, F.C.; Maciel, C.S.. (Org.). *Economia Paulista Dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas: Alínea, 2006.

CARVALHO, F. J. C.. O sistema financeiro internacional: um breve ensaio ao modo de Celso Furtado. In: Sabpóia, J; Carvalho, F.J.C (Org.) *Celso Furtado e o Século XXI*. 1. ed. São Paulo: Manole, 2006. p.327-338.

CASTELLS, Manuel. *A Teoria Marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CATAIA, M. A. A Alienação do Território - O Papel da Guerra Fiscal no Uso, Organização, E Regulação do Território Brasileiro. In: SOUZA, M. A. et al.. *Território Brasileiro usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.

CATAIA,M; GOMES,R. L. *Território normado e território como norma: o caso das transferências voluntárias para os municípios da Região Metropolitana de Campinas, São Paulo/Brasil*.IN:Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevideú. Uruguai, 2009.

CAVALCANTI;NOVAIS;BONINI. Finanças Públicas Estaduais 1980 a 2004. In: CANO, W; et al. (Org.) *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Campinas: Ed. Alínea, 2007.

CHAUÍ, M. S. O retorno do teológico-político. In: Cardoso, S. (Org.) *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004, p.93-133.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. Tradução de Silvana Finzi Foá. – São Paulo: Xamã, 1996.

_____. *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos/ coordenado por François Chesnais*. – São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, François.. O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: François Chesnais (org). *Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. *Mundialização: o capital financeiro no comando*. Tradução de Ruy Gomes Braga Neto. São Paulo: Editora Xamã; VM - Editora e Gráfica, 2001.

CHESNAIS, François; et. al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

CHOSSUDOVSKY, Michel A *globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

CLERICI, M. A; FARAVELLI, M. L. *Banche e Territori*. Geografie del credito post-liberalizzazione. Bologna: Maggioli S .p.A. 2010.

CONTEL, F. B. Verticalidades e Horizontalidades no Município de Bauru. In: *Território Brasileiro: usos e abusos*. SOUZA, Maria Adélia Ap. . et al. (Org.). Campinas: Edições Territorial, 2003.

_____. Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil. *Caderno CRH*, v. 22, 2009. p.119-134

_____. *Território e finanças*. Técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2011a.

_____. *Seminário Milton Santos: caminhos e desdobramentos da pesquisa geográfica*. Informação Verbal. Departamento de Geografia - USP. Junho de 2011b.

CORDEIRO, Helena Koh. A “Cidade Mundial” de São Paulo e a Recente Expansão do seu Centro Metropolitano. *Revista Brasileira de Geografia/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* –n54 (3) 5-26. Rio de Janeiro. 1992.

CORRÊA, R. L. Concentração Bancária e os Centros de Gestão do Território. *Revista Brasileira de Geografia/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* – ano 1, v.51 n.2 , Rio de Janeiro. 1989.

DIAS, L. C.. Por que os bancos são o melhor negócio no país? hegemonia financeira e geografia das redes bancárias. In: ALBULQUERQUE, E. S. (Org.). *Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo*. 1 ed. São Paulo: Globo, 2006, v. 1, p. 27-62.

DIAS, L. C. Finanças, Política e Território. *Cadernos CRH* (UFBA), v. 22, 2009. p. 9-13.

DIAS, L. C.; LENZI, M. H. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. *Cadernos do CRH* (UFBA), v. 22, 2009. p.97-117

DUMÉNIL, G; LÉVY". Uma Nova Fase do Capitalismo? Três interpretações marxistas. In: *Uma Nova Fase do Capitalismo*, São Paulo, Xamã. 2003.

EPAMINONDAS, Neto, *Standard & Poor's eleva rating do Brasil para grau de investimento*, Jornal folha On-Line, 30 de abril de 2008. disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br>> acessado em 27 de maio de 2010, 10:05 h.

FOLHAINVEST. Mercado usa tecnologia para manter investidores. *Folha de São Paulo*. 20 de Fev. 2011. p.B1.

FOLHA DE SÃO PAULO. Bancos renegociam perdas de empresas. *Caderno dinheiro*. São Paulo, 17 de outubro de 2008, p.B1.

_____. GM fecha até 20 fábricas e demite 21 mil. *Caderno dinheiro*. São Paulo, 2 de junho de 2009. p.B1.

FREITAS, M. C. P. (Org.). *Abertura financeira no Brasil nos anos 90*. São Paulo: Edições Fundap-Fapesp, 1999.

FREITAS, Maria C. Penido de; PRATES, D. M. A Abertura financeira no governo FHC: impactos e conseqüências. *Economia e sociedade* (Unicamp), Campinas-SP, v.17, 2001. p.81-111.

FUNDAÇÃO SEADE: *Investimentos anunciados na Região Metropolitana de Campinas 1997-2005*. disponível em <<http://www.agemcamp.sp.gov.br/>>. Acesso em junho de 2011.

_____. Apresentação e análise dos investimentos anunciados na RMC 2006-2009. Disponível em <<http://www.agemcamp.sp.gov.br/>>. Acesso em julho de 2012.

FURTADO, Celso. *O Longo Amanhecer*. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. Rio de Janeiro: Editora Record.2003.

HARVEY, David. *Los Limites Del capital y la teoria marxista*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1990.

_____. *Condição Pós Moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. 14.ed. Loyola.. 1992.

_____. *Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Limits to Capita (1982)*. London, Verso. 2006.

_____; *O Neoliberalismo História e Implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. *Condição Pós Moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. Ed. Loyola. 18ª ed. 2009.

_____; *O Novo Imperialismo*. Ed. Loyola. 3. ed. 2009b.

_____; *Entrevista ao Jornal Globo News*. 2010.

_____; *L'enigma del capitale: e il prezzo della sua sopravvivenza*. Milano: Feltrinelli, . 2011.

HILFERDING, Rudolf . *O Capital Financeiro (1909)*. São Paulo. Nova Cultural. 1985.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA PLICADA - IPEA – *Comunicados do IPEA n°47*–Distribuição Funcional da Renda pré e pós crise internacional no Brasil, 5. Mai. 2010 a.

_____. – *Comunicado do IPEA n°60*- Desigualdade da renda no território brasileiro, 12. Ago. 2010b.

_____. *Brasil em Desenvolvimento*. Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Série Brasil: o estado de uma nação. Vol.1. IPEA, 2009.

KAHIL, S. P. . *Uso do Território Brasileiro: uma questão política*. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina Por uma Geografia Latino-Americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade. São Paulo, 2005.

_____. *Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo*. *Sociedade & Natureza*, v. 22, 2010. p.22-35.

LIMA, M. S. *Estrangeiros tem 10% de dívida pública*. Folha de São Paulo, Mercado, 24 set. 2010.p.B4

LOPREATO, F. L. C. *Finanças estaduais: alguns avanços, mas... (os exemplos de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul)*. Campinas: Editora Unicamp *Textos para Discussão*, 2008.

LOPREATO, F. L.; PAIVA, C.C.. *Evolução das finanças públicas da Região Metropolitana de Campinas. Tendências e Perspectivas*. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (COORDS). *A Região Metropolitana de Campinas : urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

LUCIA, Maria G. *Lo Spazio Geográfico dell' Economia Finanziaria*. Torino. Celid. 2010.

_____. *Speculazione finanziaria e crisi alimentare: nuove sfide globali*. Texto inédito cedido pelo autor. Torino. 2011.

MACHADO, Lia Osório. *Glossário Sistema Financeiro Mundial*. Disponível em: < <http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis/sistfin/doc/glossario.pdf>.> acessado em: junho de 2010.

MARX, Karl, *O Capital: crítica da economia política* (1984). Livro primeiro. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Vol. I. 10.ed. Difel, 1985.

_____, *O Capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Abril. 1984.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro terceiro: o processo global de produção capitalista, Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARCUSE, Herbert. *A Grande Recusa Hoje*. LOREIRO, M.I (Org). Petrópolis. 1ªed. Vozes, 1999.

MARTIN, Ron. Stateless Monies, Global Financial Integration and National Economic Autonomy: the End of Geography IN: *Money, Power and Space*. Edited by Stuart Corbridge, Nigel Thrift and Ron Martin. BlackWell –UK 1ªed. 1994.

MESTRE, Ana Paula. *Os usos do território e as políticas urbanas: o Jardim Campo Belo no processo de fragmentação da cidade de Campinas*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências – IG. UNICAMP. 2009.

MONBEIG, Pierre. *Novos estudos de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1957.

NASCIMENTO, E. R; DEBUS, I. Lei Complementar nº101/2000. Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal. 2ªed.. *Tesouro Nacional*. Disponível em: <www.tesouro.gov.br>. Acessado em dezembro de 2011.

O'BRIEN, Richard. *Global Financial Integration: the end of Geography*. New York: Concil of Foreign Relations Press. 1992.

OLIVEIRA, F. *O surgimento do antivalor*, capital, força de trabalho e fundo público, Novos Estudos, CEBRAP, 1988.

_____. *Os Direitos do Antivalor*. A Economia Política da Hegemonia Imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. O surgimento do anti-valor. Capital, força de trabalho e fundo público. In: Os direitos do antivalor. *A economia política da hegemonia imperfeita*, Coleção Zero à Esquerda, Petrópolis: Vozes, 1998

OLIVEIRA, F. As contradições do ão: globalização: nação, região, metropolização. In: DINIZ, Clélio C.; CROCCO, Marco (Orgs.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

OLIVEIRA, A. U. . Reflexões sobre o Imperialismo: A Incorporação do Brasil ao Capitalismo Internacional. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.59, 1982.

PASTI, A.B; SILVA BERNARDES, A. M. *São Paulo no período da globalização: o mercado de capitais e a produção de informações financeiras*. In: IX Seminário de Pós-Graduação em Geografia da Unesp. Rio Claro, 2009. p.217-228

PAULANI, L. M. *Capitalismo Financeiro e Estado de Emergência Econômico no Brasil: abandonando a perspectiva do desenvolvimento*. In: I Colóquio da Sociedade Latino Americana de Economia Política e Pensamento Crítico, Santiago, 2006.

PAULANI, L. M.. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. *Autonomização das Formas Verdadeiras Sociais: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo*. In: XXXVII Encontro Nacional da ANPEC, 2009, Foz do Iguaçu. Anais do XXXVII Encontro Nacional da ANPEC, 2009.

_____. *Capitalismo Financeiro: Acumulação, Regulação e Instituições*. Programa de Curso. FEA –USP. Departamento de Economia. Mimeo. 2010.

PAULANI, L. M. ; BRAGA, M. B. . *A Nova Contabilidade Social*. São Paulo. Editora Saraiva, 2003.

PINTO, N. P. A. A Institucionalidade Financeira. *Revista Crítica Marxista*, nº28, 2009, p.51-79.

PRATES, D. M . Investimentos de portfólio no mercado financeiro. In: Freitas, M. Cristina P. (Org.). *Abertura financeira no Brasil nos anos 90*. Brasília: Edições FUNDAP: FAPESP - IPEA, 1999. p. 17-60.

SALVADOR, Evilasio. *Fundo Público e Seguridade Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec, Ed. PUC-SP, 1994.

_____. *Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A Aceleração Contemporânea* In: *Os desafios da globalização* .DOWBOR, et al. (Org.). Petrópolis:Vozes, 1997.

SANTOS, M. *O Chão Contra o Cifrão*. Folha de São Paulo, Caderno Mais, 1999.

_____. *Por Uma outra Globalização*. Do Pensamento Único à Consciência Universal. Rio de Janeiro:Record, 2000.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção* (1996). São Paulo: Edusp. 4.ed. 4. reimpr., 2008.

_____. *Espaço e Método*. (1985). 5 ed. – São Paulo. Edusp, 2008a.

_____. *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (1979). Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2ª. ed. 1ª. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. *Da Totalidade ao Lugar*. 1 ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2008c.

_____. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp. 5. ed., 1. reimpr. 2008d.

_____. *Por uma economia política da cidade. : O Caso de São Paulo*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo* (1978). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 5. ed, 2009b.

SANTOS FILHO, M. As Relações Fiscais e Financeiras entre Municípios, Estados e a União no Brasil Atual. p.15-30. In: SANTOS FILHO, M. (Org): *Finanças Locais e Regionais*. Salvador: Hucitec, 1996.

SAUVIAT, Catherine, Fundos de pensão e fundos mútuos; principais atores das finanças mundializadas e o novo poder acionário. In: CHENAIS, F (Org.). *Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo. 2005.

SANTOS; SILVEIRA, M. L. *O Brasil : Território e sociedade no início do século XXI*. (2001) Rio de Janeiro: Record, 2006.

SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA (SP) *Moody's confirma a nota Baa3 para a economia paulista*. Disponível em: <<http://www.fazenda.sp.gov.br/>> Acessado em 18 de outubro de 2011.

SCARAMELLINI, G; et al.. I Processi Redistributivi. Capitolo nono. In: Coppola, P. (a cura). *Geografia Política delle regioni italiane*. Torino: Einudi, 1997.

SILVEIRA, M. L. *Os novos conteúdos da regionalização: lugares modernizados e lugares letárgicos no planalto nordpatagônio*”. In: Finisterra Vol.XXIX,nº58.1994. p.267-284.

_____. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. *Experimental*, São Paulo, v.1, n.2, 1997. p.35-45.

_____. *Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999.

SCHERMA, R.A. A Lógica do Dinheiro Global: O Banco Mundial e a normatização do uso do território brasileiro. In: *Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – campus Rio Claro 27 a 30 de novembro de 2007*. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. AGETEO, 2007. p.566 -579.

_____. *Sistema Financeiro Mundial: seu assombro em território brasileiro e a fantasmática liberdade de consumo*. Rio Claro: IGCE. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, 2009.

SMITH, Neil. *Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano*. Geosp. nº21, 2007.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição. *Destruição não criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada*, Rio de Janeiro: Record, 1999.

THRIFT, N. On the social and cultural determinants of international financial centres: The case of the City of London. In: CORBRIDGE, S; MARTIN, R; THRIFT, N. (org.), *Money, Power and space*, London: Blackwell, 1994.

TAVARES;M.C.;BELUZZO,L.G.M. Desenvolvimento no Brasil – lembrando um velho tema. In: BIELSCOWSKY, R. MUSSI, C. *Políticas para a retomada do crescimento*. Reflexões de economistas brasileiros. Brasília: IPEA, Cepal, 2002.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO-TCU. *Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República*. Brasília. 2004.

TOLEDO, M. *O Mundo no Lugar: o atual projeto de modernização no município de Santarém (PA)*. Rio Claro: IGCE. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Rio Claro, 2009.

VAINER, C. B . Pátria, empresa e mercadoria. In: VAINER, Carlos; ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia. (Org.). *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-104.

VALOR ECONÔMICO. Grandes Grupos detêm 72% do crédito bancado pelo Tesouro. *Jornal Valor Econômico*. 12 de ago. 2010, Especial p. A14.

VALOR INVESTE. Quem são os fundos ativistas do mercado de capitais brasileiro. *Revista Valor Investe*. Nov. 2010.

_____.Dividendos próximo do recorde. *Revista Valor Investe*. Julho. 2010.

ZANOTELLI, C. L. *Yves Lacoste: entrevistas*. São Paulo: Annablume Editora, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel “Mundialização ou Era de Transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema mundo”. In: *Uma Nova Fase do Capitalismo*, São Paulo: Xamã. 2003.

ANEXO I

Observação do desdobramento da crise financeira europeia e a reação da sociedade⁷⁴

Um dos objetivos de meu período de estudos e de pesquisa na Itália era também o de acompanhar como a crise financeira relacionada à dívida pública se desenvolvia no Bloco Europeu e como a sociedade europeia, em especial a italiana, reagia a essa crise. Quando, no Brasil, ainda preparava a minha documentação para a viagem, acompanhava o agravamento da crise, principalmente em território italiano.

Quando cheguei à Itália, era um momento muito delicado, marcado por tensões sociais que se agravavam; essas tensões foram geradas pela estagnação econômica vivida já há anos no país e os recentes cortes nos gastos sociais, como medida econômica anti-crise, realizados pelo governo neoliberal de Berlusconi.

Por isso, durante meu período de estudos pude acompanhar pelos jornais e conversando com professores e estudantes a situação econômica e social em que se encontrava o país. O agravamento político e econômico da crise da dívida pública foi tamanho que gerou um turbulento período, culminando com a renúncia do Primeiro Ministro, Berlusconi, e a aprovação de um novo plano de austeridade e reformas.

Destaca-se que entre os meses de setembro e final de novembro as cidades italianas foram cenários de intensos protestos sociais, marcados por passeatas e assembleias de estudantes, greves dos operários de empresas como a FIAT e muitas paralisações de funcionários do sistema público de transportes. Entre esses protestos, em Roma, no dia 15 de outubro, a Itália e o mundo presenciaram um intenso choque entre as forças da polícia e os manifestantes, em especial aqueles de orientação política anarquista, denominados *Black Bloc*.

⁷⁴ Esse texto foi apresentado no 2º Relatório Científico da Pesquisa, submetido à FAPESP em 10 de janeiro de 2012. A redação foi elaborada com base nas anotações de diário de pesquisa de campo.

Durante minha estadia, pude acompanhar, como observador, algumas dessas manifestações. Uma delas, organizada principalmente por jovens secundaristas, contou com aproximadamente 3 mil estudantes, que percorreram as principais vias da cidade de Turim para se reunirem em assembléia na *Piazza Vittorio Veneto*, lugar em que discutiram um projeto para afrontar os violentos cortes no sistema educacional promovidos pelo governo nos últimos anos e que fragilizou muitíssimo a educação pública do país. Nesse mesmo dia, mais de 100 cidades italianas foram lugar de protestos dos estudantes secundaristas. Os ecos da crise econômica e financeira têm privado os entes políticos locais de recursos financeiros para a realização de novos investimentos e a manutenção de estruturas essenciais à vida com plena cidadania nas cidades, a sociedade italiana reage. Contudo, Após os confrontos em Roma, as manifestações passam a ser fortemente vigiadas pela Polícia (Foto:4).



Foto 3: Alunos da escola secundária manifestam-se contra os cortes no orçamento da educação, Turim – Itália / Outubro de 2011. Fonte: Acervo pessoal / trabalho de campo



Foto 4: Manifestação de estudantes universitários, Turim – Itália / Nov. 2011. Fonte: acervo pessoal / trabalho de campo



Figura 2: Confrontos em Roma. Fonte: Acervo pessoal

Os jornais de escala nacional e mesmo jornais internacionais como o *Le Monde* noticiaram o evento. A presente edição, de 17 de outubro do jornal *La Stampa*, traz a história do incêndio de um blindado da polícia italiana pelos manifestantes. Esta notícia traz o olhar do policial, “carabiniere”, que estava dentro do blindado incendiado.